



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 104

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 18 de abril de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Lubélio Mendonça e Marco Costa*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a Sessão iniciou-se com a [Sessão de Perguntas ao Governo Regional com resposta oral](#), apresentadas pelo Deputado Independente, tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as: Nuno Barata (*IL*), Salomé Matos (*PSD*), Tiago Branco (*PS*), Vera Pires (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Ana Luís (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*), Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*), Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João*

Carreiro), Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*) e o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Os trabalhos continuaram com a apresentação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 79/XII – “Eleva a freguesia de São Mateus da Calheta à categoria de Vila”](#) apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE, PPM, pelas Representações Parlamentares do CH, IL e PAN e pelo Deputado Independente.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Francisco Coelho (*PS*), Vera Pires (*BE*), José Pacheco (*CH*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Gustavo Alves (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Em votação final global a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

No final foi proferida uma Declaração de Voto pelo Senhor Deputado Paulo Gomes (*PSD*).

Por fim, procedeu-se à apresentação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII – “Regime Jurídico de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Após a apresentação do diploma, por parte da Senhora Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*), pediram para usar da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Vera Pires (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Rodolfo Franca (*PS*), Délia Melo (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Joaquim Machado (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Ana Luís (*PS*) e Carlos Furtado (*Ind.*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

No final pediram a palavra para Declarações de Voto os/as Srs./as Deputados/as: Ana Luís (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Délia Melo (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Senhor Secretário, para o efeito.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Muito bom dia a todos:

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Paulo Serôdeo Melo

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos
Maria Isabel Góis Teixeira
Maria **Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**
Mário José Dinis Tomé
Marta Ávila Matos
Patrícia Maria Melo Miranda
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca
Rui Filipe Vieira Anjos
Sandra Micaela Costa Dias Faria
Tiago Alexandre dos Santos Lopes
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco
Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte
Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental
António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Carlos Eduardo da Cunha Freitas
Délia Maria Melo
Elisa Lima Sousa
Flávio da Silva Soares
Jaime Luís Melo Vieira
João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
José Joaquim Ferreira Machado
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Carlos Cota Soares
Marco José Freitas da Costa
Maria **Guilhermina Ourique Moniz Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**
Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Ricardo Beato Gomes **Vieira**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**
Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 55 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o Público.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vamos entrar no ponto 1 da nossa Agenda - Sessão de Perguntas ao Governo Regional com resposta oral, apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A presente Sessão de Perguntas versa sobre o tema Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Socioeconómico da ilha do Faial.

Regem esta matéria os artigos 180.º e 181.º do nosso Regimento.

A Conferência de Líderes deliberou que esta Sessão de Perguntas decorre só durante a manhã e termina às 13 horas e tem os seguintes objetos: Desenvolvimento económico, agricultura, pescas e serviços; Objeto n.º 2, Relações com o poder local e com o Estado; Objeto n.º 3, Políticas Sociais e Culturais.

O proponente, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata podem fazer 3 perguntas por objeto. O CDS-PP, o Bloco de Esquerda e o PPM, 2 perguntas por objeto. As Representações Parlamentares do CHEGA e do PAN, 1 pergunta por objeto.

E apenas o proponente tem direito a réplica. Cada pergunta tem um tempo máximo de 3 minutos. Para responder, o membro do Governo dispõe de 5

minutos, sendo que, também na resposta à réplica o tempo que o membro do Governo tem é de 3 minutos.

Vamos então dar início a esta Sessão de Perguntas, tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata para a primeira pergunta.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Antes de mais, bom dia a todos.

Ao longo dos últimos anos, não raramente, temos ouvido, por parte dos faialenses e não só, um lugar-comum: “No Faial não se passa nada. O Faial está parado, não há investimento.”

E, ao invés disso, viemos encontrar na visita oficial que fizemos, empresários que pretendem fazer investimento, que têm inovado, que têm, inclusivamente, investido em áreas de inovação e de produtos de valor acrescentado.

Não obstante, esses mesmos empresários, esbarram em burocracia, tecnocracia e, não raras vezes, em incompetência, por parte do Governo dos Açores que lhes barra o acesso a este investimento. Em resposta a um requerimento do CHEGA, aqui há quase um ano, o governo sobre os investimentos do Prorural +, medida 4.2, respondeu que não tinha técnicos para dar resposta aos empresários. Há um empresário, especificamente da ilha do Faial, que tem um investimento à espera de resposta há mais de 36 meses.

Ora, tendo o Governo deliberado, por portaria, que todos os investimentos Prorural +, medida 4.2, têm que estar executados até 30 de junho de 2025, se essas respostas não forem dadas atempadamente, esses empresários não têm tempo de executar os seus investimentos.

E a pergunta que deixo ao Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural é: qual é a resposta que o senhor tem para dar a essa Assembleia e a esses empresários sobre o timing da resposta que vai ser dada a

esses projetos, a essas candidaturas que estão pendentes na direção regional competente ou incompetente, nessa matéria?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder, tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma questão importante a esclarecer neste momento, em que passam dois anos de governação, sobre os investimentos no âmbito do Prorural +, e aquilo que, efetivamente, acontece no âmbito desses investimentos. Qualquer proponente no âmbito da abertura dos avisos de candidatura do Prorural + candidata-se a um investimento, no caso, no âmbito das agroindústrias, no caso em concreto que estamos a falar do promotor do Faial, no âmbito das agroindústrias, medida 4.2.

A verdade é que, todos têm razão nesta matéria, Senhor Deputado. Nós temos vindo a tentar criar celeridade, que é isso que todos pretendemos, naquilo que é a análise e naquilo que é o pagamento desses mesmos projetos.

Encontramos um departamento do Governo que estava deficitário em técnicos de análise.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É bom lembrar!

O Orador: Ora, nós aumentamos o número de técnicos para análise. Mas, um técnico não se forma num mês nem em dois meses. Precisa, pelo menos, de uma certificação de seis meses pelo IFAP para análise desses mesmos projetos.

Deputado Carlos Silva (PS): Já está?

O Orador: E, portanto, isso é um processo que tem as suas regras, é acompanhado e vigiado pela Comissão Europeia e pela entidade pagadora em Portugal, que é o IFAP.

Recordo, por exemplo, que por causa de processos de facilitismo, a Região Autónoma dos Açores pagou como uma multa, por causa de processos de 2008, no mesmo departamento de análise de projetos, 2 milhões de euros de multa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Nós não pagamos todos de uma vez, pedimos para pagar 500 mil euros por ano. Ou seja, processos de facilitismo.

A análise de um projeto não é algo que dependa só de nós, nem de critérios subjetivos, obriga ...

Deputado Carlos Silva (PS): 36 meses!

O Orador: ... e exige aquilo que são os compromissos e regulamentos comunitários e daquilo que é a legislação nacional e legislação regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora, para além disso, há uma outra situação que dificulta a análise do projeto e a sua comunicação com o promotor. É que nenhum projeto, no âmbito daquele aviso, situação que vamos alterar agora com o Plano Estratégico para a Política Agrícola Comum – PEPAC - que se inicia agora e que continuamos à espera do programa nacional para abrir esses serviços, ou seja, nós ainda não abrimos as candidaturas na Região, porque não temos programa nacional e essa é uma responsabilidade do Governo da República.

Deputada Catarina Cabeceiras (PS) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, enquanto não houver um programa nacional, que, como sabem, antes havia três programas operacionais: um programa operacional no continente, um na Madeira e um nos Açores. Centralizaram, atenção e aqui não é por culpa do Governo da República, aqui é por exigência da Comissão

Europeia, a centralização dos três programas, num só programa, programa operacional de Portugal.

Agora, culpa da República é o atraso na liberação do programa informático que permite as candidaturas e a análise, uma vez que tudo é centralizado.

A última reunião que tive com a Senhora Ministra disse-nos que: “lá para o verão”. A verdade é que nós já vamos a caminho de maio e ainda não temos a hipótese de abrir avisos e, portanto, essa responsabilidade das novas candidaturas está com a República.

Deputado José Ávila (PS): Eu vi logo!

O Orador: Mas dizia eu que, do aviso dos projetos de investimento, não é possível anunciar e informar o promotor um a um, sem primeiro fazer uma hierarquia daqueles que são analisados.

Ora, isto cria várias dificuldades com responsabilidades de todos, claro que, por um lado, a falta de técnicos, que estamos de facto a colmatar.

Por outro lado, alguma morosidade, por vezes também do promotor em responder às audiências prévias, que levam às vezes dois ou três meses e enquanto todos os projetos não estiverem analisados não é possível comunicar ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas tem prazos!

O Orador: ... e nós agora estipulamos uma data de 15 dias para resposta a essas audiências prévias. Antes não havia data, um promotor podia levar dois meses, três meses, o que atrasava a análise de todos os outros projetos de investimento. Agora temos uma data e este bloqueio, este colete de forças que existe como grupo que não permite a comunicação sem todos estarem analisados, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... nós vamos alterar em legislação para o próximo quadro comunitário de apoio.

E, portanto, Senhor Deputado, sim senhor, o promotor tem razão.

Nós estamos identificados com a problemática, não é só esse promotor, há outros promotores também, o processo é moroso. Queremos criar celeridade, mas há aqui três componentes fundamentais e institucionais. De facto, o departamento do Governo que analisa estes projetos no âmbito do Prorural é a Secretaria Regional

Presidente: Tem de terminar, Senhor Secretário Regional.

O Orador: O IFAP e a Comissão Europeia e todos eles têm as suas exigências, têm o seu acompanhamento, do qual nós também não podemos fugir. Um pouco, quem paga manda.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para a réplica tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário Regional, com o devido respeito, a razão não mata fome a ninguém!

O promotor tem razão, eu tenho razão, o senhor tem razão, a União Europeia tem razão, o IFAP tem razão, toda a gente tem razão, mas isso não mata a fome ao empresário, que está à espera de uma resposta.

E o senhor acaba por dizer uma coisa fantástica, o senhor acaba de dizer que vai abrir o aviso para o próximo quadro, onde isto se pode integrar.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não, não!

O Orador: Ora, essa resposta já devia ter sido dada ao promotor, porque se nos 120 dias que estavam previstos na Portaria, tivessem dito ao promotor que não havia possibilidade de avaliar esse processo agora e que isto podia ter uma certa morosidade, provavelmente, o promotor teria feito um investimento por sua conta, não teria de ficar à espera ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não se pode dizer!

O Orador: ... da aprovação da medida incluída no 4.2 do Prorural +, mas isso, Senhor Secretário, o senhor acaba por dizer aquilo que todos nós já sabíamos. Isso é para *empurrar com a barriga para a frente e o empresário que se amanche*, ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é! Ainda lhe vou explicar mais!

O Orador: ... o empresário que se resolva, o empresário que vá à sua vida, porque nós, nem resposta temos para lhe dar.

O que o senhor acaba de dizer é que não tem uma resposta para dar ao empresário porque acabou aqui por não dar uma resposta.

Arranjou três justificações, arranjou três culpados, arranjou três pessoas com razão. Todos temos razão, mas repito, **a razão não mata a fome às pessoas, nem resolve os problemas dos empresários.**

Os problemas dos empresários resolvem-se com respostas, nem que essa resposta seja um não. É uma resposta que permita ao empresário reequacionar a sua solução, reequacionar a sua empresa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário da Regional, quer usar da palavra?

Não.

Portanto, vamos passar à próxima questão.

Tem a palavra para o efeito a Senhora Deputada Salomé Matos. Faça favor, Senhora Deputada.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não posso deixar de começar por congratular a iniciativa do IL e esta oportunidade de, efetivamente, debatermos, aprofundarmos e esclarecermos muitas questões relacionadas com a ilha do Faial e que interessam, em primeira mão, a todos os faialenses e, portanto, esta será uma oportunidade que vamos aproveitar da melhor forma.

Relativamente a este objeto, eu entendo que a saúde é um bem comum da humanidade. É, efetivamente, um desiderato dos governos prestarem cuidados de saúde de qualidade, prestando um serviço que vá de encontro às expectativas da população.

As dificuldades que uma ilha enfrenta, em matéria de prestação de cuidados de saúde, são, sobejamente, maiores do que aquelas que um grande centro enfrenta.

No Faial temos tido grandes desafios, ao longo dos anos, muitos motivados por desinvestimento nalgumas áreas associados às dificuldades inerentes à descontinuidade geográfica.

A construção de raiz de uma Unidade de Saúde da ilha do Faial, foi anunciada, foi concretizada numa lógica da melhoria da acessibilidade e da aproximação de cuidados primários aos cuidados hospitalares.

Efetivamente, a obra foi entregue, neste caso, como em muitos outros, a entrega da obra não foi sinónimo de obra concluída. Naquela data, o edifício que se destinava a acolher as valências da Unidade de Saúde de ilha do Faial e os seus

100 colaboradores, na verdade, não passava de um espaço com inúmeras lacunas, uma vez que não havia sido acautelado o devido equipamento, o apetrechamento do espaço.

A lista de não conformidades, questões de segurança porque resolver, omissão de sinalética, problemas nas redes informáticas dificultaram, efetivamente, que a obra pudesse dar azo à transferência de serviços.

É fundamental que se garantam as melhores condições de trabalho aos colaboradores e também condições para atender com dignidade os utentes.

Apesar de, reiteradamente, ouvirmos que a obra estava concluída, o processo só recentemente, depois do levantamento exaustivo de necessidades e do colmatar de todas as situações, é que podemos agora então afirmar que a obra estará concluída em condições de ocorrer a devida transferência.

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Deputada.

A Oradora: Vou concluir, Senhor Presidente, reiterando que efetivamente, e apesar das falhas que o atual edifício apresenta, efetivamente, todos os cuidados têm sido prestados de acordo com as leis das *leges artis* e não se esperaria outra coisa de uma instituição que foi certificada e recertificada.

A minha pergunta ao Governo, à Senhora Secretária da Saúde e Desporto, era para clarificar...

Presidente: Tem mesmo de terminar.

A Oradora: ... se tendo sido ultrapassados os constrangimentos inerentes à incapacidade de prestar este serviço nas melhores condições, se neste momento há calendarização para a transferência da totalidade dos serviços da Unidade de Saúde de ilha do Faial e como é que se irá processar?

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra para responder a Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Secretários:

Agradeço desde já a pergunta que me foi colocada.

Dizer, sem qualquer tipo de receio, que, de facto, o atraso na Unidade de Saúde de ilha do Faial foi, felizmente, um constrangimento que está a chegar à sua reta final.

Posso dizer-vos, hoje, nesta Casa, que durante o dia de ontem decorreram consultas no âmbito da medicina dentária já nas novas instalações. Já houve também transferência de alguns serviços administrativos.

Na próxima semana, prevê-se que sejam transferidos os serviços de terapia da fala, de nutrição, de psicologia e ainda os restantes serviços externos e também os serviços administrativos.

Para finalizar e isto, como devem calcular, é uma transferência que requer um planeamento com algum pormenor, uma vez estamos a falar de serviços no âmbito da saúde e na terceira semana de transferência, está previsto que sejam transferidos os serviços na área de enfermagem e também as consultas no âmbito da medicina geral e familiar.

Portanto, a mensagem que quer transferir transmitir esta Assembleia é que dentro de três semanas a nova Unidade de Saúde de ilha do Faial estará a funcionar em pleno nas novas instalações ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: ... devolvendo aos faialenses uma melhoria muito significativa a nível dos serviços de saúde que são prestados neste âmbito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É, de facto, uma obra que, ao longo do tempo, como já foi aqui referido, teve inúmeros constrangimentos. Poderia aqui elencar vários e que, de facto também acabam por nos dar algum feedback ou alguma informação, relativamente à falta de planeamento que esta obra teve desde raiz e que dificultaram, e muito, a conclusão deste projeto.

E, portanto, não vou entrar por aí. Acho que aquilo que é importante transmitir é de facto dizer aos faialenses que dentro de três semanas estará a funcionar a nova Unidade de Saúde ilha do Faial com novos serviços, com novas instalações, prestando melhores cuidados de saúde aos faialenses e também, obviamente, motivando todos os técnicos desta área que ainda funcionam no velho centro de saúde.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Era entendimento do anterior Governo Regional do Partido Socialista que o investimento a concretizar na reabilitação das Termas do Varadouro devia ser feito por um, promotor privado, ou seja, que não devia ser a entidade pública, Governo Regional, a liderar um investimento naquela área.

Ora, essa posição dos governos do Partido Socialista foi sistematicamente contestada por alguns partidos da oposição, na altura, principalmente pelo PSD

- Açores, mas também pelo CDS, que defendiam que o investimento na recuperação das Termas do Varadouro devia ser feito pelo Governo Regional.

Aliás, os deputados do PSD eleitos pelo Faial e com incoerência com essa ideia, propuseram sucessivamente, em sucessivos orçamentos, verbas a alocar pela Região para a reabilitação das Termas do Varadouro.

Ora, passados quase três anos desta governação, não se conhece qualquer pronúncia pública do Governo Regional que faça justiça ao percurso feito pelo PSD - Açores e pelo PSD - Faial no que a esta matéria diz respeito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor fartou-se de fazer isso. Fez imenso!

O Orador: Aliás, foi com espanto e com estranheza que, ainda este ano, depois de terem sucessivamente, como disse, apresentado propostas de alteração em sede de orçamento para reabilitar as Termas do Varadouro, este ano, perante uma proposta idêntica apresentada por outro partido, votaram contra.

E, por isso, a pergunta que se impõe é se o Governo Regional vai, ou não, avançar, por sua iniciativa, com a reabilitação das Termas do Varadouro, conforme defendia no passado? Se existe projeto? E qual a calendarização para o efeito?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder, tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor, Senhora Secretária.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Tiago Branco, sabe tão bem, como eu, que as Termas do Varadouro estão, há muito, abandonadas e não é por este Governo.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É pelos Governos anteriores do Partido Socialista!

Há muitos anos, muitos! Não é há 2 anos, há muitos anos que o Partido Socialista não fez, rigorosamente, nada pelas Termas do Varadouro.

Deputado Tiago Branco (PS): Vai ou não assumir os seus compromissos?

A Oradora: Relativamente à questão que colocou de concessionar, ou não, Senhor Deputado, devo-lhe dizer que já estamos a avançar, neste momento, com o concurso que em breve será publicado para a concessão das Termas do Carapacho ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Tiago Branco (PS): Termas do Carapacho? Estou a falar das Termas do Varadouro!

A Oradora: ... e, na minha opinião, e na opinião deste Governo, se houver interesse, faremos o mesmo em relação às Termas do Varadouro.

Porque é isso que deve ser feito, é dar oportunidade aos privados, criar oportunidades, como há bem pouco se estava aqui a falar, de haver inovação e criação de riqueza, por parte dos empresários de todas as ilhas e também da ilha do Faial.

Deputado Tiago Branco (PS): E as Termas? E os compromissos para as Termas do Varadouro?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E o nosso plano estratégico e de marketing do turismo aponta o termalismo, o well-being, como um produto estratégico para os Açores.

E, portanto, tudo aquilo que for a possibilidade de utilizar e de rentabilizar e otimizar os recursos térmicos em cada uma das nossas ilhas para orientá-los para o bem-estar, em termos turísticos, faremos isso porque essa é uma orientação estratégica do nosso novo plano estratégico e de marketing.

E, portanto, no Faial também aí, no plano estratégico e de marketing, a ilha do Faial tem uma vantagem muito grande, porque quando falamos do turismo nos Açores, as palavras que vêm ao de cima são: vulcanologia, termalismo (em termos de águas quentes e termais), Atlântico (portanto, mar), natureza (portanto, terra, belezas naturais), é paisagem, é observação de cetáceos, é beleza, paisagística, atividades náuticas e hospitalidade.

Tudo isto existe no Faial, tudo e é para aí que nos vamos orientar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É assim que faremos ilha a ilha, porque também em termos estratégicos, os objetivos do nosso plano estratégico e de marketing é exatamente criar condições para ter turismo todo o ano e em todas as ilhas. Esta é a frase chave: Turismo todo o ano e turismo em todas as ilhas, 9 ilhas novas experiências diferentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Temos muito para oferecer a quem nos visita. E, é nesse sentido, que iremos potenciar todos os recursos que cada ilha tem à sua disposição para, precisamente, ganhar um lugar cimeiro, como aconteceu até agora e as

estatísticas falam por si, quer em termos de crescimento turístico, quer em termos de receitas, para todas as ilhas alinharem na frente neste pelotão de desenvolvimento económico, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... onde o turismo se tem manifestado como uma grande alavanca de desenvolvimento. Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Vera Pires, faça o favor, tem a palavra.

Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

No âmbito de um debate sobre a mineração do mar profundo realizado em março na Horta, um investigador do Okeanos alertou para a ausência de contratação de investigadores para o polo universitário da Horta desde há décadas, fruto das políticas do Governo da República e do Governo Regional.

O projeto do Tecnopolo Martec, a ser financiado pelo PRR, continua atrasado e será uma das metas falhadas do PRR. Acresce a isso que se desconhece o que pretende este Governo desenvolver em concreto com este projeto.

O enorme trabalho desenvolvido na Horta nas ciências ligadas ao mar tem sido realizado à custa de trabalho precário, de bolsas de investigação e formação e de projetos e, neste momento, os investigadores só enfrentam precariedade e incerteza.

O trabalho de investigação realizado sobre a mineração do mar profundo, um exemplo entre tantos outros, demonstra bem a importância deste polo científico do Faial para o desenvolvimento dos Açores e para a conservação da sua biodiversidade.

Este Governo já teve mais do que tempo para explicar qual a sua estratégia, quer em particular para o Martec quer para o desenvolvimento das ciências do mar na região e qual o papel do Faial neste contexto.

Para o Bloco, não há dúvidas: o trabalho já desenvolvido deve ser exponenciado com investimento e investigadores, acabando com a precariedade crónica no setor, e não apenas com a construção de um edifício sem um plano de desenvolvimento.

A constituição de um grande polo científico no Faial é a nossa proposta há mais de 10 anos. Qual é a do Governo?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas. Faça favor, Senhor Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Respondendo em concreto quanto ao tecnopolo Martec, houve um concurso público que ficou deserto. Concurso público que tinha um valor base de 13 milhões e 900 mil euros mais IVA. Ficou deserto e, como é de conhecimento

público, aliás, isto foi explicado pelo Senhor Secretário das Finanças, a estratégia do Governo Regional foi a não abertura de novo concurso público, que tinha um valor estimado pelo projetista de 20 milhões e 900 mil euros mais IVA e, portanto, optou o Governo Regional pela reprogramação do investimento, sem, contudo, pôr em causa o mesmo. Ou seja, aquilo que está proposto e aguarda decisão é uma reprogramação ao projeto, por forma a que, numa primeira fase seja incluído a parte referente ao centro de aquacultura e ao parque Marinho dos Açores, ficando para uma outra fase, a incubadora de empresas.

Portanto, é isto que aguardamos. Não há e, como já foi afirmado pelo Governo Regional, não há incumprimento de metas, porque quando se aguarda uma reprogramação, enquanto não...

Deputado Carlos Silva (PS): Há incumprimento!

O Orador: Não há incumprimento enquanto não vier resposta à reprogramação do investimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Entretanto, e para nós nos esclarecermos também, relativamente àquilo que se pretende, dar nota de que, ainda muito recentemente, foi criada uma incubadora de empresas no âmbito da ADFMA, da Associação de Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores e que conta com o apoio, com a colaboração da Câmara de Comércio e Indústria da Horta e da Câmara Municipal da Horta. Isto é uma incubadora que pretende manter-se na ADAFMA, enquanto o tecnopolo Martec não esteja concluído e, portanto, em funcionamento, que depois, quando assim acontecer, será transferido para o tecnopolo.

Isto para dizer, Senhora Deputada, que a estratégia existe, que estamos atuantes que estamos aqui sempre atentos.

Quanto à falta crónica de cientistas, como deve compreender, não pode imputar isso à Secretaria Regional do Mar e das Pescas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra para colocar uma questão, o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Esta é a primeira pergunta que coloco no âmbito desta Sessão de Perguntas e deixem-me dizer que há algo que é para mim um paradoxo, que é a forma como o Partido Socialista faz as contas, ou seja, diz o Partido Socialista que estamos quase há três anos no poder. Eu estive a fazer as contas e estamos há dois anos e cinco meses. Estamos mais próximos dos dois anos, do que dos três anos.

Mas há quem queira que o tempo passe o mais depressa possível.

E depois são colocadas questões no sentido de: “nós não fizemos, os senhores vão fazer.” Sim, nós vamos fazer, estamos a fazer e já fizemos muito daquilo que não foi feito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O que eu considero que é fundamental é a aposta no crescimento económico e também, já que estamos a falar na ilha do Faial, também naquela que é a defesa da sua centralidade, nomeadamente, por exemplo, em relação aos transportes aéreos em relação à aerogare, em relação a um conjunto de questões como, por exemplo, à centralidade nos transportes marítimos. É nisso tudo que o Governo

Regional tem apostado na defesa da ilha do Faial e que eu vejo outras forças políticas a defender precisamente o contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, é muito importante que também o Faial seja um polo de desenvolvimento, do ponto de vista económico, associando a investigação ao crescimento económico.

Por isso, Senhor Secretário, eu quero colocar-lhe uma questão que está relacionada com a construção do novo navio de investigação para os Açores, que irá custar 19.8 milhões de euros. É um investimento muito significativo. É um investimento decisivo para o crescimento económico dos Açores. É um investimento decisivo do ponto de vista, também do potencial de investigação, também nesta área, na área do mar, na área da economia do mar, na ilha do Faial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, lhe pergunto que, de forma detalhada, refira o conjunto dos investimentos que estão preparados. O que é que vai ser feito em relação à aquisição de equipamentos científicos complementares. O que é que vai ser feito em relação à localização do navio e a criação das condições para que ele possa operar com a máxima operacionalidade e segurança.

Portanto, é esse conjunto de questões que estão relacionadas com este investimento e considero que é, absolutamente, decisivo, que é a aquisição deste navio de investigação.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Está na página 2!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas. Faça favor, Senhor Secretário.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito obrigado pela questão, Senhor Deputado.

Desde logo uma retificação, o navio de investigação vai custar 19.799.400 €, acrescido de IVA.

Deputado João Vasco Costa (PS): Oh! Uma diferença de 600 euros!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não há nada como o rigor!

O Orador: O contrato foi assinado no dia 6 de abril e agora está para visto do Tribunal de Contas.

Dar nota de que o novo navio de investigação, tal como v.exa. referiu, é de uma importância vital para a investigação científica no mar dos Açores, que pretendemos que fique, tenha porto de armamento o Porto da Horta, por forma a ser um meio complementar ou ser aqui articulado com o Tecnopolo, tendo em conta até as características do navio de investigação que terá os laboratórios contentorizados e que, portanto, é uma mais-valia, cremos nós, para os cruzeiros de investigação.

Dar nota de que, o que temos aqui também em sede de equipamentos complementares para o navio, foi anunciado também já pelo Senhor Presidente

do Governo, na sessão de abertura da Semana das Pescas, que está já em consulta pública, a afetação de 6 milhões de euros, no âmbito do PRR, para equipamentos para o novo navio oceanográfico.

Relativamente às condições que é necessário criar, já demos nota também que é necessário um espaço no Porto da Horta que acautele a manobra de atracagem, acautele toda a manobra e toda o apoio que é necessário a um equipamento desta natureza. É nesse sentido que estamos a tratar, assim como estamos também a avaliar as várias propostas que existem para própria gestão do navio. Portanto, temos de arranjar um modelo que seja o mais participado possível e que seja um modelo que acautele uma boa ocupação com o máximo de dias de mar e uma boa ocupação da própria embarcação.

É o que no momento posso transmitir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais questões?

(Pausa)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça o favor, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:
Neste primeiro ponto em que o tema é o Desenvolvimento Económico,

Agricultura, Pescas e Serviços, sem dúvida que a agricultura assume um papel fundamental também na economia da ilha do Faial.

Tem sido política deste Governo atender às especificidades de cada ilha e àquilo que é o potencial que cada ilha tem, em termos agrícolas, por forma a que tenhamos explorações cada vez mais rentáveis, cada vez mais sustentáveis, também tendo em conta aquilo que é a imagem da nossa Região em termos ambientais e cada vez mais a agricultura está interligada e associada às questões ambientais e ao ambiente. E tem sido essa a política deste Governo, desenvolvendo estratégias específicas para cada ilha.

No caso em particular da ilha do Faial, sem dúvida que existe uma especificidade e um potencial ainda por lançar em relação à produção de leite. A verdade é que no que concerne à produção de leite, muitas vezes a ilha do Faial foi vista como tendo esse setor agropecuário um menor impacto, a verdade é que, hoje, percebe-se que existe ainda um grande potencial no setor leiteiro aqui na ilha, do Faial.

E a questão que queria colocar e também atendo que, incentivando os produtores para que estes sigam exatamente a produção de leite, há várias questões que estão relacionadas, passando pelas acessibilidades às explorações agrícolas, neste caso, pelos caminhos agrícolas, passando pelo abastecimento de água. Claro que há sempre estas duas questões que são, sem dúvida, comuns em todo o setor a nível regional, que é necessários criar estas condições para que também se incentive a produção de leite, investimentos, estes que muitas vezes ... claro que não se consegue chegar a tudo e a toda a hora também, muitas vezes dado o elevado estado de degradação, mas existe esse investimento estratégico que é necessário também fazer.

Mas a questão que queria colocar ao Senhor Secretário era efetivamente quanto à produção de leite aqui na ilha do Faial. A verdade é que, há sensivelmente 2

meses, foi dado nota pública por parte do Senhor Secretário, que já se notava aqui algum crescimento na produção de leite.

Queria perguntar-lhe qual é o ponto de situação, neste momento, porque sem dúvida que o caminho também é este. O aumento da sustentabilidade das produções de leite também levará a uma maior sustentabilidade do setor cooperativo, que é isso que também se pretende alcançar com esse incentivo à produção de leite e, como tal, queria-lhe perguntar, neste momento, qual é o ponto e situação relativamente à produção de leite?

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito obrigado, Senhora Deputada Catarina Cabeceiras pela questão, uma questão pertinente.

Efetivamente, a produção de leite, no âmbito da bovinocultura, é uma política que não tem uma receita global, é uma política específica e os agro-sistemas têm de ter esta notoriedade e essa especificidade, ou seja, ter políticas públicas de coordenação com as várias ilhas.

Deputado Berto Messias (*PS*): E a culpa é do Governo da República!

O Orador: No caso em apreço da ilha do Faial, a primeira questão era saber logo de imediato, qual é que é a capacidade de produção na sua perspetiva e qual é que é a capacidade de transformação e a sua perspetiva, uma vez que a produção de leite estava nalgum declínio e sofria ondulações, relativamente ao preço e relativamente à produção.

Deputado Berto Messias (*PS*): As perguntas são sobre o dinheirinho! Quem devia estar a responder era o Sr. Secretário das Finanças!

O Orador: A primeira ação de responsabilidade que nós fizemos foi criar (porque não havia) grupos de acompanhamento relativamente às cooperativas de laticínios dos Açores. E criámos um grupo de acompanhamento para a CALF, para saber a capacidade instalada, a sua potencialidade, a sua necessidade de diversificação para que, essa mesma capacidade pudesse ter uma transformação, de acordo com aquilo que eram as dinâmicas da produção, e pelo despacho 2510/2021, de 28 de outubro de 2021, criámos um grupo de trabalho de acompanhamento que coordenava o engenheiro Luís Nuno Ponte Neto Viveiros, ex-Secretário Regional da Agricultura. Portanto, o ex-Secretário Regional da Agricultura é que coordenou este grupo de acompanhamento da CALF.

Ora, este mesmo grupo,

Deputado Berto Messias (PS): Que deselegância!

O Orador: ... não, mas isto é um sinal de respeito.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é como o Conselho Consultivo!

O Orador: Esse mesmo grupo produziu um relatório, em março de 2022. Porquê? Porque a política pública seguida, era apoiar sem saber para quê. Nós temos um protocolo de compromisso com o Governo Regional para pagar 200 mil euros por ano, até 2027, à CALF. Mas para quê?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):Essa é que a questão!

O Orador: Esta é a questão, é que se atribui apoios financeiros sem retorno e sem responsabilidade. Qual era o efeito deste apoio? Bom, nós agora sabemos efetivamente o que é que é preciso melhorar através da criação desse relatório. Era tudo dado a *olhómetro*, era tudo dado com amorismo, sem qualquer responsabilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PPM: Muito vem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O que dirão os sócios da CALF?

O Orador: Ora, o grupo produziu o relatório, foram identificadas as fraquezas, oportunidades, as ameaças, a necessidade de verificação e a verdade é que com esta nova direção da CALF foi possível, desde logo, ...

Deputado Berto Messias (PS): Os produtores da CALF vão gostar de saber isso!

O Orador: ... criarmos uma política pública para a produção, para a bovinicultura de leite, na ilha do Faial. De tal modo, que estamos a apoiar a vinda de 123 bovinos de aptidão de leite que serão distribuídos por 18 produtores.

Já houve a importação de 123 bovinos de aptidão leiteira para a ilha do Faial. Há mais produtores de leite no faial. A produção de leite já cresceu 4,23% relativamente a 2022 e já cresceu 2,17% relativamente a 2021, no primeiro trimestre de 2023.

Deputado Carlos Silva (PS): A política do ziguezague!

O Orador: E o preço do leite relativamente ao primeiro trimestre de 2022 subiu 15,3 cêntimos por litro. Ou seja, há uma dinâmica instalada aqui na ilha do Faial.

Mas, permitam-me ligar de facto a produção de leite e os apoios também do POSEI, que são apoios ao incentivo da produção local, àquilo que era praticado e aquilo que é praticado agora.

Com (e não me canso de dizer isto) os rateios que eram efetuados até 2020 e com o fim dos rateios 2020 para cá, os agricultores da ilha do Faial passaram a receber, por via da eliminação dos rateios, mais 798.842, 27€ por ano.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Eram cerca de 900 mil euros que eram cortados aos produtores agrícolas na ilha do Faial.

Anunciava-se um prémio e cortava-se em cerca de 30%. Desde logo, relembrar a questão das antigas indemnizações compensatórias, que diminuíram de 30 em 30 euros o escalão.

Mas, também relativamente à agricultura biológica, que estava fechada, estavam vedadas as candidaturas desde 2018, nós reabrimos em 2021. A verdade é que se aumentou em 29% a área da agricultura biológica na ilha do Faial, proporcionando um novo agroambiente, proporcionando uma nova oferta, proporcionando uma nova vertente para o consumo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... daquilo que são os novos produtos ligados, muito à sustentabilidade ambiental e produtiva. Sim, Senhora Deputada, há uma dinâmica, há um otimismo, há uma confiança, há uma credibilidade política pública, desde logo, atribuindo apoios de forma cega, mas sim de forma orientada e estudada.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): *Muito bem!*

Deputado Berto Messias (PS): Os sócios da CALF vão gostar de saber disso!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Vão, vão! O que tinham em 2020 e o que têm agora!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não percebe que está a prejudicar os produtores da CALF!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Os senhores é que tiraram 800 mil euros!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais questões, no âmbito desta primeira pergunta do primeiro objeto?

(*Pausa*)

Não havendo, dou a palavra ao Senhor Deputado Nuno Barata para avançarmos para a segunda pergunta relativa ao primeiro objeto.

Senhor Deputado Berto Messias, deixe o Senhor Deputado Nuno Barata usar da palavra.

Senhor Deputado, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, folgo em saber do estado avançado do projeto novo navio oceanográfico, da necessidade de adaptar o porto da Horta à operação de um novo navio e espero que a Horta tenha um Porto para 100 anos e não um porto daqui a 100 anos, porque atrasado está esse processo, como todos sabemos e que estava bem adiantado, num passado ainda recente.

Mas, Senhor Secretário Regional, o que me preocupa mesmo é a investigação e penso que o preocupa a si também e vou lhe deixar a seguinte questão: A Secretaria Regional do Mar e Pescas tem um conjunto de acordos, de protocolos, de cooperações com diversas entidades, essa é uma questão que vem dos governos anteriores que importa saber se teve continuidade, se não teve continuidade e que continuidade foi essa.

Projetos, acordos, cooperação com diversas entidades científicas dos Açores, e não só, que, infelizmente, nem o setor das pescas, nem toda a outra economia, denominada economia azul, economia do mar, tem tomado conhecimento. São verbas avultadas, são investimentos, supostamente investimentos, da Região em investigação, em projetos e em estudos, com entidades externas e internas, como já disse, que nós não começamos o seu resultado. E o que pergunto, Senhor Secretário é: Que projetos tem neste momento e que acordos de cooperação com entidades externas, para além do DOP e da Okeanos, tem o Governo Regional dos Açores, nomeadamente com entidades sediadas na Região?

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice Presidente, Senhores Membros do Governo:

Obrigado pela questão.

Senhor Deputado, em relação ao investimento na ciência, há, como sabe, alguns protocolos que são celebrados com departamentos ou com institutos pertencentes à Universidade dos Açores, nomeadamente com o IMAR, que nos faz a maioria dos estudos que existem para suporte de apoio à decisão na área das pescas. Refiro-me concretamente aos demersais e ao Banco Condor. Demersais, cujo protocolo envolve cerca de 200 mil euros anuais e o Banco Condor 50 mil euros anuais. São estes que basicamente saem do orçamento da Região, sendo certo que os outros projetos que existem, nomeadamente do POPA e outros, têm apoios comunitários, no âmbito do Mar 20-20 e, portanto, a

Região apenas assegura, do seu orçamento basicamente estes 2 projetos na área das pescas.

Como também é de conhecimento Público e tendo em conta os anos de pandemia, houve aqui algumas irregularidades na feitura dos cruzeiros, no âmbito da pandemia não foi possível, o que criou (também como é de conhecimento público) alguns constrangimentos na obtenção de dados que, neste momento, está ultrapassado, através da retoma dos cruzeiros, quer através do estudo que está a ser feito através de um grupo de trabalho nomeado pela Universidade e pela Direção Regional das Pescas que está a proceder à avaliação dos dados que existem, que foram recolhidos pela Universidade dos Açores, nomeadamente pelo Instituto Okeanos e que servirão de suporte à decisão política, portanto, nomeadamente no compromisso de remetermos os dados a Bruxelas.

Isto já está articulado, foi aqui protocolado com a reitoria da Universidade e, portanto, até 30 de junho temos os dados para remeter, tal como nos comprometemos, à Comunidade Europeia.

Dar nota de que o atual modelo de financiamento nos parece que merece ser repensado, porquanto o que acontece presentemente é que este financiamento é feito ao abrigo da Portaria 32. Uma célebre Portaria em que as várias entidades, nomeadamente os institutos, Imar ou Okeanos, se propõem a atingir um determinado resultado.

Esqueci-me também há bocado de referir que, na aquacultura também temos um pequeno projeto no valor de 50 mil euros, que é feito com a Aqualab, que também estendeu a sua ação agora também à Caldeira de Santo Cristo, no âmbito do estudo da gestão da amêijoa.

Isto para dizer que o atual sistema parte do princípio de que são as entidades interessadas, nomeadamente os institutos, que propõem à Secretaria a realização de um determinado estudo. O que terá de ser, a nosso ver, repensado para

podermos, de alguma forma, orientar aquilo que são as necessidades de investigação. Ou seja, teríamos de, num futuro próximo, pensar numa reorientação da alocação destes fundos, por forma a ser a Região a dizer o que é que se pretende em concreto com determinados estudos. Há alguns que são feitos pelo Okeanos e pelo IMAR que se revestem de grande importância na tomada de decisão política e, portanto, é necessário haver esta articulação entre os decisores políticos e a investigação científica.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Terminou já, Senhor Presidente.

Portanto, o que nós pretendemos é manter e aprofundar tudo quanto necessário for, no âmbito de apoio à decisão política, por forma a que as decisões políticas sejam o mais assertivas possível.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para a réplica tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata. Prescinde?

Tem a palavra a Senhora Deputada Vera Pires. Faça favor, Senhora Deputada.

Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A variante à cidade da Horta é uma obra estruturante para esta cidade, mas isso não pode pôr em causa a segurança e a qualidade de vida dos faialenses.

O projeto final, conhecido em dezembro passado, tem diferenças significativas em comparação com o que o Governo apresentou em agosto de 2021. O Bairro das Dutras, por exemplo, ficará cortado ao meio, com taludes que chegam aos quatro metros, dificultando a ligação entre a parte alta e a baixa deste bairro e, por extensão, ligação com o centro da cidade. Está também prevista a construção de quatro rotundas sobredimensionadas, uma delas em frente à

Escola Secundária, contrariando a tendência europeia de afastar a circulação automóvel das entradas das escolas.

O Governo Regional, que de início assegurou publicamente que todos os investimentos em estradas ao abrigo do PRR, incluindo a variante, “seriam objeto de Estudo de Impacto Ambiental” – que inclui, obrigatoriamente, uma fase de discussão pública – diz agora que “o projeto da variante não está sujeito ao procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental, porque não possui os requisitos nem em extensão nem em perfil transversal que **obriguem** a tal”.

Perguntamos: o Governo vai efetivamente cumprir o compromisso inicialmente assumido de realizar um Estudo de Impacto Ambiental e submeter o projeto final a discussão pública, ou confirma a mudança radical de posição, passando a cumprir apenas o que for estrita e legalmente obrigatório?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra a Senhora Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor, Senhora Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada Vera Pires, a variante à cidade da Horta foi desenvolvida prosseguindo todos os trâmites legais, como acontece com todas as obras desenvolvidas pelo Governo Regional dos Açores.

Cumpre estritamente a legislação, sem qualquer tipo de hesitação e põe à discussão pública, ou aceita...

Deputado António Lima (*BE*): Transparência!

A Oradora: ... todo o tipo de intervenções que queiram colocar aos nossos serviços, fala com todas as associações, como aconteceu neste caso com a

associação com as associação de escola, fala com todos aqueles que queiram, por bem, dar o seu contributo aos projetos que desenvolvemos.

Tem, contudo, calendários apertados, tem fundos regionais para cumprir de acordo com os seus regulamentos, tem de se prosseguir o seu trabalho, ...

Deputada Vera Pires (BE): Tem de cumprir com os seus compromissos!

A Oradora: ... desde que estejam cumpridas todas as disposições legais aplicáveis.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: No caso da variante à cidade da Horta pelas suas características, não é uma via rápida, pelo seu cumprimento que não atinge o limite que obrigue à avaliação de impacto ambiental, por todas essas circunstâncias foi cumprida a legislação.

Foi feito estudo de impacto ambiental, que é o que se aplica nesta circunstância. Não se aplica a avaliação de impacto ambiental prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, 15 de novembro, não se aplica nestas circunstâncias e não se aplica à AIA também não se aplica a discussão pública, porque uma está inerente à outra.

Deputada Vera Pires (BE): Foi o Governo que se comprometeu a abrir!

A Oradora: Isto não impede, contudo, que não tenha havido toda a abertura para discutir com todos os grupos de interesse, com todos os parceiros sociais, com a escola, com todos aqueles que não tenham interesse direto e individual neste processo.

Nós temos que zelar pelo interesse público comum.

Deputada Vera Pires (BE): Com certeza!

A Oradora: Não temos que zelar pelos interesses particulares de ninguém.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, esta variante cumpre todos os requisitos, cumpre toda a legislação.

Esta variante é apoiada e cofinanciada pelo PRR. Há prazos para cumprir, há prazos para concluir, há metas e marcos para cumprir.

Deputado António Lima (BE): E há compromissos para cumprir!

A Oradora: Portanto, o Governo tem o seu caminho traçado. O Governo vai prosseguir o seu caminho, se os faialenses entenderem de forma diferente, cá estaremos para os ouvir para falar com eles, mas os faialenses, não é meia dúzia de pessoas.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra a Senhora Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Enquanto faialense, que nasci e escolhi regressar à minha ilha, não tenho quaisquer dúvidas que o desenvolvimento económico está, em boa parte, dependente de acessibilidades: acessibilidades marítimas aéreas.

E as questões da acessibilidade têm unido os faialenses em torno de uma causa. E a ampliação da pista do aeroporto é provavelmente uma das causas que mais tem unido os faialenses nos últimos anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Numa ilha um aeroporto, nesta como noutras, é sinónimo de mobilidade, de desenvolvimento, de fixação das gerações mais jovens e o Faial foi durante alguns anos asfíxiado, a nível dos transportes aéreos, não só pela qualidade do trabalho que era prestado, como também para as penalizações decorrentes da dimensão da própria pista.

A ampliação da pista da Horta cumpre objetivos essenciais, para além da eliminação das penalizações ao nível do peso, que têm sérios constrangimentos, para quem nos visita e para os próprios residentes, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... a ampliação da pista traz vantagens, ao nível da exportação de produtos, vai permitir criar riqueza e é, efetivamente, uma aspiração dos faialenses porque é uma questão de desenvolvimento para a ilha.

Deve ser vista como um instrumento de coesão regional em prol, não só dos faialenses, mas dos açorianos em geral.

Não temos qualquer dúvida que esta é uma obra da responsabilidade da República, mas que, na verdade, só conheceu desenvolvimentos palpáveis depois deste Governo Regional ter assumido o compromisso de participar 40% do projeto de execução. Já que, até então, não passava de verbas estéreis inscritas no orçamento de estado.

E a minha questão para a Senhora Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas é: Sabendo que tal investimento também já foi contestado, esclarecer-nos a posição do Governo Regional relativamente a este investimento? E, qual a posição, sem margem de dúvidas, diante dos faialenses, deste Governo Regional, deste investimento?

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra para responder a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada Salomé Matos, agradeço-lhe a pergunta, porque efetivamente permite-nos aqui, mais uma vez, reafirmar o compromisso deste Governo com a ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Esta ampliação e este projeto e esta aspiração dos faialenses tem uma longa história, de muitos anos. Uma história em que todos faziam de conta que queriam, mas verdadeiramente não queriam.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em que nas vésperas de eleições, se apresentavam com esses compromissos, depois eram atirados (e nesse aspeto, com alguma razão) para o Governo da República, que é quem se devia ter chegado à frente neste processo, mas depois tudo ficava e os anos passavam.

Este Governo chegou-se à frente, diz bem, Senhor Deputado, chegou-se à frente. Este Governo, disse: “Nós ajudamos a participar no projeto, mas a obra é da responsabilidade do Governo da República.”

Deputado Berto Messias (PS): Essa é nova!

A Oradora: E que fique muito clara, muito clara, a obra é da responsabilidade do Governo da República. Mas vamos ver se há, ou não, a vontade do Governo da República fazer esta obra, porque para haver obra, tem que haver projeto, então vamos começar por aí.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o Governo não ia pagar tudo?

A Oradora: E houve a responsabilidade deste Governo de participar e já fizemos o contrato ARAAL, no valor de 800 mil euros, com a Câmara Municipal da Horta para avançar com o projeto. Porque o não avançar com o projeto era uma forma de adiar, indefinidamente, a obra de ampliação.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esta é a história e este Governo disse que cumpria e cumpriu. Está assinado o contrato ARAAL e, portanto, está agora nas mãos de quem de direito e assumiu a responsabilidade de avançar com o projeto e também sabemos que o Governo da República já transferiu a sua parte para a Câmara Municipal. Portanto, estão reunidas as condições para a Câmara Municipal avançar com o projeto e, portanto, desejamos a maior celeridade, a maior sorte, a maior capacidade de execução deste projeto, para que o investimento venha a ser uma realidade, o mais rapidamente possível.

E porque é que esse investimento é importante? Toda a gente sabe e basta falar com qualquer comandante da SATA ou da TAP (uns já operaram e outros operam) que operam no aeroporto aqui do Faial, para saberem que é o aeroporto mais penalizado dos Açores e o aeroporto mais complicado de aterragem. Isso é uma verdade que qualquer um consegue verificar, ou seja, não tem qualquer tipo de contestação e, portanto, há que melhorar isso.

E há que melhorar isso por várias razões, por aquelas que a Senhora Deputada disse, e bem, de promover a coesão regional, a coesão social, a coesão económica, para resolver o problema da descontinuidade territorial, que só se consegue com boas ligações aéreas, neste caso, dado que é interterritorial, com boas ligações aéreas, com boas frequências, com oferta de lugares adequados para promover essa coesão e a continuidade territorial. Mas também por uma outra razão que eu que queria deixar e que tem a ver com os objetivos de desenvolvimento sustentável que têm a ver com as tendências do tempo que vivemos, é que quanto mais voos diretos nós tivermos, menos emissões de gases com efeito de estufa, nós produzimos.

E portanto, isto é válido para a ligação Terceira-Funchal, que nós já propusemos nas obrigações de serviço público, como é válido para as ligações para as outras gateway, que não Ponta Delgada e Terceira. Portanto, incentivar as ligações diretas ao Faial, ao Pico, a Santa Maria, a São Miguel e à Terceira é uma forma de descarbonizar a nossa economia, é uma forma de emitir menos gases com efeito de estufa, fazendo ligações ponto a ponto. E isto é uma preocupação que nós hoje também temos que ter e que as autoridades têm que ser sensíveis, quer as autoridades nacionais, quer as autoridades europeias e isto tem valido nos argumentos que temos utilizado a nível europeu e também tem que valer a nível nacional.

E, por isso, a ampliação do aeroporto da Horta, além de tudo mais, serve esse grande objetivo, o objetivo de conseguirmos cada vez mais voos diretos que poluam cada vez menos os nossos ares.

Muito obrigada.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra a Senhora Deputada Ana Luísa Luís, faça favor.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há uma coisa que tenho que reconhecer, de que este Governo é exímio, é na desresponsabilização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora vai tentar superar isso!

A Oradora: O culpado mor é o Partido Socialista, seja na República ou nos anteriores governos da responsabilidade do Partido Socialista, a culpa nunca é deste Governo.

Mas também consegue encontrar responsáveis noutras áreas da sociedade.

Deputado Pedro Pinto(CDSD-PP): Prometeram e não fizeram durante 24 anos e querem que façamos agora em três anos!

A Oradora: Há um problema com população sem abrigo nas nossas ilhas, principalmente em Ponta Delgada, a culpa é das IPSS's que não fazem o seu trabalho.

O Governo leva três anos a avaliar projetos imprescindíveis para o desenvolvimento económico das nossas ilhas, a culpa é da falta de técnicos e dos promotores que não respondem atempadamente, no âmbito da audiência prévia.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Os senhores levaram 4 anos!

A Oradora: Há falta de assistentes operacionais nas escolas, pois a culpa é dos próprios e é preciso fiscalizar as faltas destes trabalhadores.

Este Governo, de facto, sabe dizer isto muitas vezes, mas o facto de o repetir nada diz da sua capacidade de governar. A culpa nunca é do Governo, a culpa é sempre dos outros.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Ó paciência!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): E a pergunta é?

A Oradora: E a Senhora Secretária também se esforçou nesta tentativa de justificar o injustificável.

Em 2020, setembro/outubro de 2020, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Eu não justifiquei nada!

A Oradora: ... as instalações físicas da USIF-Unidade de Saúde ilha do Faial - estavam concluídas. Numa reunião que tivemos, em setembro de 2022, foi-nos dito pelo Conselho de Administração da altura que faltava apenas a aquisição do mobiliário ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Apenas! Os senhores esqueceram-se!

A Oradora: ... e que a mudança far-se-ia até ao final do ano 2022, o mais tardar, em janeiro de 2023.

A verdade é que, depois de um investimento de quase 20 milhões de euros no serviço de urgência, no hospital de dia e na construção de raiz de uma nova unidade de saúde de ilha para o Faial, em vez de melhorarmos, regredimos. Porque a verdade é que, essas instalações não foram colocadas ao dispor da população e de todos aqueles que trabalham na unidade de saúde de ilha e o que está a acontecer neste momento são os utentes da unidade de ilha, na sua maioria, doentes, obviamente, e idosos, a ficarem desde madrugada à porta do centro de saúde, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ah! Isso é coisa nova!

A Oradora: ... à chuva ao frio e ao vento para conseguirem marcar, ter acesso a uma consulta, porque de outra forma não o conseguem, portanto, nós também regredimos na saúde, Senhora Secretária Regional, ao nível da cobertura dos médicos de família-. É verdade que este não é um problema exclusivo da ilha do Faial,

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Nem é de agora!

A Oradora: ... nem da responsabilidade, obviamente, do Governo, mas há uma coisa que se pode fazer e é aquilo que nós temos vindo a insistir e a responsabilizar este Governo: a incapacidade de planear.

O Orçamento foi publicado em janeiro deste ano, permitia a contratação excecional para prestação de serviços, só foi publicado ontem, mais de três meses depois.

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Deputada.

A Oradora: Termino já, Senhor Presidente.

E os mesmos problemas também acontecem ao nível das juntas médicas. Temos conhecimento de imensas pessoas que querem voltar ao seu local de trabalho ou que precisam de saber o seu nível de o seu grau de invalidez e porque não há entendimento entre a tutela e os médicos, não se realizam estas juntas médicas. E isto é culpa de quem? Dos médicos? Do Partido Socialista?

Não, a responsabilidade é vossa, porque os senhores estão, efetivamente, a quase ano e meio de terminar esta Legislatura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Secretária Regional quer fazer algum comentário?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Não fez perguntas, não posso fazer comentários!

Presidente: Senhor Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, peço a palavra para uma interpelação, para questionar o Senhor Presidente, se nós estamos numa Sessão de Perguntas ao Governo? A Senhora Deputada Ana Luís fez uma intervenção de comício eleitoral, mas não fez nenhuma pergunta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, fez, fez!

O Orador: Eu gostava de saber se existe, ou não, o dever de, neste debate haver uma pergunta, pelo menos uma pergunta? Faça o enquadramento, mas deve fazer uma pergunta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Para uma interpelação, tem a palavra a Senhora Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, eu lamento se, de facto, as minhas questões não foram entendidas pelo Grupo Parlamentar do PSD e supostamente pelo Governo.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Só pode fazer uma pergunta!

A Oradora: Para já, não é preciso fazer só uma pergunta, é colocado no âmbito do mesmo assunto e, Senhor Presidente, eu pergunto à Mesa se é preciso entoar o sentido interrogatório para se perceber que o que eu perguntei, ...

(Diálogo na Sala)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados!

Faça favor, Senhora Deputada.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos deixar a Senhora Deputada Ana Luís terminar a sua interpelação, por favor.

A Oradora: Senhor Presidente, obrigada.

A minha pergunta, exatamente à Mesa é esta: se é necessário entoar a pergunta? Porque se for, eu passarei a fazê-lo.

As minhas questões foram muito claras: mudança das instalações da USIF, falta de médicos de família e o atraso nas juntas médicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é de uma enorme falta de respeito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: Penso que foi claríssimo e a Senhora Secretária percebeu muito bem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado João Bruto da Costa, novamente, para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para uma interpelação, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ó Senhor Presidente, eu lamento que o grupo Parlamentar do Partido Socialista tome esta questão de uma forma jocosa e quase de brincadeira. Estamos a falar de assuntos sérios e devemos tratar de assuntos sérios.

Volto a questionar, Senhor Presidente, estamos numa Sessão de Perguntas, são delimitadas o número de perguntas por cada grupo parlamentar. O PSD, o autor da iniciativa e o Partido Socialista têm três perguntas para este objeto. Eu pergunto, é se a Senhora Deputada Ana Luís fez as três perguntas já ou se, as que fez anteriormente não contam, porque segundo suponho, podemos fazer uma pergunta.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, não vamos eternizar o debate em interpelações. Se o Governo entende que a Senhora Deputada não fez nenhuma pergunta, não responde.

Mas, eu também percebi, das palavras da Senhora Deputada Ana Luís, alguma questão, designadamente com que ela terminou que não tinha um ponto de interrogação, provavelmente não, mas que era uma questão que merecia ser comentada pelo Governo.

Senhora Deputada Ana Luís para uma interpelação.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Para uma interpelação, Senhor Presidente, obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, primeira questão, há pouco não fiz pergunta nenhuma, agora o Senhor Deputado João Bruto da Costa diz que eu fiz três questões.

Queria deixar claro aqui se é esta a interpretação da Mesa. Vários Senhoras e Senhores Deputados que me antecederam,

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: ... dentro da mesma pergunta, colocaram mais do que uma questão. Eu até admito que se eu tivesse perguntado sobre a USIF e sobre a CALF, que a Mesa pudesse não aceitar, considerando que eram duas perguntas numa só. Eu fiz sobre o tema da saúde, porque foi permitido pela Mesa à Senhora Deputada Salomé Matos também fazer esta pergunta no âmbito do primeiro objeto, colocar três questões sobre o funcionamento da USIF.

Em todas as Sessões de Perguntas que já se realizaram nesta Casa ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: ... é possível, ou não, Senhor Presidente, questionar mais do que uma questão, ou mais do que uma matéria, dentro da mesma pergunta?

Obrigada, Senhor Presidente pela sua resposta.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Essa tem sido a norma, Senhoras e Senhores Deputados, no próprio enquadramento que nós fazemos, fazemos comentários, fazemos questões e o Governo, também muitas vezes nas respostas, não responde só diretamente à questão que os senhores deputados colocam, muitas vezes até são muito mais abrangentes na resposta e dão alguma resposta que lhes interessa dar.

E, portanto, eu dava a palavra à Senhora Secretária Regional para ultrapassarmos este assunto. Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Pois, bem, vou responder.

Deputada Ana Luís (PS): Obrigada!

A Oradora: De facto, a Senhora Deputada Ana Luís falou de vários assuntos no setor da saúde e este Governo considera que está aqui para esclarecer os faialenses e todos os açorianos e obviamente que vou esclarecer porque tenho respostas para dar e acho que é isso que deve prevalecer nesta fase.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nós também, Senhora Secretária!

A Oradora: Mas também considero a que vir aqui de pôr as culpas no Governo, desresponsabilizar o Partido Socialista dos vários atrasos que tem ocorrido no setor da saúde a nível do Faial não é de todo a atitude mais responsável para a Senhora Deputada Ana Luís, que está nesta casa desde 2012 e, portanto, Senhora Deputada, obviamente tem responsabilidades, Em relação á Unidade de Saúde de ilha do Faial, cuja obra se iniciou em janeiro de 2019 e foi concluída em novembro de 2020.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Quantos anos levou a fazer aquele centro de saúde!

A Oradora: É verdade, sim, Senhora Deputada, não há como negar isso. Também é verdade que, infelizmente, ao longo da execução da obra não houve um planeamento também, nomeadamente a nível do mobiliário e isso contribuiu para um atraso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): 3 anos para adquirir mobiliário!?

A Oradora: três anos sim! Mas olhe, Senhora Deputada, deixe-me dar vários exemplos de como esta obra foi tão mal planeada ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mal executada!

A Oradora: ... e mal executada e como contribuiu para os sucessivos atrasos.

Parece algo impensável nós termos um centro de saúde em que as portas de emergência não foram devidamente pensadas. As portas de emergência não têm as barras para a evacuação correta, se acontecer efetivamente alguma emergência, não há tomadas para os diversos equipamentos, quer sejam impressoras, ...

Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): É um caos!

A Oradora: ... quer sejam relógios de ponto. As portas da casa de banho, sobretudo para as crianças, o que é que acontece? A chave é por dentro! Para as crianças! Qual é a possibilidade de uma de uma criança se fechar sozinha dentro de uma casa de banho?

Deputada Andreia Cardoso (PS): É tirar a chave!!!

(Risos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: Obviamente!

Os gabinetes estão subdimensionados, da mesma forma que foi subdimensionado todo o centro de saúde.

Ora bem, temos gabinetes pequenos, ...

Deputado Mário Tomé (PS): Os problemas da saúde estão aí!

A Oradora: ... temos infelizmente, valências que não foram contempladas e que são essenciais para o funcionamento, como, por exemplo, se terem esquecido dos gabinetes de medicina dentária, e isso obrigou ao que fosse alterado o projeto inicial e retirar a aditologia deste edifício principal.

E, portanto, estamos aqui a falar de erros crassos que, obviamente, conseguiram contribuir para este atraso. Agora é sim, Senhora Deputada, não venha desresponsabilizar-se porque, obviamente, também teve a sua quota parte em todo este processo. O que importa, e eu não vim justificar aqui o atraso porque não viu ou ouviu da minha boca essas palavras. Pelo contrário, até disse que lhe podia enumerar alguns exemplos do atraso desta obra, mas que a mensagem que

o Governo queria transmitir é que a partir de ontem, felizmente, as consultas de medicina dentária já ocorreram nas novas instalações.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Inclusive disse como é que estava prevista as transferências dos próximos serviços e aponte que dentro de três semanas seria exetável que a atividade assistencial da Unidade de Saúde de Ilha do Faial decorresse toda no novo edifício. E, portanto, eu acho que é esta mensagem positiva que os faialenses merecem, porque obviamente há aqui um atraso, mas já houve uma correção e, portanto, este Governo trabalhou, e bem, para devolver aos faialenses os cuidados de saúde que necessitam neste setor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação à ausência de médicos de família, Senhora Deputada reconheceu, e bem, que não é um problema exclusivo do Faial, não é um problema exclusivo desta Legislatura.

Infelizmente, é uma situação que tem vindo a perpetuar-se no tempo. Esperamos que ao longo deste ano, uma vez que há uma interna de medicina geral e familiar que terminou o concurso, que se queira fixar aqui na ilha, porque obviamente contamos com ela, será uma mais-valia para os faialenses.

Mas também, deixe-me que lhe diga, há, de facto, faialenses sem médicos de família. Não vou negar isso. Têm que se dirigir ao centro de saúde para

conseguirem uma consulta complementar, é verdade, mas também lhe digo, o que aqui importa e o que fica à vista, no meio disto tudo é que, independentemente, deste *handicap*, nós temos conseguido garantir consultas complementares aos faialenses.

De facto, não têm um médico atribuído. Não podemos dizer que ao utente x, responde o médico y, mas podemos dizer que o número de consultas complementares que têm vindo a ser feito nos últimos anos tem vindo a aumentar e a população não tem ficado sem resposta. Não é o desejado, mas é a resposta possível e é isso que conta e posso-lhe dizer, só a título de exemplo, em 2020, conseguimos prestar cerca de 8000 consultas, em 2021- 10000 consultas, em 2022, quase 15000 consultas complementares ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e, portanto, este número tem vindo a crescer e demonstra a resposta que este Governo tem conseguido transmitir e dar aos faialenses também ao nível deste setor.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: Só para terminar, em relação às juntas médicas que estão aqui em atraso. É verdade, há de facto aqui um atraso que se deve a uma alteração daquilo que estava estipulado.

Mas também lhe digo, Senhora Deputada, acho que esta alteração é muito mais justa, passarmos de uma junta unitária, para uma junta com três médicos. Infelizmente, também aqui não temos conseguido dar a resposta, lá está, pela

ausência de médicos, mas o Governo está a trabalhar numa solução e, em breve, dar-vos-á a conhecer.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora. Secretária Regional.

Tem a palavra, para colocar uma questão, o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo: Eu também vou fazer uma pergunta relativamente a serviços, exatamente como os meus colegas das outras bancadas estão a fazer, neste caso, serviços de cirurgia, serviços de terapêutica, serviços de internamento e o bloco operatório também é um serviço e tudo está no Bloco A do Hospital da Horta.

Devem conhecer, obviamente, o estado degradante deste Bloco A, do corpo A e B do Hospital da Horta.

Isto era um problema já do anterior Governo, mas eu faço a pergunta a este Governo, neste caso a este executivo, que tem que executar.

Fez o concurso público que ficou deserto. Aliás, houve uma desistência antes de acabar o prazo, porque estava completamente deserta.

Depois fez um novo concurso público, também ficou deserto, e depois houve outro concurso que já era relativamente, não só a remodelação do corpo A e B, mas era também relativamente a toda a parte das águas e incêndios, neste caso em termos de defesa.

Mas a minha pergunta é uma pergunta muito simples, não sei se hei de perguntar à Senhora Secretária da Saúde ou à Senhora Secretária das Obras

Públicas, porque, pelo menos, o concurso é das obras públicas, que não é melhor reformular o concurso? Não é melhor reformular então o orçamento?

Ou, então, já que é totalmente impossível e o estado é degradante e continuo e vou reafirmar: bloco operatório, estamos a falar de internamento, tem um estado degradante em todo o lado, não tem caldeira. Se não consegue fazer um concurso para a remodelação total, porque não faz para a caldeira? Não há água quente para duche e não há água quente para limpeza de todos os produtos que são necessários para os serviços, tanto de terapêutica, tanto o bloco operatório, como em termos de cirurgia.

Isto, para mim, é bastante grave e agradeço, Senhora Secretária das Obras Públicas, que não dê uma justificação, que é uma justificação de desleixo e a Senhora Secretária não o faz, a dar culpa do anterior Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder a Senhora Secretária Regional do Turismo, Infraestruturas, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Pedro Neves, agradeço a sua pergunta, porque efetivamente permite-nos aqui abordar esta questão do Hospital da Horta com maior profundidade.

Não vou repetir o historial que fez e que está absolutamente correto. Houve vários concursos e ficaram todos eles desertos, mas a verdade também é que se verificou que o projeto já não correspondia às necessidades do Hospital da Horta.

E, por isso mesmo, independentemente de uma intervenção nas infraestruturas e que tem a ver com a Caldeira, como referiu há pouco, e essa é uma intervenção à parte da ampliação do hospital, essa está a decorrer e está a aguardar o projeto de execução, prevendo-se o lançamento do concurso ainda este semestre. Portanto, no final do primeiro semestre ou, quando muito, no início do próximo, para avançar com esta questão das infraestruturas, relacionadas com as centrais das caldeiras e os depósitos de combustível.

Outra coisa é a empreitada de beneficiação, qualificação e ampliação do Hospital da Horta, que, como disse, ficou deserto umas três vezes, e que ficou decidido reformular completamente o projeto. Reformular o projeto, corresponder às necessidades do hospital e candidatar ao próximo quadro comunitário, ao 20-30.

Independentemente dessa candidatura que, como sabe, estão atrasadas, não por culpa deste Governo, mas, ou por questões comunitárias, ou por questões do Governo da República, a verdade é que estamos todos a aguardar, há muito tempo, que o 20-30 entre em funcionamento e nós já estamos em 2023. Devia ter dito, quando muito, no final de 2020 ou em 2021, mas independentemente da candidatura e isso será uma realidade, o projeto está em curso e, portanto, será incluído tudo aquilo que referiu, de qualificação, de ampliação e será também ampliada a imagiologia e várias outras especialidades.

Tudo isto faz parte do novo projeto que está em curso e que se estima pôr a concurso este ano.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu vou falar de várias coisas, depois Vossas Excelências escolhem uma pergunta!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Não, depois no final vou entoar uma pergunta.

Mas a questão que vos quero colocar é esta e quero enquadrar a pergunta que vou fazer com várias referências.

Foram colocadas questões, por exemplo, sobre a variante à cidade da Horta. A variante à cidade da Horta, a grande questão que existia é o facto de ela ter sido adiada durante décadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Uma promessa que foi feita aos faialenses e que não foi cumprida durante décadas. A grande novidade é que vai ser feita.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso é algo que é bastante importante e que é decisivo para os faialenses.

Já estamos a discutir os problemas que pode vir a ter, mas o grande problema era a asfixia que existia em relação à cidade da Horta, em relação à ilha do Faial, e esse problema vai ser resolvido ao fim de décadas de espera.

Outra questão era a questão do aeroporto e da ampliação do aeroporto. A questão é que chegou a ser prometido, por parte do Partido Socialista, por exemplo, pelo ex-Presidente Carlos César, que se fosse necessário, o Governo iria implementar o projeto com verbas próprias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: O Governo iria avançar, nunca o fez! Nem o anterior Presidente Carlos César, nem o Presidente Vasco Cordeiro! Prometeram e não cumpriram! E este problema vai ser resolvido porque, pela primeira vez, há um Governo ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Da República que vai resolver o assunto!

O Orador: ... dos Açores que diz: “nós vamos avançar, nós vamos dar um impulso definitivo nesta questão” e isso é fundamental. E é fundamental porquê? Porque o Governo Regional está a dar um impulso decisivo nesta matéria.

É também um problema de décadas que nós estamos a resolver agora, um Governo que apenas tem 2 anos e 5 meses, resolvendo matérias em que Governos que estiveram 24 anos, não resolveram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É importante referenciar, por exemplo, um navio de investigação, que era uma grande aspiração dos investigadores, no âmbito da Universidade dos Açores e dos investigadores internacionais.

Pois, esta matéria também vai ser resolvida com um esforço muito significativo e um investimento muito significativo, mas que é decisivo para a economia do mar, para a economia do conhecimento.

Finalmente, e a questão é esta Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, que tem a ver com a Escola do Mar, eu bem me lembro como é que estava a Escola do Mar quando este Governo entrou em funções. Estava por certificar, não funcionava, era uma espécie de elefante branco que estava ali e não funcionava. Pois muito bem, agora todos nós temos a notícia, todos nós temos o conhecimento do funcionamento da Escola do Mar ...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Termina já, Senhor Presidente.

A forma intensa, como a Escola do Mar, neste momento, está a prestar um conjunto de serviços muito relevantes.

Eu, por exemplo, lembro-me, numa conversa que tive há pouco tempo com o responsável da Atlânticoline que, pela primeira vez, não tiveram nenhuma dificuldade em recrutar os marinheiros maquinistas. Porquê? Porque a formação, pela primeira vez, tinha sido ministrada.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhor Secretário, quais são os conjuntos de formações que foram desenvolvidas nos últimos tempos, no último trimestre, no ano anterior? E também perguntar-lhe quais são os projetos para o futuro? Já vimos que há projetos muito ambiciosos, no âmbito da economia do mar e que a Escola do Mar está a ter, pela primeira vez, de facto, um papel decisivo.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... apoiando várias instituições, nesse âmbito.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra para responder o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

De facto, a Escola do Mar teve, recentemente, um grande incremento, no que respeita à formação.

A título de exemplo, tivemos mais horas de formação no primeiro trimestre de 2023, um total de 2032 horas de formação, com 230 formandos e, portanto, correspondente a 14 ações formativas, isto no primeiro trimestre de 2023. Ou seja, tivemos mais formação no primeiro trimestre de 2023, do que durante todo o ano de 2022. Isto demonstra o grande esforço que aquela atual equipa tem e a garra que tem no desenvolvimento da Escola do Mar.

Dar nota de que as formações têm sido no âmbito no âmbito da segurança básica, de marinheiro, maquinista e de gases fluorados. E, portanto, nós

prossequiremos com esta formação. Estamos agora em fase de apreciação, portanto, foi entregue o curso de profissional de construção e manutenção naval - nível IV, por forma a podermos, aquando da aprovação pela Secretaria da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, avançar no próximo ano letivo, porque temos já algumas inscrições para este curso que é, a nosso ver, muito importante para o desenvolvimento da Escola do Mar dos Açores.

Além disso, dar nota que acabámos com as obras nas infraestruturas, terminamos com a inauguração do PLA e, portanto, também dar nota da instalação da Uavision na ADAFMA, que é uma mais-valia, tendo em conta a reputação daquela empresa, a instalação na escola, no edifício que está cedido à escola é muito importante para assegurar a complementaridade entre a formação e depois as carreiras profissionais, que é isso que se pretende no fundo é que a Uavision recrute os seus colaboradores, de alunos da própria escola.

Além disto, dar nota também daquilo que se pretende no imediato, que é ver aqui a requalificação de um, dos quatro edifícios que foram cedidos pela Marinha para a escola e, portanto, temos as expensas da escola. Vamos abrir o concurso público internacional para a recuperação do edifício mais a Sul, que é aquele que apresenta que se apresenta em melhores condições e os outros três estamos a pensar candidatar a fundos comunitários.

E, portanto, dizer que a escola tem cumprido com as suas obrigações em termos de formação, que tem um projeto muito ambicioso, quer a nível de implementação, por exemplo, com o alojamento, que é fundamental para podermos atrair alunos de toda a Macaronésia, que é isso que estamos a trabalhar com os protocolos que temos assinado com diversas entidades e, portanto, tornar a Escola do Mar um grande polo de desenvolvimento da ilha do Faial e dos Açores, nesta versão que tem sido a descentralização da formação por todas as ilhas. E isto é importante sempre referir que dá a ideia de que, e

alguns entendem, que a Escola do Mar dos Açores, que está situada no Faial, por isso não terá o sucesso devido porque não está em ilhas mais populosas.

Portanto, dizer que a escola deslocaliza os seus formadores, que tem protocolos com várias entidades, nomeadamente agora mais recentemente com os clubes navais, por forma a ter as salas certificadas para poder dar formação nas várias ilhas, ter formadores qualificados nessas mesmas ilhas e, por outro lado, atrair - pensamos que parceiros muito importantes serão os clubes navais - para estas profissões emergentes do mar, portanto, termos o reconhecimento e haver a atratividade necessária para podermos ter formação nesta área.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12h05m.

Eram 11 horas e 45 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos então dar continuidade a esta Sessão de Perguntas.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Presidente: A Mesa neste momento não tem inscrições.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigado. Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A questão que queria colocar, mas antes e daquilo também que tem sido esta Sessão de Perguntas e aquilo que, ainda na última questão colocada pela bancada do Partido Socialista, a Senhora Deputada Ana Luís dizia que em três anos este Governo não tinha dado resposta, neste caso, em particular, à Unidade de Saúde de Ilha do Faial. Pois bem, não é um Governo de três anos, é um Governo de dois anos e cinco meses e, para além de que, fosse a questão da Unidade de Saúde de Ilha do Faial, a única em que tivesse sido dado resposta, que este Governo teve que resolver problemas de situações estruturais que vinham de antes. Fosse só a Unidade de Saúde do Faial, porque a verdade é que temos um Porto do Topo que não tinha grua, não tinha rede de água, nem rede de eletricidade. Tínhamos um cinema, uma obra em Santa Maria que não tem os equipamentos. Temos a questão das obras da escola da Calheta, em que o pavilhão tem um problema de humidade estrutural, que são muitas das vezes que não é preciso possível realizar atividade desportiva. A própria obra do Porto da Horta, do novo cais e do molhe, os constrangimentos que gerou.

A verdade é que são *n* situações e vários problemas que são necessários dar resposta de um Governo de dois anos e cinco meses. E, por isso, é preciso também dizer isto e não fazer crer que está tudo por fazer e que o Governo não tem dado resposta. É verdade que se fossem menos as situações em que o Governo tivesse que dar essa resposta e os problemas que tivesse de resolver, se calhar daria uma resposta mais célere em muitas das situações. Mas, os orçamentos, infelizmente, não são infinitos e são muitas as frentes em que é possível dar resposta.

Relativamente à questão e o que queria colocar e falando aqui do desenvolvimento económico da ilha Faial, sem dúvida que a questão do emprego é algo fundamental.

No último verão, atingimos a taxa de desemprego mais baixo dos últimos 12 anos. Durante a época baixa, aquilo que se assistiu foi a manutenção do desemprego em níveis equivalentes em pleno emprego. Atingimos máximos históricos da população empregada e, sem dúvida, que estes resultados devem-nos satisfazer e este caminho, que deve ser continuado, deve-nos fazer manter o foco. É a confirmação também de uma trajetória de melhoria das questões do emprego nos Açores.

A verdade é que existem açorianos neste momento que ainda não conseguiram integrar o mercado de trabalho. Muitas vezes, não por falta de ofertas de emprego, mas porque as próprias empresas não estão a validar essas competências e o Governo dos Açores tem investido na sua capacitação para projetos de vida, ou seja, que estes açorianos que ainda estão desempregados, possam efetivamente a vir integrar o mercado de trabalho e tornarem-se mais atrativos também para as empresas, para as entidades empregadoras e este caminho, claro que é preciso trilhar e são essas as políticas que têm sido implementadas por parte deste Governo Regional.

O Gabinete de Orientação Vocacional...

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Deputada.

A Oradora: Terminou já, Senhor Presidente.

... e pressioná-lo é uma das respostas para estes desempregados, em particular para os jovens NEET e os desempregados de longa duração.

O Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional está no terreno, tem ido ao encontro das pessoas, dos desempregados a tentar encontrar uma resposta individualizada de emprego para estas situações.

E a questão que queria colocar, porque sem dúvida, isto é algo fundamental no desenvolvimento de todas as ilhas, inclusive na ilha do Faial, era saber qual é o ponto de situação da atividade deste gabinete, aqui na ilha do Faial?

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faça favor.

(*) Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Agradeço a questão que foi colocada. É pertinente.

Aqui, importa sempre relembrar que, na verdade, o Governo tem feito uma forte aposta na qualificação dos açorianos, criando medidas e programas que visam a estabilidade laboral dos açorianos, sempre assente no princípio da qualificação de melhores condições de vida.

Neste âmbito nós temos registado mínimos históricos, em termos de desemprego versus população empregada, seja na Região, seja na ilha do Faial. No entanto, e aqui é preciso destacar que, não só temos verificado uma diminuição do número de desempregados, mas também o número de ocupados. Portanto, estamos na trajetória, temos registado mínimos históricos. Março também não foi uma exceção, seja a nível regional, seja a nível também da ilha do Faial.

Podendo já dar nota e avançar já com estes elementos. Nós podemos aqui destacar que em março de 2023, em termos de desempregados na Região, fechamos o mês com 5507 desempregados inscritos na Região e, no que diz respeito aqui à ilha do Faial nós também registamos, em termos de desempregados inscritos 162, em março de 2023.

Também acompanhando esse decréscimo, registamos a nível dos desocupados, em que em março de 2023 nós também registamos o número mais baixo dos

últimos 10 anos, ou seja, comparativamente a dezembro de 2012, em que temos 2731 desocupados enquanto, em termos de ocupados na ilha do Faial, temos 138.

E aqui o que é que importa, desde logo, qual é o nosso grande desafio é apostar em medidas que visem qualificar as pessoas que se mantêm inscritas no centro de desemprego para que, desde logo, possamos dotá-los de competências para integrar com maior facilidade o mercado de trabalho. E, neste âmbito, O GOVP, gabinete de orientação multidisciplinar não é estático, percorre as várias ilhas e tem tido um papel de grande importância, desde logo de grande proximidade com esta população, com este público mais vulnerável, no sentido de identificar a este público, traçar planos personalizados, que envolve uma componente formativa sempre que necessário e o intuito é sempre formar para empregar e para que nenhum açoriano fique sem resposta, seja a nível da formação, seja a nível do emprego.

O Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional, como foi anunciado no Plano e Orçamento para 2023, iniciou o seu percurso no último trimestre do ano passado e, portanto, aqui posso, desde logo, dar nota que, desde que iniciou funções já foram efetuados 560 planos pessoais de emprego, sendo que 2281 no ano de 2022 e 329 no ano de 2023.

Em relação aos desempregados inscritos no Centro de Qualificação e Emprego na Horta, o núcleo operacional da Horta também tem feito o seu trabalho e podemos já dar nota que já foram feitos 71 planos pessoais de emprego destes 329.

Gostaria aqui de destacar que, não só tem sido feitos planos pessoais de emprego, no sentido de perceber em função do perfil traçado, temos três perfis traçados e em função desse perfil, identificar um percurso formativo, no âmbito de criar competências para integrar o mercado de trabalho, atendendo às suas expectativas, às suas aspirações, dando nota também às necessidades de

mercado para que também essa população seja reconvertida para áreas onde o mercado está a identificar que é necessário mão de obra qualificada. E, não só temos passado esses planos, como temos feito um conjunto de iniciativas, desde logo workshops, sessões motivacionais, de acolhimento, esclarecimentos dos deveres e direitos deste público-alvo, sessões com entidades parceiras. Desenvolvemos um conjunto de protocolos com várias entidades que têm papel essencial na identificação, sinalização destas pessoas e que também colaborem com o Governo em acompanhar essas pessoas. Um trabalho que não é só do Governo, mas é de vários parceiros, desde associações juntas de freguesia que têm tido aqui um papel importante nesta sinalização e acompanhamento.

Também gostaria de dar nota que, no próximo mês de maio, vamos iniciar um novo projeto com as escolas profissionais, que é o dia das profissões. E o que é que nós pretendemos? Pretendemos chegar às escolas profissionais para dar nota de que existe um conjunto de ofertas formativas. Para dar nota também do quanto é importante determinadas funções, valorizar as profissões, dignificar essas profissões, em função das necessidades do mercado, em função do perfil de cada aluno, para que também desta forma possamos combater o número dos jovens NEET, aqueles jovens que não estudam, não trabalham e que não estão em formação. É um trabalho que vai ser feito em parceria, é um trabalho pioneiro e que terá início no próximo mês de maio.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Vamos avançar para a pergunta 3 do primeiro objeto. Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Se bem que já houve aqui perguntas do terceiro objeto Senhor Presidente. Para a próxima vou ter que fazer essas Sessões de Perguntas mais clarinho, clarinho para *militar perceber*, para ver se eles se enquadram mais assertivamente, porque isto assim também se torna injusto. O Senhor Deputado Pedro Neves, inclusivamente, teve que abusar desta figura porque senão não tinha hipótese de fazer a sua pergunta, que seria para o terceiro objeto que foi iniciado pela Senhora Deputada Ana Luís, pela Senhora Deputada Salomé Matos. Enfim, não interessa... vamos por aí adiante.

O Senhor Deputado Paulo Estêvão cumpriu os objetos, como era seu apanágio fazer, como bom parlamentar.

Mas mantendo-me aqui no primeiro objeto e dirigindo a minha pergunta diretamente à Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, não sem antes enquadrar que, folgo em ouvir de Vossa Excelência, que as Termas do Carapacho estão prontas para ser lançadas a concurso. Fico satisfeito, lembro que há um ano essa resposta foi dada, precisamente há um ano que estava já pronto para ser publicado. Demorou mais um ano, ainda não está pronto. Foi mais rápido de lançar o concurso de venda da Azores Airlines do que pôr a concurso as Termas do Carapacho. Espere que, no caso das Termas do Varadouro, esse processo, depois da aprendizagem com o Carapacho, seja mais célere.

Mas não é sobre as Termas do Varadouro que vou falar, é sobre uma situação inqualificável de protecionismo que se mantém em várias ilhas dos Açores, mas que em especial na ilha do Faial, tem uma vítima, digamos. Um empresário que se debate há anos com um processo de licenciamento para uma instalação de inspeções periódicas obrigatórias a viaturas foi sendo empurrado para várias entidades, têm inclusivamente o licenciamento obtido pela legislação nacional, mas não consegue operar porque não tem resposta do Governo Regional dos Açores. Já não tinha do Governo anterior e não tem deste Governo agora.

Digo inqualificável, porque é uma situação em que existe um monopólio, existe um protecionismo em todas as ilhas dos Açores a dois monopólios e que constrange, não só o investimento do setor privado, como constrange a vida dos cidadãos.

Os cidadãos, quando são obrigados a fazer um determinado procedimento administrativo ou técnico (não interessa) não podem estar expostos a qualquer tipo de monopólio, é preciso ter liberdade de escolha nessas circunstâncias. E eu gostava de perceber o que é que tem este Governo, já que não posso fazer a pergunta ao Governo anterior, mas o que é que tem este Governo contra a liberdade e a autorregulação do mercado, neste setor? Porque, de facto, eu tive oportunidade de falar com os empresários, eu tive oportunidade de visitar as instalações e o empresário está pronto para amanhã abrir um Centro de Inspeções na ilha do Faial. E a falta de adaptabilidade da lei nacional à lei regional não tem permitido dar uma resposta direta a esse empresário. O que é que pretende o Governo Regional dos Açores fazer neste sentido? Até porque isto irá permitir que noutras ilhas, com alguma dimensão acima de 10.000, 15.000 habitantes...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... possa existir concorrência nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder, tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, efetivamente, o senhor fez a pergunta e deu a resposta!

É mesmo isso, a legislação nacional impõe um determinado número de habitantes para abrir Centros de Inspeção e essa legislação tem que ser adaptada à Região. Nós estamos a trabalhar nessa adaptação. É evidente que são muitas as frentes de trabalho, são muitas as situações. Essa é uma prioridade, mas nós, quando temos entre mãos fundos comunitários para cumprir, metas e marcos para cumprir, um conjunto de situações que têm prazos rigorosos e temos que fazer, alguma coisa vai ficando para segundo plano. Ninguém faz tudo ao mesmo tempo e se alguém disser que faz, ou não faz bem, ou não faz mesmo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, nós estamos a trabalhar todos os dias para conseguir o máximo de objetivos e de resultados possível. Não conseguimos chegar a tudo ao mesmo tempo.

É com toda a franqueza e com o sentido de responsabilidade daquilo que o ser humano e do conjunto das pessoas pode fazer. Nós não podemos estar preparados para o pico. Nós estamos preparados para a média de atividades e os serviços estão dimensionados para isso e é assim que tem que estar. Agora que umas coisas vão ganhando prioridade, em relação às outras por um conjunto de circunstâncias, é verdade. Portanto, também não lhe escondo.

Nós estamos a trabalhar nisso. Essa não é a primeira vez que falamos nisso. Começamos a trabalhar, desde logo, nessa altura, mas a verdade é que ainda não está em condições para vir a esta Casa uma adaptação da legislação nacional para alterarmos os critérios e adequá-los aos critérios da nossa Região Autónoma, ainda mais, tendo em conta a nossa realidade geográfica, que é uma realidade descontínua e que traz alguns constrangimentos e alguns circunstancialismos que têm que ser levados em conta.

E, portanto, aqui fica o nosso compromisso da alteração da legislação relativamente aos Centros de Inspeção para podermos adequá-la à nossa realidade geográfica e à nossa realidade demográfica.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para a réplica, tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Membros do Governo, Senhora Secretária Regional:

Eu agradeço o seu esclarecimento e regozijo-me pelo facto de ter informado a Câmara que, de facto, o Governo Regional está empenhado em resolver este assunto, até porque, num passado não muito longínquo, o grupo parlamentar do PSD apresentou nesta Casa, penso que na Legislatura anterior, um requerimento sobre essa mesma matéria. Mas, de facto, é uma situação que se arrasta há longos anos e que carece de ser vista e adaptada até para, não só esta empresa poder ver o seu investimento ressarcido, como também permitir noutras ilhas que exista concorrência nesta matéria porque isto é que é servir os cidadãos, não é empurrá-los para monopólios.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Não houve, propriamente, uma questão.

Deputado Nuno Barata (IL): Uma réplica, não é uma questão!

Presidente: Estão abertas as inscrições para outras bancadas, que neste caso é o PS e o PSD, podem fazer questões colocar questões.

(Pausa)

Senhora Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu, antes de introduzir a minha questão, gostava e pedindo a compreensão e também a concordância do Senhor Deputado Pedro Neves, que na sua intervenção, apenas por uma questão de clarificar, e penso que era a isso que se queria referir na sua intervenção, mas aquando da sua intervenção falava das infraestruturas do hospital que apresentavam danos, referiu-se algumas vezes ao bloco operatório. Certamente, o Senhor Deputado Pedro Neves sabe que o que está em causa é o internamento cirúrgico, não propriamente a infraestrutura do bloco operatório, que essa sim, até mereceu algumas obras de reabilitação. E, portanto, penso que poderia ser importante, para quem nos ouve e nos acompanha, que não subsistam dúvidas que efetivamente é o internamento cirúrgico, dois internamentos cirúrgicos e o internamento médico que, efetivamente, carecem de uma intervenção profunda, para além da questão da água quente que tem, efetivamente, à mercê da necessidade de intervenção na caldeira, mas, *grosso modo*, há água quente no hospital, há constrangimentos a nível do aquecimento.

Deputado Pedro Neves (PAN): É rezar para que a caldeira funcione amanhã!

A Oradora: Se não houver caldeira, não há água quente, mas hoje há água quente e ainda há caldeira.

Feita esta clarificação, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): É preciso rezar todos os dias, para que no dia seguinte haja caldeira!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E muito bem!

A Oradora: ... que para mim reveste-se de importância para uma questão de pormenor, gostaria de dirigir a minha atenção para a questão do turismo, que é uma das principais atividades económicas de todo o mundo.

Os Açores não são, de facto, exceção e os Açores são, de facto, um dos mais belos destinos que existe pelas suas paisagens únicas, pela riqueza da cultura, pela gastronomia e, portanto, os nossos visitantes procuram essa diferenciação e procuram-nos enquanto bandeira de um destino, já que somos o único arquipélago certificado como um destino sustentável.

A ilha do Faial, dentro do conjunto também das outras ilhas açorianas, é um destino procurado pelos amantes da natureza e das atividades náuticas, já que a sua baía é de facto o nosso cartão de visita, permite-nos integrar o clube das mais belas baías do mundo, uma distinção que nem todos os municípios têm a honra de poder ostentar, levando o nome do Faial e dos Açores mais longe. Recentemente, a ilha do Faial foi nomeada entre os 21 principais destinos como *Melhor Destino Europeu*, tendo obtido um honroso 13º lugar.

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: A minha questão, Senhora Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, tendo em conta que tem havido uma aposta do Governo numa oferta de qualidade e na mitigação da sazonalidade, portanto, a minha questão é, como é que vê a evolução recente dos indicadores do turismo na ilha do Faial? Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo para responder. Faça favor, Senhora Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputada Salomé Matos, agradeço a pergunta e, obviamente, sendo sobre turismo é sempre com gosto que podemos dizer que a ilha do Faial, tal como muitas das nossas outras ilhas, com exceção de uma ou duas, pela qual nós estamos já a puxar e a pô-las no pelotão da frente, a verdade é que o Faial alinhou, ou até superou, as estatísticas médias da Região, em termos de dormidas, em termos de hóspedes e em termos de receitas.

Portanto, cresceu, o ano passado 8,6% em hóspedes, 13, 8% em dormidas e já no mês de janeiro, cresceu 30,5, em relação a 2022, em dormidas e 10,3, também em janeiro, relativamente aos hóspedes, em período homólogo, portanto, em relação a janeiro de 2022.

Também em receitas e porque isto é sempre um indicador fundamental, o Faial cresceu o ano passado, 20,5, em termos de receitas e já este ano, em janeiro, relativamente ao mês homólogo, cresceu 29,3, em termos de receitas. Isto para dizer, portanto, que o Faial está acima da média da Região, uma vez que a Região subiu 6,9 em dormidas e 7,1 em hóspedes.

Portanto, em termos globais, o Faial tem um lugar de destaque, em termos de crescimento do turismo nos Açores. O que não nos surpreende porque, efetivamente, toda a estratégia tem sido orientada, como eu disse há pouco, e isso agora já está plasmado no nosso novo plano estratégico e de marketing, que é turismo todo o ano e turismo para todas as ilhas, 9 ilhas 9 experiências, todo o ano.

Deputado João Vasco Costa (PS): É! É isso mesmo!

A Oradora: Essa é uma meta importante, para nós prosseguirmos e fazermos todo o nosso desenvolvimento promocional, nesse sentido.

Nós temos um clima ameno, nós temos boas condições para receber turistas todo ano, nós temos um turismo orientado para a natureza de terra e de mar e, sobretudo, a de terra é possível durante todo o ano, nós temos trilhos, temos rotas, tudo muito orientado para aquilo que nós somos, efetivamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O nosso turismo tem que vender aquilo que nós somos, não aquilo que não somos. Não podemos vender praia, não podemos vender sol. Podemos vender, complementarmente, mas não isso.

E, portanto, a partir do momento em que o nosso destino é promovido, direcionando-se para aquilo que nós temos de mais genuíno e diferenciador para vender, passamos a ter, não só turismo mais orientado para isso e o crescimento desses segmentos de mercado, como também passámos a ter turismo durante mais meses durante o ano, porque isso nós temos para oferecer durante todo o ano.

Eu disse há pouco, numa outra intervenção, que quando se fala em Açores, fala-se em vulcões, fala-se em observação de cetáceos, fala-se em mar, em Atlântico, fala-se em natureza, fala-se em atividades náuticas, fala-se em paisagem, fala-se em águas termais. No fundo, fala-se daquilo que as pessoas reconhecem que nós temos para oferecer e temos que estruturar esse produto de forma estratégica, o melhor que temos. O Faial tem que se orientar nesse sentido.

O Faial tem uma grande notoriedade que lhe é dada pela sua Marina, sem dúvida nenhuma. O Faial tem, em termos vulcânicos, o que de melhor nós temos nos Açores para ostentar e oferecer aos nossos turistas. O Faial tem gastronomia. O Faial é um ponto de encontro multicultural e civilizacional, através dos velejadores que vêm e que sabem que a Marina da Horta é esse ponto de encontro. O café Peter's é emblemático, nesse sentido.

Tudo isto tem que ser posto ao serviço da promoção turística, porque o turismo, cada vez mais, é experiência. Não é a viagem, nem a estadia, é a experiência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É levar uma experiência para recordar e isso impõe o storytelling, construir histórias à volta deste conjunto de valores que os Açores têm e que o Faial também tem.

E, portanto, nesse sentido, eu acho que o Faial, não só está a fazer um bom percurso, como tem todas as condições para o fazer porque tem todos os ingredientes, todos os pressupostos, que vão ao encontro destes objetivos estratégicos que estão definidos.

É uma questão de estruturar. Nós já temos três rotas fundamentais e as rotas são extraordinárias para nós promovermos o turismo. Temos a rota dos vulcões, temos a rota das baleias e temos a rota da vinha e do vinho. Qualquer uma delas tem significado aqui no Faial. Estamos a estruturar a rota da indústria e nós temos indústria que houve aqui no Faial, como houve também nos Açores, que deve ser considerada musealizada e colocada à disposição de quem nos visita e temos também as expedições marítimas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E também aqui os próprios cabos submarinos são um produto que deve ser, do ponto de vista histórico e cultural, utilizado para promover os Açores, neste caso para promover o Faial.

Tudo isto é que faz o turismo, tudo isto construído em produto, tudo isto construído e orientado para os mercados que nós queremos atingir.

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Secretária.

A Oradora: Peço desculpa, só para terminar.

Como oferta compatível e com uma procura adequada.

E, portanto, em termos de oferta, só para dizer que o Faial tem excelentes hotéis, excelentes alojamentos para oferecer. Tem mais dois hotéis em vias de construção e já aprovados, do ponto de vista dos trâmites legais que são necessários, que é do Hotel do Carmo e o hotel, The Book Hotel e, portanto, nesse sentido, tem todos os ingredientes para continuar esta trajetória que tem

sido, até agora, muito notória, como se pode ver pelos indicadores e que nós esperamos todos que assim seja, porque isso traz riqueza, traz emprego.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

A Oradora: ... traz desenvolvimento e traz notoriedade.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (IL):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário da Agricultura, nós temos muito orgulho no trabalho que é desenvolvido pelos produtores da CALF e não gostamos que o senhor fale nesse tom, do trabalho que é feito pelos produtores de leite do Faial ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um tom elogioso!

O Orador: ... que têm sido enaltecidos pelo trabalho que tem feito. Ainda recentemente, o queijo Ilha Azul e o queijo Capelinhos e o Moledo foram premiados com medalhas ...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, nós temos orgulho no trabalho que é feito e temos orgulho de, ao longo dos últimos anos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nós também!

O Orador: ... termos apoiado a produção de leite através da CALF, na ilha do Faial.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Relativamente ao aeroporto da Horta, Senhora Secretária Regional, eu não sei se, realmente, a senhora tem razão, não sei se é um *mea culpa* porque a senhora era Secretária de Estado de um governo liderado por uma pessoa que veio à ilha do Faial dizer que o aeroporto da Horta não era viável e que não era para se fazer.

Deputada Ana Luís (PS): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Sobre as verbas estéreis terias do Orçamento de Estado para a ampliação da pista do aeroporto da Horta, o que essas verbas estéreis se traduziram, Senhora Deputada Salomé Matos, traduziram-se na transferência já efetuada de 1,2 milhões de euros para a Câmara Municipal da Horta, para fazer o projeto de aplicação da pista do aeroporto da Horta.

Já os 800 mil euros do Governo Regional comprometidos, quando é que vão chegar à Câmara da Horta, isso ainda não sabemos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, não somos nós que estamos a dizer que houve cumprimento. É a Presidente da Comissão de Acompanhamento do PRR Açores que diz que há incumprimento.

Nós sabemos que o senhor não gosta muito de ouvir as associações de pesca, mas se ler está aqui escrito, há um atraso pela falta de adjudicação do Tecnopolo Martec na ilha de Faial. Não somos nós que estamos a dizer, é a Comissão do PRR que o diz.

Deputada Andreia Cardoso e Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: O Senhor Deputado Paulo Estêvão, vem aqui dizer: “estamos a fazer, vai acontecer, este Governo é que vai fazer.”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está feito!

O Orador: Eu vou-lhe dizer o que é que este Governo já fez: inaugurou o edifício das marítimo turísticas, que estava a decorrer das obras vindas do Governo do Partido Socialista, inaugurou o quartel de bombeiros do Faial, uma obra que estava a decorrer vinda do Governo do Partido Socialista, até a UAVISON, a obra da Escola do Mar, resulta de um protocolo assinado pelo anterior Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia, ...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... o entreposto frigorífico da Horta que foi inaugurado pelos senhores vinha do Governo do Partido Socialista. As proteções costeiras de Porto Pim, até o próprio parque de limitação de avarias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até as algas!

O Orador: Portanto, o que os senhores, têm para mostrar aos faialenses é inaugurar as obras que estavam a decorrer, vindas dos Governos do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Até as obras do PRR que estão lá, variante, tecnopolo Martec, navio de investigação foram acauteladas por Governos do Partido Socialista, que o Senhor Presidente do Governo Regional podendo alterar, disse que não ia alterar o que estava definido pelo Governo do Partido Socialista.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, até as obras que vão fazer do PRR vêm dos Governos do Partido Socialista.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Senhora Secretária Regional da Saúde, quem nos disse também que estava à espera de autorização ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Isso é um não assunto!

O Orador: ... de financiamento para completar a obra da Unidade de Saúde da Ilha do Faial foi o conselho de administração da Unidade de Saúde de Ilha do Faial, nomeado por vossa excelência. Portanto, foram eles que nos disseram que estavam à espera da autorização deste Governo para concluir o financiamento para concluir as obras da USIF.

Presidente: Senhor Deputado, tem de terminar.

O Orador: Termino já, Senhor Presidente.

Senhora Secretária Regional das Infraestruturas, já percebemos que houve um diferendo, digamos assim, entre a senhora e o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, relativamente ao parque de invernagem e reparação naval. Inicialmente houve um compromisso assumido pelo Senhor Presidente da Portos dos Açores, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta, pois a Senhora disse que não tinha verbas para fazer essa obra este ano e depois, entretanto, antes dessa Sessão de Perguntas lá lançou um concurso para construir uma vedação e estruturas enterradas,

Presidente: Senhor Deputado.

O Orador: A minha pergunta é: essa estrutura, essa vedação traduz-se, efetivamente, num parque de invernagem e reparação do Porto da Horta ou ainda há algo mais para fazer? E se também há planos deste Governo para fazer a ampliação da Marina da Horta, que ...

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

O Orador: ... como todos sabem, está sobrelotada e também era compromisso do PSD fazer a ampliação da Marina da Horta.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Tem a palavra para responder a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Tiago Branco, colocou aqui várias, umas em comentário, outras em perguntas. Já lá vamos.

Primeiro comentário: em 2012, no meu programa eleitoral está lá a ampliação do aeroporto da Horta, antes de ser Secretária de Estado.

Como Secretária de Estado, este aeroporto, que eu saiba, não é militar, portanto, ser Secretária da Defesa não tem rigorosamente nada a ver com isso.

Mas, tem a ver, já agora, com outra coisa, que o seu Governo, a nível nacional, ainda não conseguiu resolver, que é o segundo aeroporto de Lisboa. Aí já estava definido o Montijo e veja lá, ao tempo que está, quantas hipóteses já se colocaram em cima da mesa e a indecisão que ainda hoje existe sobre a ampliação do aeroporto de Lisboa e que o governo nacional do Partido Socialista não é capaz de decidir. Isso sim, isso é que merece ser falado nesta Casa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Esse voo do Faial para o Montijo foi baixíssimo! Foi rasante!

A Oradora: Não por causa do Governo lá de fora, mas pelo prejuízo que isso traz aos Açores, porque a partir do momento em que não há slots em Lisboa, em que há problemas de constrangimento no aeroporto de Lisboa, quem é que fica prejudicado? Os Açores e a Madeira?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E isso tem que ser falado nesta Casa para exigir que o Governo da República não leve mais 10 anos a resolver o problema do aeroporto de Lisboa. Tem que o resolver rapidamente. Essa é que é a questão principal, o resto são *fait divers* que o senhor trouxe para aí.

Primeira questão está esclarecida,

Deputada Andreia Cardoso (PS): E os 800 mil euros?

A Oradora: Segunda questão, parque de invernagem. Senhor Deputado eu disse e repito: o orçamento da Região não contempla o parque de invernagem. E o senhor, quando se discutiu aqui o orçamento da Região não propôs essa alteração. Propôs essa alteração? Não propôs, portanto, sabe porque estava aqui quando foi aprovado, não está no orçamento.

Mas eu também acrescentei que a empresa Portos dos Açores é uma empresa e tem o seu próprio orçamento.

Portanto, uma coisa é fazer com o contrato programa um investimento com orçamento da Região, outra coisa é fazer um investimento com o seu próprio orçamento. E, portanto, não tem orçamento.

Não tem orçamento?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem, tem! Não paga as obras que estão em curso e como é que vai fazer?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): E porque é que não paga? 50 milhões que estamos a pagar da solidariedade nacional!

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Secretário Regional, já ninguém acredita nisso!

A Oradora: Acha que todas as obras são feitas por contrato programa? Não são!

Portanto, é com o orçamento da Portos dos Açores que a Portos dos Açores vai fazer o parque de invernagem. É com orçamento da Portos dos Açores que o parque de invernagem já foi objeto de um concurso, que está neste momento a decorrer.

Relativamente à Marina, Senhor Deputado, não me vai fazer dissertar aqui sobre os atrasos no Porto da Horta e na sua requalificação e na sua expansão em terra e em mar, desde 2016. Como sabe, a ampliação da Marina está diretamente relacionada com a questão do Porto da Horta e os senhores evitam falar do Porto da Horta porque, obviamente, sabem que isto já vem desde 2016, com muitos problemas que dava uma novela.

Neste momento, o que está a decidido é avançar com as obras em terra, como sabe, e continuar com os testes de mar, relativamente ao Porto da Horta, que ficou altamente prejudicado com a construção do molhe norte e os senhores sabem disso em função da agitação marítima.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Essa é que é a questão, prejudicou a Marina, prejudicou o Porto e não resolveu problema nenhum. Essa é a história do molhe norte do Porto da Horta.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Avançamos para o objeto n.º 2. Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Este segundo objeto: Relações com o poder local e com o Estado, vem na decorrência das visitas que vamos fazendo às Juntas de Freguesia e de onde vamos colhendo preocupações, quer nas relações dessas mesmas Juntas de Freguesia com o Governo Regional, quer com os problemas que estão encastrados nessas freguesias, que têm a ver com relações da Região com o Estado português.

Ora, passados 25 anos do sismo de 1998, o Farol da Ribeirinha, um marco daquela freguesia e da ilha do Faial e até do património arquitetónico dos Açores, continua no mesmo estado em que ficou depois do sismo. Alguma limpeza, algum arranjo exterior, mas não passou disso.

Ora, entende a Iniciativa Liberal que o Farol da Ribeirinha é um *ex-libris* desta ilha, daquela freguesia e dos Açores e nas relações do Governo Regional, quer com a autarquia, com a Junta de Freguesia da Ribeirinha, quer com o Estado, a Iniciativa Liberal pretendia saber o que é que está a ser feito, o que é que está a ser programado para transformar aquele espaço, que é visitável já por muitas pessoas e com riscos, num espaço visitável em segurança e com uma oferta

interpretativa que, ao menos, dê a conhecer a quem ali vai, açorianos e não só, aquela que foi a realidade da importância da farolagem na navegação internacional, da posição geoestratégica dos Açores e também como reforço daquilo que a Senhora Secretária Regional do Turismo, Infraestruturas e Mobilidade já aqui hoje disse várias vezes, de uma maior oferta turística e de espaços visitáveis na Região Autónoma dos Açores?

Penso que a Senhora não terá a mesma opinião de que a época da Páscoa é uma época baixa, como tem o Secretário do Ambiente, mas gostava que me respondessem se, de facto, há algum projeto, há alguma ideia, há alguma solução para aquele espaço do Farol da Ribeirinha que tanto dignificaria, não só a freguesia como todos os Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder...

Quem é que tem os faróis?

Senhora Secretária da Educação e Assuntos Culturais, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O processo da reabilitação do Farol da Ribeirinha é um processo já de ambição longa, já antiga, efetivamente e não tem tido acordo com a Direção dos Faróis e com a possível passagem e assunção de responsabilidades, também a nível da República, no que concerne àquele espaço.

Neste momento, acima de tudo e faço também o enquadramento que nós temos, até do Plano e Orçamento, as diligências que estão a ser efetuadas, em articulação com a Secretaria Regional de Turismo Mobilidade e Infraestruturas é para que nós possamos ter a salvaguarda da segurança no local, a pedir para se fazer esta devida articulação da Direção dos Faróis também, para com a

possível colocação de uma placa informativa sobre os elementos que antecedem a história do próprio farol para que, numa situação posterior, depois, numa outra ordem de prioridades, se possa dar lugar a uma reabilitação do espaço, resolvidos estes diferendos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhor Deputado Nuno Barata, para a réplica, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária Regional, muito obrigado pela sua resposta e iniciativa.

De facto, as relações com a República, muitas vezes, têm sido difíceis. Eu percebo que com a Direção-Geral dos Faróis não seja fácil também, mas nós temos que ser mais consequentes com a República nessas questões, até porque o património está ao abandono e nós também já estamos habituados a isso.

Há Deputados nesta Casa que não gostam que nós venhamos aqui dizer que a República não cumpre com os Açores, mas eu gosto sempre de dizer que Portugal não cumpre com os Açores e com os açorianos e, portanto, se não querem aquele património, se não o vão usar para nada, que o deixem, para nós o utilizarmos e o valorizarmos como ele merece.

E, já agora, Senhora Secretária, sem ser uma pergunta, mas em jeito de acrescentar àquilo que disse sobre o Farol da Ribeirinha, queria também lembrar que há um protocolo que está caducado, com o Moinho da Lomba, na freguesia da Conceição e que o moinho não tem sofrido, da parte da Cultura, a manutenção necessária, e que era também um ponto visitável, bastante assiduamente, pelos nossos visitantes.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se a Senhora Secretária... Não houve perguntas em específico.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Foi uma consideração!

Presidente: Tem a palavra para colocar uma questão, o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vou colocar, como é timbre do Grupo Parlamentar do PPM, uma pergunta direta ao Governo. Mas, não sem antes realizar uma pequena contextualização, que tem a ver com a última intervenção do Partido Socialista em que fui diretamente referenciado e, por isso, eu quero aqui dizer que o Senhor Deputado que fez a intervenção, por parte do grupo Parlamentar do Partido Socialista, assumiu muitas responsabilidades, disse que tudo era responsabilidade do Partido Socialista. Aquilo que não está feito, que já estava pensado, que já estava no papel, que já estava na gaveta. Bem, tudo é responsabilidade do Partido Socialista.

Faltou-lhe apenas referir de quem é a responsabilidade da falência da SATA. Porque é que não referiu também essa responsabilidade?

Porque é que não falou também das dívidas da Atlânticoline e a quase falência também da Atlânticoline? Mais uns aninhos e chegávamos lá também.

Porque é que também não falou nas dívidas da Sinaga? Etc., etc., etc.

Quando se assumem as responsabilidades, têm que se assumir as responsabilidades da totalidade, daquele que foi o vosso trabalho.

A verdade é que Vossa Excelência deu uma série de exemplos de coisas que já estariam pensadas ou já estavam na gaveta do Partido Socialista, mas não estavam feitas e essa é a grande diferença, Senhor Deputado, é que nós estamos a fazer, estamos a concluir obras e estamos a realizar obras, que há décadas que estavam pensadas e que estavam prometidas.

Eu tive a oportunidade, como sabe, de acompanhar aquelas que eram as promessas eleitorais do Partido Socialista e sobre a variante, *por amor de Deus*, estamos há décadas com promessas desse tipo.

Por isso, Senhor Deputado, essa é a vossa herança e é uma herança de não concretização de, grande parte, das referências que Vossa Excelência fez, para não dizer a totalidade.

Bem, a questão que eu quero colocar é outra e é esta que tem a ver, por exemplo: Como é que esta ilha do Faial, há dias, semanas, que não têm um notário? Como é que é possível que aqui se desenvolva, quer o cumprimento das obrigações legais, quer também do ponto de vista daquele que é essencial para a atividade económica, que se possa proceder à legalização de um conjunto de procedimentos? E como é que é possível que o Estado deixe chegar os seus serviços a este patamar?

Bom, eu já nem falo no Corvo. Nós não temos notário há anos! Mas a ilha do Faial tem um e, por vezes, nenhum notário a desempenhar funções durante semanas. Isto é uma vergonha! É por isso que eu quero colocar esta questão ao Governo Regional.

Poderia falar aqui também no défice de efetivos da PSP ou da GNR, colocando em causa a segurança das pessoas aqui na ilha do Faial. É responsabilidade do Estado, não está a ser feito.

A mesma coisa em relação à situação em que se encontra a prisão aqui da Horta. Também num estado degradado, que é também uma responsabilidade do Governo do Partido Socialista ...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... não está a ser feito, Senhor Presidente.

Como por exemplo, as instalações do Tribunal. Isto é uma vergonha, eu envergonho-me, como cidadão, das condições em que se encontram as instalações do Tribunal, aqui, nesta ilha.

Como é que é possível que aquilo se encontre nestas condições?

E, portanto, é este conjunto, não tenho mais tempo, tenho que terminar. Podia continuar a dar aqui um conjunto de exemplos que mostram a degradação dos serviços do Estado no Faial e, é por isso, que eu quero transmitir para o Governo perceber até que ponto é que esta situação tem sido transmitido, por parte do Governo Regional ao Governo da República? É do conhecimento de todos, todos nós sabemos, mas é evidente que, no âmbito do relacionamento com o Estado, o Governo Regional também tem esta responsabilidade de fazer chegar e de reivindicar a solução deste tipo de situações.

Deputado Nuno Barata (IL): A maior conservatória dos açores, a de Ponta Delgada, esteve fechada dois dias por falta de pessoal! Ao que isto chegou!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estevão, é evidente que a situação que alguns serviços do Estado denotam nos Açores é preocupação do Governo, desta Casa, já foi expressa variadíssimas vezes e, infelizmente, o que não se nota são evoluções positivas para que alguns desses problemas sejam resolvidos.

Mas permitam-me também aqui falar de outros problemas que crescem a esses. E é importante que esta Casa tenha em mente os valores que eu vou referir.

Solidariedade nacional em relação ao furacão Lorenzo. Até 31 de dezembro de 2022 a Região já despendeu, através da Portos dos Açores, 76 milhões de euros. O Governo da República, desde os tempos do XII Governo, até agora, transferiu apenas 29,7, quase todo na altura do XII Governo e não do XIII.

E, portanto, temos a receber já faturado e pago, do Governo da República, 39,4 milhões de euros. Acresce a estes valores aquilo que será faturado até ao final de junho, só esta estimativa até ao final de junho, para que não parem as obras. E é bom que as açorianas e açorianos saibam que, se não fosse pelo Governo Regional e a Portos dos Açores se estar a substituir e a pagar a solidariedade anunciada pelo Governo da República, as obras das Flores já teriam parado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E isto, é importante que se saiba.

E para que as obras do furacão Lorenzo não parem, nomeadamente no Porto das Flores, até ao final de junho iremos gastar mais cerca de 20 milhões de euros.

E contando que, destes 20, 85% terão de ser financiados, estamos a falar de mais de 17 milhões de euros. O que quer dizer que os 39,4 que a República já deve, mais os 17, que vai ficar a dever até ao final deste primeiro semestre, são 56 milhões de euros que a Região está a pagar, a solidariedade anunciada pela República e não confirmada.

E isto é importante que esta Casa saiba e que todos saibam. E quem é que está a suportar este peso é essencialmente a Portos dos Açores. Para que as obras do furacão Lorenzo não parem, a Região, através da portos dos Açores, está a substituir-se à solidariedade nacional anunciada e não confirmada.

E para que estas obras não parem, fazemos um enorme esforço, a Região faz um enorme esforço e é preciso, de uma vez por todas, que todos estejamos cientes desta situação.

56 milhões de euros, até junho, ficarão em dívida do Governo da República, suportados pela Região, pondo em causa outras metas orçamentais, que essas são obrigatoriamente nossas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Essa é que é essa !

O Orador: E é isso que está aqui em causa e ainda assim, o prazo médio de dívidas a fornecedores tem vindo a diminuir. Ainda assim, temos a melhor execução no primeiro trimestre do Plano, dos últimos 5 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas isto faz-se com muito esforço, com a falta de solidariedade da República e com a incompreensão de muitos dos que, em vez de criticarem o Governo da Região, deviam exigir perante os seus pares da República, o cumprimento destes 56 milhões de euros prometidos e não cumpridos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Atingimos a nossa hora regimental.

Damos por encerrada esta Sessão de Perguntas.

Voltamos à tarde, às 15 horas com a Agenda.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Acabar a ronda?

Não foi isso que se combinou na Conferência de líderes. Acabava às 13 horas.

Deputada Ana Luís (PS): Uma interpelação se faz favor.

Presidente: Para uma interpelação tem essa palavra a Senhora Deputada Ana Luís.

Deputada Ana Luís (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu não estive presente na Conferência de Líderes. A verdade é que, o Regimento o que diz é que, assim que se inicia uma pergunta, todas as bancadas têm direito a fazer a mesma pergunta.

Acho que, independentemente do que foi combinado, se abre aqui um precedente, porque também quando se concluir as duas horas ou as três horas que estão estipuladas por Conferência de Líderes, mais ninguém também pode fazer essa pergunta. Não tem sido essa a interpretação da Mesa, mas deixo à vossa consideração.

Presidente: Senhora Deputada Ana Luís, não tem sido a interpretação da Mesa também concluir as Sessões às 13 horas. A Conferência de Líderes deliberou, exceccionalmente, que estas duas Sessões de Perguntas terminariam às 13 horas e está em curso, na Conferência de Líderes, uma reflexão sobre os tempos, que a seu tempo, serão decididos sobre essa matéria e, portanto, é este o espírito que eu retirei da Conferência de Líderes, terminaria às 13 horas, sem mais ou menos questões e, portanto, está terminada a Sessão de Perguntas.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados vamos recomeçar os nosso trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Vamos avançar para o ponto 3, uma vez que o ponto 2 será debatido na manhã de amanhã, e o ponto 3 é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 79/XII/, eleva a freguesia de São Mateus da Calheta à categoria de Vila**. É uma iniciativa apresentada pelos grupos parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP, do Bloco de Esquerda, do PPM e pelas Representações Parlamentares do CHEGA, da Iniciativa Liberal, do PAN e pelo Senhor Deputado Independente. Para a apresentação da iniciativa tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Gomes. Faça favor, Senhor Deputado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Hoje discutimos aqui uma iniciativa legislativa que, desde o primeiro momento, mereceu o acolhimento de todos os partidos e representações com assento nesta Assembleia Legislativa, dando eco às pretensões, há muito reivindicadas, pelo povo de São Mateus da Calheta.

Tanto é que, há menos de um ano, estávamos aqui a apreciar uma petição apresentada por um grupo de cidadãos, com igual teor: o de elevar São Mateus da Calheta à categoria de Vila.

É por isso, enquanto Deputado desta Casa, enquanto filho daquela terra, criado e residente no coração da freguesia, é de uma grande honra estar aqui, hoje, 17 de abril, entre vós, a apresentar este projeto de Decreto Legislativo Regional, que visa elevar a freguesia de São Mateus da Calheta à categoria de Vila, agradecendo o apoio de todas as Senhoras e Senhores Deputados desta Casa.

A povoação de São Mateus tem uma antiguidade e um percurso histórico que se materializou numa identidade coletiva peculiar partilhada pelas gentes desta freguesia do concelho de Angra do Heroísmo, e este reconhecimento ao desenvolvimento desta comunidade local que se pretende, pelo ato administrativo e que proporcionará que hoje se dê este passo em frente, deve ser preservado na memória coletiva da futura Vila de São Mateus.

É um facto que São Mateus da Calheta é a freguesia mais populosa do concelho de Angra do Heroísmo, tendo registado um crescimento populacional sistemático, conforme tem sido registado nos CENSOS desde 1981 e onde residem, neste momento, cerca de 3.789 habitantes.

É um facto que São Mateus da Calheta é conhecido pela sua forte e dinâmica comunidade piscatória e pelo seu porto pesqueiro, que se constitui no maior e mais importante foco do desenvolvimento económico piscatório da Ilha Terceira.

É um facto que São Mateus da Calheta também é conhecido pela sua terra fértil que percorre a localidade desde a zona costeira até à parte superior da localidade, conhecida como o Cantinho, onde a agricultura, a pecuária, floricultura e a horticultura representam outro foco de desenvolvimento económico, confluindo com atividades do setor terciário, como o comércio, a restauração e o turismo.

Com uma riqueza histórica refletida nos seus fortes militares que remontam ao século XVI, como seja o Forte Grande e o Forte do Negrito, a par de outros de menor dimensão que ornamentam a sua orla costeira, assim como nas inúmeras quintas e casas senhoriais, São Mateus tem mantido um evidente dinamismo social, cultural e desportivo.

Tal, tem sido prosseguido, através das suas instituições, do seu posto de saúde, das suas igrejas e inúmeras ermidas, dos seus 2 impérios de louvor ao Senhor Espírito Santo, do seu campo de futebol e courts de ténis, dos seus equipamentos escolares e de apoio à infância. Ademais, tem mantido a tradição das suas festas e cultura, e ainda de um acervo de equipamentos próprios à baleação.

Sendo certo de que a freguesia de São Mateus da Calheta cumpre todos os requisitos legais para a sua elevação a vila, é chegado o momento para que essa

elevação aconteça, sem esquecer que tal não será uma alteração de estatuto, *per si*, mas sim um novo capítulo na honrosa História de São Mateus da Calheta.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Coelho, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Hoje é, efetivamente, um dia importante, para esta Assembleia que exerce uma das suas competências, para a freguesia e futura Vila de São Mateus da Calheta, para a ilha Terceira e para os Açores.

Creemos todos que não se trata apenas de um título honorífico, trata-se de uma classificação que faz justiça à história e à realidade de São Mateus da Calheta.

Freguesia da terra e do mar, como aqui já foi referido, freguesia de gente empreendedora, freguesia de solares, freguesia de casas mais humildes, freguesia com múltiplas associações e tradições culturais, profissionais, São Mateus da Calheta é, para além da sua população, uma comunidade muito importante e muito característica da ilha Terceira e dos Açores.

Para além das suas gentes, do seu carácter, lutador e empreendedor, da sua capacidade de trabalhar e de festejar, a verdade é que a evolução de São Mateus da Calheta, para sermos justos e para além da sua população, também faz jus, e é bom dizê-lo aqui agora, à autonomia e ao poder local democrático.

São Mateus é também o que é hoje devido à autonomia, devido aos órgãos de governo próprio, devido à capacidade que se teve, ao longo dos anos, de apoiar de forma estruturada quem precisa ser apoiado. E grande parte dos problemas sociais que São Mateus teve estão hoje debelados, bem debelados, graças à sua gente, que provou uma vez mais que as pessoas merecem ser ajudadas, merecem ser apoiadas e a evolução, naturalmente, dá-se para benefício de todos em múltiplas vertentes.

Mas também o poder local democrático, designadamente o poder de freguesia, foi determinante para esta evolução. São Mateus teve a sorte e o ensejo de escolher, ao longo da nossa história democrática, um conjunto de autarcas de freguesia, lutadores empenhados competentes que sempre lutaram e sempre porfiaram por São Mateus da Calheta e uma parte desses apoios, dessas instituições, dessas infraestruturas também se deve com certeza a essas mulheres e a esses homens que muito fizeram por São Mateus, pela justiça social e pela nossa Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e de alguns Deputados da bancada do PSD).

É de inteira justiça lembrá-los, hoje também, aqui e agora.

Ficamos assim, nos Açores, com mais uma vila. Com mais uma vila na ilha Terceira e em Angra do Heroísmo e, sobretudo, fazemos uma justa homenagem às características empreendedoras, lutadoras, ao espírito de trabalho, ao espírito de festa da população de São Mateus.

Bem haja! Todas as felicidades para a futura vila de São Mateus da Calheta.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, PSD, CDS-PP, PPM, PAN, IL, do BE e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A presente proposta vem dar resposta à intenção da petição aqui debatida - São Mateus da Calheta em direção a vila - subscrita por mais de 300 pessoas.

A petição em questão, fundamentava histórica e legalmente os argumentos que hoje nos levam à apresentação e votação desta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Ora, cumprindo São Mateus da Calheta, os critérios necessários para a sua elevação a vila, o Bloco de Esquerda associou-se à presente proposta, subscrevendo-a.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do Bloco aproveita a ocasião para endereçar os parabéns a todas e todos os naturais e residentes de São Mateus da Calheta pela merecida conquista da elevação a vila.

Muito obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:
O CHEGA subscreve e associa-se a este momento de grande alegria ao povo de São Mateus da Calheta.

E é sempre uma alegria, e através do Senhor Deputado Paulo Gomes, que tem a dupla função também de ser Presidente de Junta, que agora terá a responsabilidade de ter uma vila.

A todas as pessoas que eu visitei há 15 dias, deixo aqui o meu grande abraço e felicitações neste momento histórico e que também me traz alguma alegria em poder fazer parte.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É com enorme alegria e satisfação que somos subscritores desta proposta de elevação da freguesia de São Mateus, à categoria de Vila, volvido um ano, desde a apreciação da petição, que várias centenas de cidadãos nos endereçaram, solicitando esse justo reconhecimento, uma vez que se trata de uma freguesia que, não só cumprindo com todas aquelas que são as condições legais para a sua elevação à categoria de vila, é, efetivamente, uma terra de gente empreendedora, de gente que é pratica a cultura. É uma terra histórica, desde o século XV, patente nas suas fortificações.

É uma terra onde as casas senhoriais e as quintas nos relatam a história daquela terra. Uma terra de agricultura, mas simultaneamente uma terra de mar onde houve baleação e hoje é o mais importante porto de pesca da ilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma freguesia que acolhe inúmeras coletividades, não só do ponto de vista cultural, mas também do ponto de vista desportivo, que praticam desporto de competição, mas também aquela importante que é a formação dos mais jovens.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, portanto, está obviamente reconhecido o mérito nesta proposta que é subscrita por todos os partidos e da qual nos orgulhamos e, portanto, estão de parabéns todos os habitantes e todos os naturais da freguesia de São Mateus da Calheta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Está em debate o projeto de DLR n.º 79/XII, assinado por todos os Grupos e Representações Parlamentares e também pelo Senhor Deputado Independente, que tem como título: Elevar a freguesia de São Mateus da Calheta à categoria de Vila.

Com este desígnio surge de uma petição que firma a ambição e o desejo da população desta freguesia, São Mateus da Calheta.

Petição esta liderada pelo executivo da Junta de Freguesia, que tem como Presidente o Senhor Paulo Gomes, que também é Senhor Deputado Regional, aqui nesta Assembleia, pela Senhora Secretária, Senhora Sêfora Costa e pelo Senhor Tesoureiro António Silva de Medeiros e com a valiosíssima colaboração dos cidadãos investigadores: Senhor José Liduíno Melo de Borba e Senhor Arnaldo Lima Ourique, que através da documentação da petição apresentada na petição cumprem com o n.º 2 do artigo 3.º do DLR n.º14/81/A, intitulado de *Critérios para elevação de freguesias a vila*. Toda a documentação comprova o dinamismo dessa freguesia nos setores social, cultural, desportivo, empresarial e institucional de uma freguesia com uma população em crescimento. Como já foi dito aqui, em 1981, tinha 2929 habitantes e em 2021 tem 3789 habitantes.

Ao se afirmar como vila, através do Decreto desta Assembleia Legislativa, juntar-se-á a outras recentes vilas como Porto Judeu e Rabo de Peixe que viram a sua elevação a vila, respetivamente, em 2016 e 2004.

Ao Grupo Parlamentar do PPM cumpre-nos dar os parabéns a todos os intervenientes políticos das últimas legislaturas, aos atuais e a todos os habitantes de São Mateus da Calheta.

Muitos parabéns!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, PSD, CDS-PP, PPM, IL, do BE e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal também se associou a essa iniciativa legislativa com convicção, com sentido de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, quer pelos vários intervenientes cívicos e políticos, que ao longo das últimas décadas têm ajudado a desenvolver e a retirar de uma situação menos boa, a população de São Mateus da Calheta.

Como homem ligado às atividades do mar, também pessoalmente me regozijo com essa iniciativa. São Mateus da Calheta é, provavelmente, a segunda freguesia dos Açores que mais homens dedica à atividade extrativa da pesca. Nesse sentido, também lançar daqui um grande abraço a todos os cidadãos de São Mateus da Calheta, em especial àqueles que, no seu dia a dia, desenvolvem a atividade da pesca, uma atividade dura, uma atividade onde se trabalha muito e onde nem sempre os recursos são aqueles que são desejados. Uma atividade muito exposta às intempéries, muito exposta a oscilações de mercado e que, portanto, requer uma resiliência muito grande. Só quem é muito resiliente, como nós conhecemos e os casos aqui de São Mateus da Calheta e de Rabo de Peixe, que também que viu a sua freguesia elevada a vila já há algum tempo, são bastante paradigmáticos desse esforço que é feito no dia a dia para fazer desenvolver economicamente uma região, uma população, uma freguesia - que espero que a partir de hoje - Vila de São Mateus da Calheta de Angra do Heroísmo.

Bem haja!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, PSD, CDS-PP, PPM, do BE e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Foi com grande satisfação e entusiasmo que aceitei participar neste Decreto Legislativo Regional que eleva a, até agora, freguesia de São Mateus da Calheta à condição de vila.

Tenho dúvidas se esse novo estatuto de São Mateus da Calheta trará mais riqueza ao povo dessa, agora, vila. Mas não tenho dúvidas de que a tenacidade deste povo, essencialmente, dedicado ao setor primário, que tem sabido ao longo dos anos contrariar o problema de demografia acentuado que a Região tem. Não tenho dúvidas de que este povo com a tenacidade que mostrou, neste sentido, com certeza fará desta, agora nova, vila, uma vila onde há mais prosperidade.

E há mais prosperidade porque, desde logo, há população, há motivação, a motivação que os levou a exigir ou a pedir que fosse reclassificado aquele território e dessa forma valorizado, com essa nova condição de vila.

Portanto, não será seguramente o título de vila que fará do povo de São Mateus da Calheta, um povo mais nobre, porque já nobre é o princípio e, contrariando as dificuldades de ordem económica, que normalmente tendem a existir nessas zonas onde se depende mais do setor primário, mas mesmo com essas dificuldades económicas e sociais, São Mateus da Calheta conseguiu evoluir, como já foi aqui dito em população e conseguiu assumir-se e conseguiu reivindicar de forma justa essa nova condição de vila.

Não tenho dúvidas que, mais do que o título, há aqui um reconhecimento a essa população de São Mateus da Calheta e esse reconhecimento, por ser justo, trará com certeza a satisfação de todos os representantes que aqui representam o povo nesta Casa, de terem feito deste momento, um momento de destaque e de elevação a essa população.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Embora o Governo não tenha poder de decisão, observa e aprecia quer a petição, quer pelas intervenções anteriores, aquilo que vai ser a decisão final dessa qualificação territorial sobre a freguesia de São Mateus.

Em boa verdade, não é só um benefício para a freguesia de São Mateus, mas é um benefício em termos históricos, patrimoniais e em termos de futuro, tudo o que representa a freguesia de São Mateus, não só para o Concelho de Angra, não só para a ilha Terceira, mas também para os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma freguesia que tem história, uma longa história e tem assim um longo futuro. Nada melhor do que este reconhecimento desta qualificação deste estatuto, que acima de tudo, mais do que benefícios, é capaz de dizer que aquele espaço de freguesia é um espaço que tem obviamente uma visão de planeamento de futuro para aquilo que são as políticas públicas.

Em especial, queria dizer umas palavras ao Deputado Paulo Gomes, que também é Presidente da Junta de Freguesia de São Mateus, pela sua capacidade de ousadia e de coragem em trazer esta elevação da freguesia, a vila. Teve uma

visão de futuro, teve uma perspetiva de Açores e teve, acima de tudo, aquilo que é um planeamento do desenvolvimento dos Açores.

A freguesia de São Mateus e o povo de São Mateus, as comunidades de São Mateus estarão assim mais motivadas para serem os agentes ativos no desenvolvimento e no progresso dos Açores em termos económicos e sociais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Parabéns, Senhor Deputado Paulo Gomes, por ter trazido de forma ousada e com coragem essa iniciativa que hoje, pelo que aprecio das intervenções anteriores, vai ser aprovada.

Hoje é um momento histórico, não só para São Mateus, mas para os Açores.

Parabéns pela sua iniciativa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Mas não devia ser o Sr. Secretário da Agricultura a falar!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Na qualidade de Presidente da Comissão de Política de ilha!

Deputado Berto Messias (PS): Mas não é nessa qualidade que o senhor está aí!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Vamos votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º79/XII, eleva a freguesia de São Mateus da Calheta à categoria de vila:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 79/XII foi aprovado na votação na generalidade, por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos à votação na especialidade e debate na especialidade, se houver inscrições.

(Pausa)

Creio não existirem.

Senhor Deputado Paulo Gomes para Declaração de Voto? Ainda faltam aqui três votações.

Há uma proposta de alteração, creio que subscrita por todos, ao n.º 2 do artigo 1.º. É essa proposta de alteração que coloco à votação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo primeiro do diploma com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo primeiro colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está a votação o artigo 2.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo segundo colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 79/XII foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Para uma Declaração de Voto tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Queria primeiramente agradecer ao executivo da Junta de Freguesia que trabalha comigo e todos também que ajudaram, numa primeira instância, a criação da Petição, que depois levou a que fosse elaborado o Decreto Legislativo Regional.

Também agradecer o apoio de todos os Partidos, de todas as Senhoras e Senhores Deputados e, em especial, aqueles que dignificaram este diploma com as suas bonitas e sentidas intervenções, e, portanto, o meu reconhecimento e o meu agradecimento em nome de todos os habitantes de São Mateus.

Também dizer que me apraz registar todas as manifestações que recebi, ao longo dos últimos meses, de pessoas de todas as freguesias, porque podia haver aqui o risco de não haver concordância, mas realmente, como também foi dito

aqui, - agora já se fala da quase vila, ainda não é oficial - mas, portanto, é uma localidade que nutre um carinho especial por todas as pessoas da ilha Terceira e fico muito satisfeito por todo o apoio que recebi.

Naturalmente que o nosso objetivo não é apenas ser um estatuto, mas sim um novo desenvolvimento que queremos promover para as próximas décadas e esperamos que o poder político que está acima da Junta de Freguesia também olhe para a Junta de Freguesia e para a freguesia com outros olhos, porque São Mateus pode ser muito importante para o desenvolvimento do próprio Concelho de Angra do Heroísmo.

Também queria, até porque foi dito aqui e bem, o Senhor Deputado Francisco Coelho - se me permite, Senhor Presidente, eu sei que nas declarações não se pode dirigir aos Senhores Deputados – mas referiu e muito bem, todos os autarcas que passaram para a freguesia a dizer que eu, enquanto cidadão e também no tempo que passei como oposição na Assembleia de Freguesia, sempre respeitei muito quem governou, sempre apoiei, sempre apresentei propostas e, portanto, o que eu apenas espero agora e no futuro é que, para bem das pessoas da freguesia, que este respeito e este apoio seja também retribuído.

Mas não há dúvida que São Mateus cresceu muito nos últimos anos, pelo trabalho de todos, pelo poder político, mas também pela capacidade empreendedora das pessoas de São Mateus.

Portanto, mais uma vez, obrigado a todos e um bem haja!

(Aplausos dos Deputados das bancadas PSD, CDS-PP, PPM, das Deputadas Sandra Dias Faria e Andreia Cardoso e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos avançar na nossa Agenda.

Vamos avançar para o ponto 4 - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII – Regime Jurídico de Criação, Autonomia e gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional.**

É uma proposta, naturalmente, apresentada pelo Governo Regional. Tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, para a sua apresentação. Faça favor, Senhora Secretária.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Governo decidiu, no âmbito das suas políticas para a Legislatura, e logo no seu programa de Governo, proceder a uma ampla e sustentada reformulação do sistema educativo, sem ruturas repentinas que pusessem em causa a estabilidade do trabalho e das equipas, mas que permitisse desburocratizar o trabalho docente; recentrar as aprendizagens nos resultados numa estratégia potenciadora das competências de cada aluno e inverter o processo de desinvestimento progressivo da Região no sistema educativo, promovendo o sucesso.

É neste âmbito que se insere o documento que agora debatemos.

Incutimos, com esta proposta, transparência na gestão do sistema educativo regional e privilegiamos mecanismos de concertação e de ação participada. Promovemos uma maior harmonização de procedimentos, de modo a garantir a desburocratização, a equidade no acesso a respostas educativas, bem como um maior apoio na ação docente.

O documento em análise define escolas menos burocráticas e mais democráticas; valorizando o tempo de trabalho efetivo de cada trabalhador e

fomentando procedimentos eleitorais colegiais para os diferentes órgãos e estruturas de gestão.

Define escolas que beneficiem da participação de outros agentes e trabalhadores nos vários órgãos, imprimido um benéfico trabalho em colegialidade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Com este documento, valorizamos efetivamente o pessoal da ação educativa, garantindo-lhes maior acesso a cargos de gestão intermédia.

Mas propomos também um aumento do tempo de trabalho semanal a alocar para o desempenho de cargos de gestão intermédia. É preciso salvaguardar tempo de trabalho condigno para o desenvolvimento de trabalho pedagógico e de coordenação de qualidade.

Defendemos mandatos de órgãos de escola coincidentes, para que a escola possa unir-se num projeto comum e coletivo, essencial para a construção e execução de um verdadeiro plano de escola, potenciador do sucesso educativo.

Neste domínio, propomos a criação de um plano de escola, com a duração desse mesmo mandato comum, assente num único documento. Queremos com isto uma efetiva desburocratização, alicerçada num mecanismo único, promotor e impulsionador da autonomia de cada unidade orgânica.

Defendemos a criação de um Conselho Regional da Educação com funções consultivas, que pense autonomamente os assuntos da Educação e faça o acompanhamento da política educativa. Um Conselho Regional da Educação, em todo semelhante com o Conselho Nacional da Educação, e cuja presidência passa a ser definida por esta Assembleia Regional e não sob a tutela do Governo Regional. Quanto ao Conselho Coordenador do Sistema Educativo, permanece com o objetivo de acompanhar e coordenar o funcionamento do sistema educativo como órgão colegial e de definição de trabalho das unidades orgânicas.

Com a nossa proposta, são alteradas ainda as classificações das unidades orgânicas, valorizando a sua estrutura e o seu modo de funcionamento e incutindo maior estabilidade durante o mandato dos órgãos da administração e gestão das escolas. Para além do número de alunos, é relevado o número de estabelecimentos de ensino que compõe cada unidade orgânica e são valorizadas as modalidades os ciclos e os níveis de ensino de cada escola.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Esta proposta que o Governo hoje apresenta nesta Assembleia é o resultado de negociações com os dois sindicatos representativos do pessoal docente e com os três sindicatos representativos do pessoal da ação educativa na Região. Uma negociação pautada por uma recíproca cooperação, com evidências de convergência entre as partes, num clima de confiança que há muito não se sentia no sistema educativo regional e que representa a antítese do que sucede no Continente.

Se esta Assembleia aprovar a proposta do Governo, aprova a valorização de cada trabalhador do sistema educativo regional, aprova maior autonomia das nossas escolas e aprova a justiça e a transparência do sistema educativo regional.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional da Educação.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Vera Pires, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Governo traz-nos hoje aqui o regime jurídico de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, como proposta de novo decreto legislativo regional, alegando a necessidade de uma adequação estrutural e terminológica.

No entanto, e perante o diploma apresentado, o que nos parece bem visível é que este Governo quer deixar uma marca com a revogação do DLR existente e a apresentação de um novo diploma integral, quando na verdade, o que estamos a analisar é, nem mais nem menos, que um conjunto de alterações e aditamentos ao diploma existente.

Reconhecemos que existem melhoramentos, contudo, não nos parece que estes justifiquem a necessidade da criação de um alegado diploma novo quando, efetivamente, não o é.

Para além disso, importa salientar nesta proposta a intenção expressa de e passo a citar: “conferir maior democraticidade na constituição das estruturas de gestão intermédia, valorizando a intervenção dos trabalhadores da ação educativa.” O que, na realidade, do nosso ponto de vista, não acontece. É para nós fundamental estabelecer formas justas de compensação para os detentores de cargos de gestão e coordenação e em estruturas de orientação educativa que satisfaçam efetivamente os e as trabalhadoras que assumem estas responsabilidades inerentes.

Cada vez mais se assiste ao desinteresse que grande parte dos docentes demonstra por ocupar cargos de gestão e coordenação, o que é perfeitamente compreensível, pois as condições oferecidas atualmente, bem como as previstas no diploma, agora aqui em discussão, são manifestamente insuficientes para a

tamanha carga de trabalho e responsabilidade que estes cargos comportam. Como tal, é necessário que a estes docentes sejam atribuídas, cumulativamente, reduções de horário para que possam desenvolver o trabalho inerente às funções, bem como gratificações justas pela responsabilidade acrescida que assumem.

Consideramos também que, reconhecendo a importância dos conselhos executivos enquanto órgãos de administração e gestão das unidades orgânicas, para além da dispensa total da componente letiva e da devida gratificação aos seus membros, é necessário garantir que estes órgãos integram recursos humanos suficientes, independentemente da unidade orgânica em que desempenham funções, uma vez que é o conselho executivo o responsável pela gestão de todas as áreas, nomeadamente a pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial e financeira.

Outra questão que merece a nossa atenção é o facto de, nesta proposta, o Governo pretender retirar do Conselho Coordenador do Sistema Educativo os representantes das associações sindicais do pessoal docente e do pessoal da ação educativa, permitindo-lhes apenas participar enquanto convidados e sem direito a voto.

Consideramos esta medida um retrocesso, uma vez que estas associações representam centenas e centenas de trabalhadores e trabalhadoras e devem fazer parte integrante do Conselho.

Como tal, o Bloco de Esquerda entregou um conjunto de propostas de alteração visando a melhoria desta proposta de DLR, no que respeita aos problemas por nós identificados, em prol do sistema educativo regional.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Estamos aqui perante o debate e a análise do regime da proposta do Governo Regional, relativamente ao regime jurídico da criação e autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional.

Parece-nos que este regime, agora aqui em análise, que estabelece a forma como as escolas estão organizadas quanto às suas diversas estruturas de gestão, parece-nos que efetivamente existe aqui uma mudança de paradigma, existem melhorias que são efetivamente consideráveis.

Este diploma que estamos agora a analisar, como foi dito, daquela tribuna por parte da Senhora Secretária, foi alvo de negociação com os dois sindicatos do pessoal docente, com os três sindicatos do pessoal da ação educativa que têm representatividade na Região.

Isso foi transmitido nas audições que tivemos, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, exatamente, os sindicatos transmitiram que algumas daquelas que eram as suas reivindicações, e estas foram também integradas neste diploma. E a verdade é que nos parece que existem alterações bastante positivas, relativamente ao diploma anterior e que existe também aqui uma mudança, naquilo que é o entendimento relativamente à gestão e autonomia das unidades orgânicas e, por isso, também não nos choca que tenha surgido este novo regime e não uma alteração ao diploma existente.

Em relação às melhorias que nos parecem que são consideráveis com a aplicação deste regime jurídico, passa exatamente pela criação do plano de escola, que nos parece que levará à simplificação do trabalho, por parte dos professores. Existe um documento único de planeamento estratégico para cada

unidade orgânica e é com base nessa plataforma, que será criada especificamente para este fim, pela direção regional, parece-nos que será, sem dúvida, uma melhoria também significativa, e considero que seja isso o intuito da própria Secretaria Regional, exatamente se conseguir a simplificação e desburocratizar muito do trabalho feito por parte dos professores e que há muito reivindicado e parece-nos que esta é uma boa medida, uma vez que passa a ação pedagógica da escola a estar compilada num documento único.

Outra melhoria que nos parece que é considerável é, sem dúvida, a articulação entre os órgãos de estrutura de gestão intermédia, a maior redução do tempo de trabalho semanal para os cargos de gestão intermédia, havendo também - e parece-nos que isso também é bastante importante - a valorização da intervenção dos trabalhadores da ação educativa com maior acesso a cargos de gestão, existindo também aqui uma escola mais integrada, mais participada e isso é também de relevar.

A criação do Conselho Regional de Educação é, sem dúvida importante. Temos agora aqui com este diploma a criação do Conselho com autonomia, que não está na dependência da Secretaria Regional, em que será um órgão consultivo e que irá analisar e pronunciar-se sobre as diversas questões educativas e acho que isso é bastante importante, não estar sobre a alçada da Secretaria Regional e ser, sim, um órgão autónomo para poder fazer essa reflexão abrangente e participada sobre o que são as políticas na área da educação.

Algo que também com este diploma se consegue, é efetivamente os mandatos dos órgãos de escola serem coincidentes. É também a questão da alteração das classificações da unidade orgânica e a verdade é que isso até foi referenciado por parte dos dois sindicatos, em que nesta proposta, essa classificação deixa de estar apenas referenciada com a questão do número de alunos, mas também tendo outros parâmetros que são contabilizados como o número de

estabelecimentos de ensino da unidade orgânica ou ainda as modalidades do ciclo e níveis de ensino.

De uma forma agora, nesta primeira intervenção, bastante geral, parece-nos que estes são os aspetos mais relevantes de toda esta Iniciativa. A verdade, e no seguimento daquilo que foi dito pela Senhora Deputada Vera Pires, do Bloco de Esquerda e os próprios sindicatos também referenciaram isso, em relação às remunerações, de ir mais além. E claro que todos nós gostaríamos de estar em condições de poder ir sempre mais além, de poder atribuir outros índices remuneratórios, outras percentagens, mas a verdade é que existe um orçamento que não é inesgotável, um orçamento que é necessário gerir. Acho que é importante este passo de poder também dar mais horas para que estes professores que estão afetos a estes órgãos de gestão intermédia possam exercer essas funções. Acho que esse passo também é bastante significativo. Claro que num mundo perfeito gostaríamos sempre de ir mais além, mas achamos que existem aqui mudanças que são importantes. Alterações que são consideráveis para a melhoria da gestão, da autonomia das escolas e de termos, efetivamente e parece-nos que isso é de todo importante, que é a simplificação dos processos escolares, de uma maior desburocratização para que os professores efetivamente tenham cada vez mais tempo para poder-se dedicar àquilo que efetivamente é cada vez mais exigente, que é darem as suas aulas, lecionarem e parece-nos que este é um caminho que tem existido, por parte deste Governo Regional, naquilo que concerne à melhoria das condições de trabalho dos professores. Este é mais um passo nesse sentido e parece-nos que estamos aqui, sem dúvida, perante um regime jurídico que terá vantagens para a nossa educação na nossa Região.

Deputado Gustavo Alves (PPM) Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que o Grupo Parlamentar do PS se encontra completamente alinhado com a intenção de plasmar, num diploma como este, a redução da burocracia e o crescimento da democracia.

E portanto, menos burocracia, mais democracia no seio das nossas escolas, será do nosso ponto de vista essencial.

E, por isso mesmo, estamos plenamente de acordo que se mexa no diploma com este foco.

No entanto, entendemos que o diploma não consegue, no seu articulado, transmitir aquilo que, na verdade, no seu preâmbulo, deixa bem claro.

É neste sentido que o Grupo Parlamentar do PS, uma vez mais procurando contribuir para a melhoria do nosso sistema educativo traz um conjunto de propostas com a intenção de o melhorar, para que depois, digamos que, no seu final, todos consigamos votar a favor dele, para que eventualmente todos fiquemos satisfeitos com ele.

De uma forma muito geral, porque o diploma é profundo e extenso, eu gostaria de salientar aqui quatro ou cinco propostas de alteração do Grupo Parlamentar do PS que nos parecem incontornáveis para que o diploma sofra essa tal melhoria que nós preconizamos.

Propomos que o Presidente da Assembleia de Escola veja valorizada a sua a sua ação, equivalendo as suas condições de trabalho - vamos dizer assim - enquanto Presidente da Assembleia de Escola, às do Presidente do Conselho Pedagógico. Bem, sabemos que o Presidente do Conselho Pedagógico, eventualmente reúne muitas mais vezes, eventualmente está muito mais envolvido em trabalhos complicados na elaboração de diplomas, na sua decisão, na sua discussão, porém, todos nós também bem sabemos que o Presidente da Assembleia de Escola é a primeira figura de responsabilidade da unidade orgânica e, por esse mesmo motivo, nós entendemos que essa primeira figura deve ser valorizada, no sentido de, no mínimo, ver uma equivalência nas suas condições de trabalho, enquanto Presidente do Conselho da Assembleia de Escola.

Propomos também que o Conselho Executivo veja atualizado o seu índice de gratificação, para novamente o índice do meio da tabela, ou seja, a tabela, a tabela da escala indiciária é hoje de dez escalões. A lógica que norteou o índice que estava, era o facto de ser o intermédio e, portanto, o grupo parlamentar do PS propõe exatamente a reposição dessa mesma lógica, portanto, propondo o índice 235, que é o índice do meio da escala indiciária.

Propomos também, no sentido de não trazer mais burocracia ao Presidente do Conselho Executivo, que é por inerência do cargo, Presidente do Conselho Administrativo, propomos também que o Presidente do Conselho Administrativo, que é o mesmo, como disse, não se veja obrigado a reunir uma vez mais, por mês, enquanto Presidente do Conselho Administrativo.

Portanto, compreendemos os motivos já explicados pela Senhora Secretária, porém não concordamos com eles.

Senhora Secretária entende que deve haver mais uma reunião do Conselho Administrativo para que, como que se obrigue este órgão se debruçar mais sobre os assuntos, pois a nossa perspetiva é contrária.

Achamos que mais burocracia e mais uma obrigatoriedade não é o caminho. Talvez uma formação, duas ou três, com alguma regularidade, fosse o caminho. Propomos ainda que o coordenador da biblioteca seja mais valorizado, portanto, a proposta de dois, três e quatro tempos para escolas de pequena, média e grande dimensão é muito parco para o trabalho que se pede ao coordenador da biblioteca e, portanto, se querem valorizar a biblioteca escolar, se querem valorizar a rede regional de bibliotecas escolares, se querem valorizar o plano regional de leitura, não será propriamente este o caminho correto a seguir-se.

Queremos ainda dizer numa primeira intervenção que concordamos inteiramente com o facto de se criar, ou de se propor a criação de um Conselho Regional de Educação. Parece-nos bem, na medida em que é um órgão externo e, portanto, o seu contributo poderá, sem dúvida alguma, trazer uma mais-valia. Porém, discordamos completamente em esvaziar o conselho coordenador do sistema educativo, levando os sindicatos do setor apenas a participar de uma forma regular no Conselho Regional e não no Conselho Coordenador, levando os pais encarregados de educação ou os seus representantes, também a participar exclusivamente de uma forma regular, com assento no Conselho Regional e não no Conselho Coordenador, retirando os representantes dos alunos do Conselho Coordenador e, portanto, do nosso ponto de vista, será muito importante que eles participem porque o Conselho Coordenador está a montante das decisões, participa na sua elaboração e não é um mero órgão consultivo, como eventualmente poderá vir a ser o Conselho Regional de Educação e, por isso mesmo, numa primeira intervenção, ficamos por aqui.

Gostaríamos de dizer que seria ótimo que nos acompanhassem, porque a nossa intenção é também acompanhar-vos.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para participar no debate tem a palavra a Senhora Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nós estamos aqui novamente a analisar mais um documento basilar na área da educação, como tantos outros que já analisamos e ainda outros que virão.

E dizer que este regime jurídico de criação de autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional foi criado em 2005 e, desde então já sofreu várias alterações.

Diz a Senhora Deputada Vera Pires, que não se justificava um novo documento. O que é facto é que, com o passar do tempo e com as alterações introduzidas, um novo diploma vem aqui facilitar a leitura das novas normas existentes.

Portanto, visitar documentos desta natureza são sempre importantes e pertinentes porque, de facto, a educação deve ser viva, deve ser dinâmica, evolutiva e uma escola que se abre à comunidade é uma escola que nunca está terminada. Daí que, com o passar do tempo, haja novas necessidades e haja, de facto, esse visitar para melhorar aquilo que existe.

De facto, há aqui um ponto único que o Partido Socialista nos diz que concorda, que é o Conselho Regional de Educação. É de facto uma medida importante que é proposto aqui neste novo diploma. Tudo o resto parece saber a pouco.

De facto, para o Partido Socialista, tudo o que é feito, que é proposto, que é alterado, sabe sempre a pouco ou nada, há sempre um tom de crítica, muitas vezes destrutiva, daquilo que é o trabalho feito e daquilo que se tem feito nos últimos tempos em prol da educação. Agora, de facto, traz-nos aqui um conjunto de soluções que vem salvar este diploma.

Obviamente que todas as propostas serão analisadas e são bem-vindas e quando há aqui um trabalho conjunto, se for para melhorar aquilo que está proposto, pois assim veremos.

Mas já foi também aqui dito e reforçado e lembrado, as opções têm de ser tomadas também com uma certa cautela, temos de fazer um planeamento e não é apresentar um conjunto de propostas para dar tudo aquilo que não foi dado até agora.

Enquanto ouvia o senhor deputado, até me lembrei aqui de um poema de José Régio, quem costuma declamar os poemas aqui é o Senhor Deputado Nuno Barata, mas José Régio também dizia, assim: “Vem por aqui”- dizem-me alguns com olhos doces,/ Estendendo-me os braços, e seguros/De que seria bom que eu os ouvisse/Quando me dizem: “vem por aqui”!/Eu olho-os com olhos lassos,/E cruzo os braços,/E nunca vou por ali...”

Pois, eu não diria nunca, mas é bem possível que não vá por aí. E não vou por aí, por uma razão muito simples, porque o caminho que é apontado, já todos nós por ele passamos e foi ele que nos trouxe ao estado de educação que encontramos agora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, é preciso lembrar que os estabelecimentos de ensino dispõe de uma capacidade de decisão própria, através dos órgãos que têm e em diferentes domínios. Obviamente que isso se exerce através da atribuição de competências, recursos que são transferidos de outras esferas aqui da administração.

E é precisamente isto que este diploma aqui vem propor, é ir mais longe naquilo que oferece, também ao nível das da gestão das escolas, porque nós acreditamos que as lideranças das organizações educativas funcionam como elemento catalisador daquilo que é a cultura organizacional e também as condições da escola, e isso também terá reflexos naquilo que será o desempenho dos alunos.

Portanto, pretendemos com este diploma, criar melhor condições para que haja lugar uma maior liderança, também pedagógica. Não só administrativa e financeira, mas também pedagógica porque isto vai ter efeitos, certamente naquilo que são os resultados nefastos que temos como indicadores.

Há vários aspetos positivos, eu não vou estar a repetir todos eles, mas já foram aqui amplamente falados, tanto daquela tribuna, como a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, que lembrou a questão da desburocratização, a salvaguarda de tempo semanal para diferentes cargos, a valorização do pessoal da ação educativa, que já aconteceu com o diploma anterior aprovado nesta Casa e voltar a acontecer agora, a criação do Conselho Regional de Educação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, há aqui *n* há questões que vão certamente ao encontro daquilo, que também são as expectativas das escolas.

Se desejávamos ir mais longe? Pois, desejávamos, mas também temos a consciência que nem sempre é possível e há constrangimentos de outra ordem que por esta razão, possivelmente, neste momento, não nos permitem, mas já há aqui um trabalho de fundo, já há aqui um trabalho de melhoria substancial e temos que ter em conta isso. Estamos do lado das escolas e queremos melhorar aquilo que acontece nas escolas.

Estas alterações, a par de outras, abrem também lugar a mudanças internas. E o que é que eu quero dizer? É que na escola interagem vários atores. Digamos que uns são sujeitos, por um lado, àquilo que são as influências externas, que são as governamentais, mas também àquilo que são, por outro, as influências internas.

Temos os professores, os alunos, os pais encarregados de educação, o pessoal da ação educativa e na medida em que todos eles interpretam e implementam os normativos e as orientações da tutela, estes atores internos também constroem aquilo que é a autonomia das escolas. Ou seja, não basta só decretar. E dizia isso, ontem, o Senhor Deputado Rodolfo Franca, à saída de uma reunião. Se não foi por essas palavras, muito semelhantes: “não basta só decretar, é preciso que tenha efeitos consequentes”. Pois é necessário, mas é necessário envolver todos e essa construção deve partir também das dinâmicas internas das próprias escolas, utilizando instrumentos próprios de auto regulação que permitam cumprir com eficácia aquilo que é o fim último de cada uma destas organizações.

Portanto, nesta primeira intervenção ficaria por aqui a dizer que é sùmula tudo isto que temos feito, de todos esses documentos basilares e tudo aquilo que temos dado à escola que trará efeitos num futuro próximo.

Obrigada.

Deputados João Bruto da Costa e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):**Obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Bem bom que falamos novamente de educação. É sempre um sinal de dinâmica, é um sinal de que queremos melhorar, é um sinal de que queremos ir em frente.

Variadas vezes temos dito, a educação é, e deve ser, e tem que ser, o pilar da nossa sociedade porque sem educação não somos nada, seríamos uns meros seres humanos ignorantes, como alguns têm demonstrado nalgumas ocasiões.

A valorização das pessoas é fundamental em qualquer profissão e sendo tão importante a educação, a valorização dos seus profissionais.

A simplificação do trabalho de um professor é fundamental. Aqui andamos já dizer, pelo menos no tempo cá estou, nesses 2 anos, que é preciso tirar de cima dos professores esta carga burocrática. É importante nós darmos esse passo em frente.

É também com alguma satisfação e também das reuniões que tive com alguns sindicatos, ver que há também algum consenso, ao contrário do que vamos vendo na República, nós cá temos conseguido. É um trabalho de esforço, é verdade, os sindicatos têm o seu papel, o Governo tem o seu papel, nós temos o nosso papel aqui, mas quando conseguimos chegar a pontos comuns, nós chegamos àquilo que eu bem me recordo, há um ano e pouco atrás falávamos todos de um pacto para a educação e esse pacto tem que existir porque não está em causa os senhores deputados, nem os senhores partidos dos senhores deputados. O que está aqui em causa são as futuras gerações dos açorianos que aqui andam e dos que para aqui vêm e a dinâmica que a educação tem, merece e precisa nós temos que atualizar constantemente. É com alguma satisfação que o CHEGA vê que estamos a dar este passo em frente, ao contrário de outras situações em que marcámos passo na educação, eu tenho que aceitar e tenho que reconhecer: nós temos dado passos em frente, falta-nos aqui os estatutos, espero que seja muito em breve, mas já começamos.

Também disse, ainda há pouco tempo, nós não podemos olhar para a educação como um custo financeiro, mas como investimento no futuro dos Açores. Por isso, Senhora Secretária, Senhor Secretário das Finanças, que é o senhor que a chave da gaveta do dinheiro, a educação não pode ter preço, a educação não

pode ter preço, a educação não pode ter preço. Eu tenho que repetir isto porque a educação não pode ter cifrões ou euros a impedir o seu progresso. Tudo o que nós pudermos investir na educação é muito bem investido. Ao contrário de outras coisas que já investimos e, se calhar, continuamos a investir, que é sempre de devolução ao bem-estar dos açorianos de forma muito duvidosa.

A educação tem que ser uma prioridade nesta Casa. Tem que ser uma prioridade dos Açores. Tem que ser uma prioridade para todos os governantes e todos os açorianos.

E que assim seja e estamos aqui para apoiar esta proposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Parece que estamos noutra país, não parece? Em que a educação não está a *ferro e fogo* nas ruas. Uma contestação tão grande em relação ao sistema educativo, em relação à desvalorização da carreira dos professores, em relação a um conjunto de questões, ao aumento da burocracia, a um conjunto de questões que levam a que no país, hoje, seja um sistema discutido e um sistema problematizado por muita gente.

Na Região Autónoma dos Açores e nós vimos até isso pela intervenção do Senhor Deputado Rodolfo Franca, está a caminhar-se no sentido correto.

E também dos pareceres, quer das diversas entidades, quer dos sindicatos, tiveram oportunidade de dizer que, com esta proposta se está a avançar no caminho certo e que se está a conseguir e a introduzir uma série de melhorias no âmbito da gestão escolar.

Isto é muito importante, que se recolha esta unanimidade de posições.

Nós o que podemos discutir é, o que é que explica o sucesso de sistemas educativos, como por exemplo, na Europa do Norte, sistemas como o finlandês, que tem o sucesso que tem, ou também no sistemas como os sistemas asiáticos, que obviamente que são muito diferentes, porque tem um contexto cultural muito diferente, mas há uma coisa que tem em comum com os sistemas norte da Europa, que têm sucesso e estes sistemas também de alguns países asiáticos que também têm sucesso, que é a possibilidade de consensualizar um modelo educativo. Essa tem sido uma arma fundamental.

Se o sistema educativo é um sistema que é altamente problematizado, que significa um confronto permanente entre os diversos agentes educativos, é evidente que isso é desfavorável para o sucesso do sistema.

Nós temos que tentar e estamos a fazer isso com este Governo Regional, ninguém o negará, temos que consensualizar posições, temos que ter um projeto regional, termos um projeto de comunidade, um projeto Açores e é isso que nós estamos a fazer e que estamos a fazer com sucesso.

Só para fazer uma pequena referência em relação ao passado porque não foi assim durante os governos do Partido Socialista, principalmente nos últimos anos, em que eram aqui chumbadas as propostas todas dos partidos de oposição.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Não é verdade!

O Orador: Foi! Isto está registado, é histórico!

Em que o Partido Socialista ditava a configuração do sistema educativo sozinho, sem ouvir ninguém, com uma total e os senhores deputados sabem que é verdade e quem aqui esteve, ao longo destes anos todos, sabe que é verdade, que existia uma existia uma posição do Partido Socialista que não ouvia ninguém, no âmbito do sistema educativo. E a nossa postura, a postura que se está aqui a ter, é uma postura de abertura, de consensualização e a consensualização é - estou absolutamente convencido disso - é a

consensualização de posições, é algo que é um elemento fundamental, do ponto de vista, do ponto de vista do sucesso dos sistemas educativos.

Deixem-me dizer-vos o seguinte: Também avançamos em pontos que são fundamentais, por exemplo, combate à burocracia. O combate à burocracia, aqui há um enorme avanço com a criação do plano de escola. Há um combate efetivo à burocracia que foi sendo criada na nossa escolas. Há este propósito.

Há quem diga: “Mas terá sucesso?” Bom que nós temos que fazer, é tomar medidas legislativas nesse sentido e este é um avanço muito significativo, a criação de um plano de escola que pretende atingir esse objetivo.

Depois também a criação de um Conselho Regional de Educação, o tal elemento independente que é necessário, que é fundamental, que não será controlado pelo Governo porque a presidência exige uma maioria qualificada aqui nesta Assembleia, o que quer dizer que será um órgão plural, o que quer dizer que vamos ter um sistema educativo e que este Governo aceita o desafio de dizer, nós não definimos tudo, nós estamos prontos para ouvir a participação da comunidade, sem controlar essa participação, sem ter a capacidade também de bloquear essa participação, dando independência, no âmbito deste Parlamento e não de uma maioria parlamentar, mas de uma maioria qualificada que obriga à participação de todos, á definição de todos.

Meus senhores, é ou não é um avanço significativo? Não significa a democratização do nosso sistema, também do sistema educativo. Eu penso que todos concordarão que é também algo a ter em conta.

O resto são acertos que me parecem absolutamente lógicos, como por exemplo, a coincidência dos mandatos dos órgãos, que é essencial, dos departamentos, dos conselhos executivos, para que todos possam trabalhar e possam, evidentemente, projetar os seus mandatos e planificar os seus mandatos, ao longo do mesmo período. É um acerto, é uma melhoria, não é, digamos assim, aquilo que é decisivo.

Aquilo que é decisivo eu tive a oportunidade de referenciar, logo no início desta intervenção.

Por isso, é que eu acho, todos aqueles que foram ouvidos acham, e pelos vistos, o Partido Socialista também acha, que se trata de um avanço. É evidente que os diferentes Partidos têm aqui propostas que serão devidamente analisadas e tidas em conta, por parte dos partidos também da coligação, mas, como é evidente, estamos no caminho certo.

Mantemos a escola democrática, a eleição dos órgãos de gestão. Aprofundamos a democratização das nossas escolas com a criação do Conselho Regional de Educação. Operacionalizamos um conjunto de procedimentos que vão passar a ser mais simples. Destruímos uma parte considerável da burocracia, acredito absolutamente nisso e também introduzimos melhorias de funcionamento do sistema, até do ponto de vista daquelas que são os órgãos intermédios.

Por isso, esta proposta é uma proposta que vai no caminho certo e tenho a certeza que tem o apoio maioritário da sociedade açoriana e de todos aqueles que participam, de uma forma ou de outra, no âmbito do sistema educativo regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca, faça favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, queria-lhe fazer assim, de repente, uma pergunta que poderá depois responder: então, se o Partido Socialista decidia tudo sozinho, terá sido o Partido Socialista dos Açores que sozinho decidiu a recuperação do tempo integral de serviço do pessoal docente na Região e, portanto pergunto-lhe se mantém a mesma opinião quando aquilo que o Partido Socialista fez na altura foi isto, e isto faz com que nas ruas não vejamos aquilo que acontece nas ruas da República do continente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Hã...

O Orador: Senhor Deputado João Bruto da Costa, já que está assim com um problema aí na sua garganta, eu queria-lhe então dirigir também a palavra, dizendo o seguinte: eu sou a pessoa que nada tem de burocracia. Se me conhecesse melhor... E, portanto, num aparte disse que eu era contra a retirada de burocracia da escola.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor disse ontem!

Não disse nada disso, peço imensa desculpa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor disse ontem nas notícias!

O Orador: Mas vou repetir o que disse e, portanto, o que disse foi no sentido, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista entender que retirar burocracia não é só chegar aos órgãos de gestão das escolas e tudo o que é documento, *vamos lá rasgar*.

Portanto, do nosso ponto de vista, fazer desaparecer tudo o que é documento estruturante de uma unidade orgânica, não é exatamente o mesmo do que procurar retirar burocracia das escolas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Burocracia!

O Orador: Precisamente por isso, não estando nós contra um documento que consiga eventualmente reunir isso tudo, o plano de escola, não estando nós contra isso, precisamente por isso é que nós propomos, a dado momento das nossas propostas de alteração, que a direção regional da tutela salvaguarde uma

matriz universal para as escolas esse documento, que tem as escolas a sua autonomia de o construir, com certeza que sim, mas havendo uma matriz, há um garante de que, nesse documento, estão plasmadas determinadas orientações e que a escola não fique efetivamente à deriva.

Portanto, isso não é burocracia. Isso é garantir que a escola trabalha bem, com orientação e não ficam escolas sem norte. Portanto, uma coisa é absolutamente diferente da outra, do nosso ponto de vista.

Senhora Deputada Délia Melo, a herança deste Governo é, tão pouco, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): É pesada! É um fardo pesado!

O Orador: ... os melhores resultados de sempre que a Região Autónoma dos Açores obteve no ano 2020. O melhor resultado de sempre foi no ano de 2020, no que toca às aprendizagens dos alunos e, portanto, se isso é uma má herança, novamente, não compreendemos o que querem dizer nem sugerir.

E portanto, deixando aqui, novamente, a posição que inicialmente manifestei, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, está inteiramente disponível para contribuir e está fazendo com estas propostas, que nos parecem importantes de serem acompanhadas para que o sistema educativo regional beneficie.

Só mais uma coisa, os conselhos executivos sem as nossas propostas, só com a proposta do Governo, não beneficia absolutamente nada e são os conselhos executivos, os órgãos, o motor da escola, vamos dizer assim, e nós sabemos por n visitas a n escolas que temos feito, que há muitos conselhos executivos que ou querem desistir ou não querem mais candidatar-se, apesar de o poderem fazer.

E, portanto, isso preocupa-nos, preocupa-nos que os conselhos executivos estejam desmotivados e é nesse sentido também que nós propomos aqui uma série de condições de trabalho para os órgãos de gestão, nomeadamente os conselhos executivos.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Os Açores, hoje, em termos de educação, vivem uma situação que é absolutamente diferente daquela que se vive no continente.

Não temos a convulsão que ali se verifica, não temos a falta de aulas para os alunos, não temos a contestação, não temos a insatisfação dos docentes, como temos no continente português.

É verdade, em parte, isso deve-se à decisão do anterior Governo Regional, de recuperar uma parte do tempo de serviço que havia sido congelado.

É verdade também, que os factos assim o demonstram, que uma parte desse reconhecimento e atitude do Governo Regional se deveu à tenacidade da luta dos professores e o Governo Regional de então, não teve tanta arrogância, quanto hoje tem o camarada, António Costa, Primeiro-Ministro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, a constatação dos factos leva-nos a dizer isto, que eu julgo ser indesmentível e reconhecido por todos.

Mas também a constatação dos factos nos leva a dizer outras coisas, nomeadamente, de que é este diploma que vai fazer a recuperação de tempo de serviço, perdido entre carreiras, por uma, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... deixem-me dizer assim, uma *brincadeira* do Partido Socialista de fazer estatutos da carreira docente, ao sabor de circunstâncias várias. E houve docentes que perderam tempo de serviço, que só agora com este diploma vão poder recuperar. E, nalguns casos, isto significa uma recuperação superior a 10 anos e, portanto, isto no fundo, são medidas que este Governo Regional está a fazer para que, efetivamente, nós tenhamos um melhor sistema educativo na Região.

Já contra o resto, o *depois, o depois* é um pesadelo, Senhor Deputado Rodolfo Franca, Senhor Deputado do Partido Socialista, o *depois* é um pesadelo. Porque já se teve oportunidade, já se teve o tempo, já se teve o poder, já se teve até o estado de graça e algo institucional para fazer aquilo que não foi feito.

E, hoje, o Partido Socialista é confrontado com isto. Com aquilo que podia efetivamente ter feito e não fez. E, hoje, com um peso na consciência arroga-se um bocadinho na imprudência de, até propor coisas que podia ter feito nos 10 anos que vão, entre o última alteração desta matéria legislativa, até ao momento. Nomeadamente, nos suplementos remuneratórios que propõe atribuir pelo exercício de cargos de gestão nas nossas escolas, desde Presidente do Conselho Executivo, Presidente do Conselho Pedagógico, da Assembleia de Escola, até chegando aos coordenadores de núcleo.

E eu tenho uma pergunta para deixar o Partido Socialista, para ver até que ponto é que o Partido Socialista tem consciência daquilo que está a propor: quanto é que isso importa, em termos financeiros?

Mensalmente ou no ano letivo? Para nós sabermos se, efetivamente, as finanças públicas regionais comportam, ou não, com esse aumento da despesa. Saber quanto é que isso custa? Porque é uma pergunta inevitável. Era inevitável no passado, quando os senhores perguntavam às bancadas da oposição: “Quanto é que custa as vossas propostas?”. A mesma pergunta, hoje, tem toda a

oportunidade, tem toda a validade que tinha naquela altura e, portanto, ficamos à espera da resposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Rodolfo Franca, não vamos reescrever a história. A maior parte dos diplomas sobre a educação eram aqui chumbados, reiteradamente. Está aqui o Senhor Deputado António Lima, que é disso testemunha.

Deputado António Lima (BE): Eu?!

O Orador: Estava aqui! Eu acredito na sua seriedade, Senhor Deputado. É testemunha disso! Eram aqui, quer fossem do Bloco, do PPM, eram aqui chumbados, reiteradamente, por parte do Partido Socialista.

A recuperação do tempo de serviço obteve a votação favorável de todos os partidos que estavam então aqui representados. Porquê? Uma pressão tremenda, por parte dos professores, uma pressão das ruas, uma pressão das oposições, que já tinham apresentado essas propostas, como o Senhor Deputado António Lima também será minha testemunha. E, portanto, o que acontece aqui é que é sob pressão, Senhores Deputados, porque os senhores achavam que podiam perder o poder. Efetivamente perderam, efetivamente não chegou. Mas os senhores fizeram-no sob pressão.

O que é importante é que é este Governo, que apenas tem 2 anos e 5 meses, e não 24 anos de duração, este Governo está a fazer a recuperação do tempo de

serviço, sem ser para isso pressionado e está a fazer a recuperação do tempo de serviço, porque acredita que isso é justo e acredita que fazer justiça, no âmbito do sistema educativo, é positivo, dá estabilidade, dá aceitação por parte dos docentes que se sentem, obviamente, recompensados num sistema educativo que reconhece a justiça da recuperação do tempo de serviço.

E, portanto, nós, sem contestação, sem ruas, com a estabilidade que temos agora, neste momento, estamos a fazer aquilo que fizemos na oposição também ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, Vossas Excelências, têm uma posição muito diferente, agora que estão na oposição e em relação àquilo que fizeram enquanto tiver o poder e não foi pouco tempo, não foi *poucoquinho*, foi 24 anos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Dou a palavra agora ao Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O PAN, na generalidade, é favorável a esta Iniciativa apresentada pelo Governo.

Vê-se, tendencialmente, uma evolução. Não é perfeito. Também se verificou alguma negociação com os sindicatos. Também não se ouviu todas as reivindicações dos sindicatos.

É preciso também dizer que há algumas medidas, do qual era bastante importante para os sindicatos e, obviamente, que não foi ouvida, da parte do

Governo, provavelmente em termos orçamentais, provavelmente em termos de decisão política. Nem tudo é dinheiro.

E, por isso mesmo, é que o PAN, apesar de concordar na generalidade, têm as suas propostas de alteração e também pegar, nas palavras do Senhor Deputado Paulo Estêvão, relativamente ao aumento ou, neste caso, à amplificação da democracia, que se verifica, mas nós também temos uma proposta de alteração que acho que ainda conseguimos elevar mais ainda a democracia, neste caso é meter os sindicatos novamente no Conselho de Coordenação da Educação, do qual estão a ser retirados e antes eles estavam com uma vinculação e, neste momento, nós queremos introduzir os sindicatos porque aí aumentamos a democracia e não a diminuímos. E eu acho que a proposta em si, da parte do Governo, apesar das alterações, que houve uma alteração, desde a iniciativa inicial e, por isso, achamos por bem que, para aumentamos a democracia, os sindicatos têm que estar, obviamente, no Conselho Coordenador de Educação e não só no novo Conselho Regional, que não sabemos à partida qual é a vinculação, se é só de pareceres, se não é, se é como o César, que dá um apertão de orelhas, mas será vinculativo? Será que o voto vale, se não vale? Por isso, achamos à partida que não deveríamos mexer relativamente ao Conselho de Coordenação, que isso para nós é bastante importante.

Temos também mais algumas alterações que nós achamos que não concordamos em tudo com os sindicatos, também temos que o dizer, não podemos estar todos, exatamente, na mesma página, mas aquilo que nós achamos que pelo menos, minimamente, é importante nós fizemos alterações. Há outras alterações que não fizemos, porque os outros partidos também o fizeram e não queríamos fazer essa repetição.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu já aqui ouvi falar, pelo menos duas vezes, em recuperação do tempo de serviço. Esse diploma não trata desse assunto. O diploma que trata do assunto da recuperação do tempo de serviço é o que vai entrar, penso eu, para o próximo Plenário.

Deputado António Lima (*BE*): É o aquecimento!

Mas, parece que os motores ... O Senhor Deputado António Lima ia-me tirando as palavras da boca. Parece que os motores estão a aquecer para aquilo que é o cavalgar dos próximos debates parlamentares.

Relativamente a esta matéria que estamos a debater, a Iniciativa Liberal, obviamente, associa-se a este diploma. Até porque, como foi dito pelo Senhor Deputado Rodolfo Franca, o diploma desburocratiza e democratiza.

No fundo, tirar de tirar burocracia às pessoas e democratizar o seu modo de estar na vida.

Desburocratizar a organização política da Região é democratizar a organização política da Região.

No fundo, são todos liberais, mas não sabiam!

Neste sentido, obviamente, que acompanhamos.

Há também aqui algumas propostas de alteração, nomeadamente, vindas da coligação que acarinhámos. Mas há aqui também propostas de alteração, da parte do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, que nos remetem para uma preocupação, do ponto de vista orçamental, que era bom ser esclarecida, ou, como disse o Senhor Deputado Joaquim Machado, e bem, por parte dos proponentes, ou, pelo menos, um esclarecimento da parte da Senhora Secretária Regional, se fez essas contas ao ser confrontada com estas propostas de alteração, caso os proponentes não saibam, até porque, se calhar, não têm acesso aos mesmos aos mesmos dados que a Senhora Secretária Regional tem,

que nos diga qual é o impacto orçamental destas medidas? O que também vem revelar alguma leviandade, da parte dos proponentes, se eles não sabem quanto é que é o impacto orçamental disso.

Mas, para nós, Iniciativa Liberal que gostamos de contas equilibradas, que apostamos num orçamento com endividamento zero, era importante sabermos - se os proponentes não souberem - sabermos, a partir do governo regional, qual é o impacto orçamental disso, porque, de facto, todos nós queremos dar mais a toda a gente. Isto é um facto. Todos nós queremos dar mais a toda a gente, até porque todos nós sabemos que, se toda a gente tiver mais, a nossa economia também cresce. Mais não seja, por via do consumo.

Agora, é preciso saber quais são os limites orçamentais que temos pela frente e até onde é que podemos ir?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Secretária Regional, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Permitam-me que faça algumas considerações prévias a algumas questões marginais que foram aqui colocadas e que depois que recentre aqui uma posição.

No que concerne às questões prévias, gostaria apenas de fazer uma precisão. Nós muitas vezes na oralidade cometemos lapsos que são próprios da oralidade e gostaria apenas de precisar, até por uma questão e um ponto de honra, nós fazemos efetivas negociações com as associações sindicais e, portanto, ouvimos as suas pretensões e, nesse espírito de concertação, em todas as circunstâncias apresentámos, quer uma contraproposta ou então a justificação, pela qual não

podemos corresponder nesse espírito negocial às pretensões das associações sindicais.

E, portanto, elas são ouvidas. Nem sempre as propostas são acauteladas, mas sempre com este ponto de honra, que é de ser devidamente enquadrado e justificado, aquando da negociação. Investimentos na educação, Senhor Deputado Pacheco, são feitos efetivamente a vários níveis.

Talvez o maior investimento na educação que este Governo está a fazer, será com a sua estrutura basilar, que é pessoal docente e pessoal de ação educativa reforçado nas nossas escolas. E nós, até ao momento, já abrimos mais de 1000 vagas nestas duas estruturas de classe e, no nosso entendimento, no que concerne a investimento de base, deve ser esse, o pessoal que o nosso, que os nossos alunos, as nossas escolas estão a precisar.

Não consigo, Senhor Deputado Nuno Barata, apresentar os cálculos imediatos relativamente a propostas que agora nos chegaram, mas podemos fazer. As propostas apresentadas chegaram aqui há poucos minutos, mas com um ponto de base tem sido esta a nossa posição. Prioridade na colocação de pessoal docente e de ação educativa qualificado nas nossas escolas, relativamente a outros.

Passando, então agora para o que concerne à especialidade, aqui em causa, sendo que também não posso deixar de referir que vejo com bons olhos, se me permitem, que estejamos todos ansiosos para podermos debater a proposta do estatuto da carreira do docente e espero que isso possa acontecer e faço esse pedido aos Deputados desta Casa, para que isto possa subir a Plenário, na próxima Sessão Plenária, de forma a nós podermos arrancar e preparar o próximo ano letivo, sabendo quais são as efetivas condições destes documentos basilares que compete à Assembleia Legislativa Regional depois apreciar e aprovar.

No que concerne à especialidade, deixar aqui algumas considerações e suscitar à vossa consideração, aquando do vosso sentido de voto. No que concerne a gratificações e a tempos entre estruturas de gestão educativa, suscito à vossa reflexão, um necessário equilíbrio que tem de existir entre órgãos.

O diploma que ainda vigora tem essa consideração fazendo uma distinção, entre aquilo que são os tempos, neste caso, as gratificações entre a Assembleia de Escola e o Conselho Pedagógico que nós respeitamos e, portanto, nesta estrutura.

O Presidente da Assembleia da escola é, obviamente, o órgão máximo das nossas escolas, mas na consideração do tempo de trabalho que é requerido e que é muito superior no Conselho Pedagógico, nós continuamos a respeitar este princípio que já existia no diploma em questão. Razão pela qual, não aqui propusemos alterações que pusessem em causa este equilíbrio entre estes dois órgãos.

No que concerne aos conselhos executivos, exatamente o mesmo. Os nossos conselhos executivos efetivamente, Senhor Deputado Rodolfo Franca, têm que ter motivação. Todos os membros das estruturas de gestão intermédia e da administração das nossas escolas têm que ter esta motivação.

Deixe-me dizer, sou forçada a isso, a motivação faz-se por variadas vias. Uma das vias, essencialmente, é um trabalho até muito invisível, sob o ponto de vista legislativo, mas que tem a ver com a própria coordenação do próprio sistema. A este respeito dou-vos um exemplo. Nós, no primeiro ano em que tivemos que preparar o lançamento do ano letivo, nós trabalhávamos com 40 dossiers vezes 3, consoante os casos, em cima da mesa. Era papel para cá, papel para lá, indefere, vira. Criamos uma plataforma que agilizou muito o trabalho de preparação do ano letivo nas nossas escolas.

E, portanto, são trabalhos de sistematização, que são invisíveis, que não são normativos, mas que, de facto, depois agilizam e muito o trabalho nas nossas

escolas, desburocratizando. E nós temos feito esse trabalho com os conselhos executivos e eles têm-no reconhecido. Para além disso, há aqui outras questões que dizem respeito à própria mobilidade dos conselhos executivos, aqui consignada ou até a sua liberdade de não ficarem confinados nas suas candidaturas e poderem ter aqui uma abertura à candidatura ao Conselho Executivo.

No que concerne ao plano de escola, o plano de escola, no nosso entendimento, tem que ser sempre entendido como um plano dinâmico. Não obstante, ele tenha a duração de um mandato de 3 anos das estruturas de gestão intermédia ou de gestão da escola, ele tem, obviamente, que estar em contínuo acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento. E, portanto, ele conterà, obviamente, aquilo que diz respeito às dinâmicas anuais de trabalho também da escola neste processo de revisão.

Tendo nós previsto, e está contemplado no artigo 64.º, nomeadamente as competências do Conselho Pedagógico n.º 1, alínea b) e passo a ler: “ Compete ao Conselho pedagógico elaborar a proposta de plano de escola, podendo ser utilizada uma plataforma específica a criar pela direção regional competente em matéria de educação e acompanhar e avaliar a sua execução.”

E, portanto, já tínhamos consignado aqui um mecanismo, uma orientação, um apoio às nossas escolas na criação deste plano de escola para garantir alguma estabilidade, em especial neste momento de transição.

E para finalizar estas considerações, relativamente às intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados dizer-vos que, no que concerne à criação do Conselho Regional de Educação e a manutenção do Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional, nós entendemos que não devíamos estar aqui a aumentar e a criar órgãos em excesso e, portanto, aquilo que fizemos foi uma alteração do regime sistémico que já existia, no sentido de não estarmos aqui a criar mais cargos e mais estruturas, mas dar-lhes uma diferente funcionalidade,

com diferentes graus de autonomia. Passo a explicar. Atualmente, o diploma prevê a existência, que tem funcionado, de um Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional. Este Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional é presidido pelo membro do Governo Regional com competências na área da educação e é composto pelos representantes das unidades orgânicas, das escolas profissionais, os colégios, associações particulares de solidariedade social e também associações sindicais, representantes das associações de pais e representantes das associações de estudantes. Depois, existe um outro órgão que é dele emanado, que é a Comissão permanente das Unidades Orgânicas que tem a competência de organizar o sistema educativo. Esse órgão é um órgão que é composto pelo membro do Governo Regional com competências na área da educação e pelos presidentes dos conselhos executivos das unidades orgânicas do sistema educativo regional. E, portanto, aquilo que nós estamos a fazer é transpor a existência destes dois órgãos, sendo que, damos uma garantia de que seja então criado um Conselho Regional de Educação, da sua transposição do atual composição do Conselho coordenador, para um Conselho Regional de Educação que tem um grau de autonomia diferenciado, porque não fica, desde já, dependente, nem sob a presidência, de um Secretário Regional com a tutela da Educação e passa a ser um órgão que é presidido e emanado desta estrutura. E é por isso que nós mantemos aqui esta diferenciação, sendo que a composição também é acompanhada. Fica salvaguardada a participação das associações sindicais, das escolas profissionais, dos representantes das associações de pais e encarregados de educação no Conselho Regional de Educação, sendo que o de coordenação é o semelhante à Comissão Permanente das Unidades Orgânicas do Ensino Público e, portanto, sendo de coordenação, é específica de coordenação do trabalho interno do sistema educativo, enquanto rede pública, coo ele existe atualmente.

E, portanto, não há aqui desrespeito por competências, na intervenção destes elementos, porque há uma transposição de um órgão para o outro. Sendo que numa primeira reunião nós apresentámos às cinco associações sindicais uma proposta de articulado mais específica sobre esta matéria, tendo as associações sindicais referido que entendiam que a composição de um Conselho Regional de Educação deve fazer parte de um diploma autónomo, paralelo a este, uma vez que este é o diploma que rege o sistema educativo regional e não este órgão em específico e nós anuímos, tendo deixado apenas aqui salvaguardado esta composição mais alargada e a sua funcionalidade.

Com esta intervenção, espero que possa ter prestado esclarecimentos que vos sejam úteis na vossa decisão no momento de votação.

Muito obrigada.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca** (*PS*): Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Joaquim Machado, pois, naturalmente, não lhe conseguir agora dizer as continhas todas, não é?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Mas não fez as contas todas?

O Orador: Senhor Deputado calma, deixe-me concluir.

O Senhor Deputado Joaquim Machado gosta muito desse argumento. Já por várias vezes utilizou.

Mas então pode anotar, se faz favor. A diferença de gratificação para o Presidente do Conselho Executivo de uma escola de grande dimensão, a diferença para o que hoje é, é de 93€ para o Presidente. Para uma escola de média dimensão é de 78€ e de uma escola de pequena dimensão é de 62€.

Os Vice-Presidentes, a diferença para o que é hoje, uma escola de grande dimensão é de 62€, de média dimensão 47€ e pequena dimensão 39€. São 40 unidades orgânicas, Senhor Deputado, faça umas continhas.

Pronto, neste aspeto, ...

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*):

Mensais!

O Orador: ... parece-me que as contas estão feitas. Julgo que o Senhor Deputado consegue concretizar as restantes.

No que toca, Senhora Secretária, à matriz universal que nós propomos, compreendemos o que diz, o documento único da autonomia da escola deve ser livre, deve ser aberto, tudo isso nós concordamos, mas vou sublinhar aquilo que já disse, continuamos a achar que isso não colide com a nossa proposta da Direção Regional de Educação, emanar uma matriz que pode ser aberta e que oriente as escolas e que todas elas fiquem um bocadinho menos perdidas, no que toca à construção do documento feito de raiz.

Relativamente ao Conselho Coordenador, à Comissão Permanente e ao novo Conselho Regional de Educação. Já disse há pouco e repito, a nossa visão é a seguinte: Conselho Coordenador e Comissão Permanente que, segundo a proposta do Governo, a Comissão Permanente desaparecerá. Ambos são ambos, são, atualmente, de trabalho interno, como a Senhora Secretária disse, e do nosso ponto de vista, muito bem. Portanto, nenhum deles será equivalente ao Conselho Regional de Educação, que também a Senhora Secretária disse que é

de trabalho externo. E o que a Senhora Secretária propõe é que elementos que fazem parte do trabalho interno, façam agora parte do trabalho externo e é contra isso que nós estamos.

Nós achamos que pais, alunos e sindicatos do setor devem fazer parte do trabalho interno e não do trabalho externo. E, portanto, a diferença apenas é esta e julgo que agora ficou um bocadinho mais claro, no que toca a isto.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Ouvimos falar, em várias intervenções, em aspetos como a motivação, o equilíbrio entre as diferentes funções, a valorização das funções de gestão e também, desde logo, na intervenção inicial da Senhora Secretária, na questão da colegialidade e, por estas razões, eu gostaria de especificar um pouco as propostas que nós fazemos, porque elas vêm efetivamente ao encontro destas preocupações de motivação de equilíbrio, de valorização das funções de gestão e coordenação e da colegialidade dos órgãos.

E, portanto, as alterações que apresentamos visam, precisamente, valorizar e motivar o desempenho destas funções. Consideramos injusto que na atribuição das gratificações relativas a estes cargos, as percentagens se baseiem em diferentes índices remuneratórios. Defendemos que o índice de referência deverá ser sempre 218, agora apenas base para o Conselho Executivo. A variação da percentagem correspondente a cada cargo fará, no nosso ponto de

vista, a diferenciação entre estes, mas partindo sempre de um mesmo justo patamar.

Ao mesmo tempo, consideramos também que a gratificação deve ser cumulativa e não, em alternativa, com a redução de horário. Só deste modo, se valoriza o desempenho destas funções de forma apelativa e garantindo as reais condições de trabalho para as executar.

Salientamos ainda a importância, precisamente, da colegialidade dos Conselhos Executivos, como órgãos de gestão.

É por isso que defendemos que, independentemente da unidade orgânica, o Conselho Executivo deverá ser sempre constituído por três elementos, um Presidente, dois Vice-Presidentes. Um órgão de dois elementos, não é colegial e, portanto, independentemente, do tamanho da escola, a responsabilidade que é assacada aos elementos que constituem o Conselho, que deve ser colegiado e que é colegial, obrigará a que tenha sempre três elementos.

A diferenciação, propomos nós, entre escolas, pequenas, médias e grandes, far-se-á depois pela existência, ou não, de assessores a esse Conselho Executivo.

Em relação a leviandade e a contas feitas, eu gostaria de propor ao Senhor Deputado Joaquim Machado que, um dia destes, nos apresente as contas que foram feitas, e com certeza estarão bem arquivadas, de todas as propostas que o PSD apresentou nesta Assembleia, enquanto foi oposição, porque tem uma memória tão grande dos 24 anos de Governo anterior, tem uma exigência tão grande, em relação às contas a fazer pelas oposições, neste momento, em plenário, terá com certeza sempre feito, o senhor deputado e a sua bancada, as contas das propostas.

É evidente que isto não acontecia. É naturalíssimo que isto continue a não acontecer, fazemos a conta ao escudo, ou ao cêntimo, ou ao euro.

De qualquer maneira, as propostas que apresentamos não são irrealistas, não são loucas, são perfeitamente acomodáveis e são acima de tudo, justas e necessárias para o equilíbrio do sistema educativo.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Respondendo a estas duas interpelações feitas pela bancada do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista, quanto às contas que nós exigimos que sejam feitas na fundamentação das propostas, desde logo é porque entendemos que isso é o mais razoável, prudente e exigível a cada um de nós. Que é saber aquilo que propomos, que implicações tem. Não só na vida dos cidadãos, objeto da legislação que estamos a alterar, mas também na vida dos cidadãos, enquanto contribuintes, porque, no fundo, são eles que com os seus impostos, pagam estas mesmas propostas.

E, portanto, acho que sobre isso mantenho a mesma coerência.

O Partido Socialista quando diz que eu gosto de fazer as contas, é evidente que sim. E eu julgo que o Partido Socialista também deve gostar de fazer as contas, porque era isso que durante 24 anos dizia cada vez que uma proposta era apresentada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sempre fizemos!

O Orador: E, portanto, acho que o gosto pelas contas e pelo rigor devia, mais do que um gosto, ser uma exigência de cada um de nós. E, portanto, nessa medida é que se exige a apresentação dos fundamentos do que é proposto para saber se é, ou não, exequível, nomeadamente quanto, em termos de orçamento.

Pois, eu percebo que há uma corrida desenfreada entre o Bloco e o Partido Socialista ...

Deputada Vera Pires (BE): Nós estamos sentados!

O Orador: ... cada vez que aqui vem uma proposta do Governo ou dos partidos da coligação para ver quem dá mais. Porque efetivamente, se nós estivéssemos perante uma proposta do Governo que trouxesse os valores que, hoje, o Bloco de Esquerda ou o Partido Socialista, propõem...

Deputada Vera Pires (BE): Agora é cronologia!

O Orador: ... acrescentavam a esse outro valor.

Aliás, ainda há pouco tempo isso aconteceu com um outro diploma da iniciativa da coligação em que o Partido Socialista majorava com uma percentagem, independentemente do valor que lá estivesse inscrito. Portanto, são os factos que comprovam aquilo que eu estou a dizer, não estou a fazer futurologia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Está, está!

O Orador: Agora, uma coisa é certa, as propostas, não tendo sido quantificadas, levaram à imprudência da sua concretização aqui em texto.

O Bloco de Esquerda faz uma proposta que supera, num milhão de euros anual, o valor a atribuir a suplementos remuneratórios de cargos de direção nas nossas escolas.

Deputado António Lima (BE): Mas o senhor já sabia isso!

O Orador: E, portanto, nós entendemos que esse valor, se é para consignar a educação e se é para consignar aos professores, que então que seja consignado com outro fim, bem mais útil do que esse, porque, efetivamente, os cargos de direção já estão remunerados através de um suplemento e compensados através de uma redução da componente letiva e da componente não letiva de estabelecimento de ensino.

E eu até aponto um dos caminhos possíveis para a consignação dessa verba.

Deputada Vera Pires (BE): Temos visões diferentes!

O Orador: Para tornar mais atrativa a carreira nos Açores, para que aqueles que, por ventura, queiram vir para cá, já a fugir do diabo que vai no sistema

educativo do continente, naquela convulsão que parece um inferno, pois aqueles que queiram vir para cá, já à procura de uma tranquilidade que nós aqui oferecemos, possam vir também motivados por incentivos à carreira, onde se gasta este dinheiro. Mas as propostas dos senhores, nalguns casos, triplicam o valor do que hoje está previsto. E, portanto, isso não é justo, nem sequer chega a ser generoso, é apenas uma importância demagógica como é habitual.

Disse!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, eu, com o pouco tempo que tive aqui para fazer uma pequena pesquisa, gostaria de lhe lembrar duas ou três coisas.

O senhor, de facto, é hábil politicamente, está aqui há muitos anos, muitos anos mesmo ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aos mesmos anos que V. Exa.!

A Oradora: Não.

E, por isso, o Senhor Deputado sabe que pode-se dizer algumas coisas que depois, se não tiverem contraditório, ficam como sendo verdadeiras.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fui eleito no ano que V. Exa. foi eleita!

A Oradora: E eu gostaria de dar aqui alguns exemplos e fui só para contextualizar a minha pesquisa, procurei apenas propostas de decreto

legislativo regional, portanto, não fui ao pormenor de tentar perceber quantos projetos de resolução sobre educação foram aprovados nesta Casa. Nem tão pouco, fui ao pormenor de ir averiguar às propostas de alteração ao Plano e Orçamento, quantos foram aprovados nesta Casa.

Portanto, cingindo-nos às propostas de decreto legislativo regional e que, em diplomas desta dimensão, também não são todos os meses e todos aos períodos legislativos que se debatem, dava-lhe conta de que, por exemplo, na IX Legislatura, o estatuto do aluno foi aprovado pelo Partido Socialista, pelo PSD e CDS e também as alterações feitas ao estatuto da carreira docente foram aprovadas pelo Partido Socialista sem votos contra dos outros partidos. Por exemplo, na X Legislatura, o estatuto do ensino particular e cooperativo foi aprovado também pelo Partido Socialista, pelo PSD e pelo CDS e o estatuto do aluno foi aprovado por unanimidade.

E na XI Legislatura, a última, a recuperação do tempo de serviço, como aqui já foi referido pelo Deputado Rodolfo Franca, foi também aprovado por unanimidade e o regulamento do concurso de pessoal foi aprovado por unanimidade.

Portanto, estamos muito longe, muito longe dos diplomas aprovados apenas pelo Partido Socialista e com a sua maioria absoluta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: E se o Senhor Deputado Paulo Estêvão for procurar as propostas de alteração dos partidos de oposição, posso-lhe garantir que vai encontrar imensas propostas, não só de alteração a estes diplomas, mas como também propostas de iniciativa dos outros partidos que foram aprovados pelo Partido Socialista. Portanto, Senhor Deputado Paulo Estêvão, aquilo que disse não é verdade.

Gostaria também aqui de me referir a esta questão da quantificação, a não quantificação. O Senhor Deputado Rodolfo Franca deu as explicações e as justificações que entendeu dar, corretas, mas eu gostaria de lembrar, eu já aqui disse isso uma vez, o Partido Socialista, pela responsabilidade que teve, no passado, obviamente que faz as contas.

Coisa, que também no passado os partidos da oposição não faziam. Eu relembro o Senhor Deputado Joaquim Machado que, até algumas Legislaturas anteriores, nem as propostas de alteração ao Plano e Orçamento vinham quantificadas. Foi preciso fazer também um trabalho, como sabe e que, aliás, reconhece também, a cada legislatura que passa esse trabalho é feito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Chumbou a criação de uma Unidade Técnica Apoio Orçamental! Quer falar disso?

A Oradora: Admira-me que o senhor agora venha exigir ao Partido Socialista e aos outros Partidos uma quantificação que nunca existia no passado.

Mas há uma coisa que eu lhe digo e que até posso concordar consigo, a quantificação é importante, mas mais importante que a quantificação é respeitar as decisões deste Parlamento.

E relembro a Câmara que depois de muitos meses de trabalho, que depois de muitas figuras regimentais utilizadas, que depois de muita negociação e cedência de todos os Partidos nesta Casa para chegarmos a um diploma, estou-me a referir ao caso do funcionamento das cantinas e bufetes, e que foi aprovado por unanimidade em votação final global, sendo certo que houve artigos deste diploma que não foram aprovados, eu lembrava a Câmara que a norma transitória que consta deste diploma foi aprovada por maioria nesta Casa e o Governo Regional nem sequer está a cumprir. Porque é que nós vamos quantificar? Porque é que o senhor quer saber quanto é que valem as nossas propostas se depois o Governo, mesmo quando aqui as aprovamos, não as cumpre?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: Esta é que é a questão.

E este diploma foi publicado em fevereiro deste ano, já passaram mais de dois meses. O Governo deu orientações explícitas e escritas às escolas para não aplicarem esta norma, refugiando Senhora Secretária Regional, numa argumentação...

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Não é verdade!

A Oradora: que a Senhora sabe e o Senhor Secretário Regional das Finanças sabe, que não é honesta?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nem legal!

A Oradora: Nem legal, porque foi aprovado aqui um decreto legislativo regional.

Volto a dizer, o que diria o Senhor Deputado Paulo Estêvão, nas últimas três legislaturas, sentado naquela cadeira, se um Governo do Partido Socialista não cumprisse ... Eu Não estou a falar de uma recomendação, eu estou a falar de uma norma legal, se nós não a cumpríssemos, enquanto Governo Regional.

Deputado José Contento (PS): Era uma greve de fome!

A Oradora: Talvez seria!

E, Senhor Deputado Joaquim Machado, vamos falar de quantificação? Então eu vou-lhe dizer: esta norma transitória, não estando a ser aplicada pelas escolas, as famílias, por exemplo, do primeiros escalão que tenham dois filhos na escola, já podiam ter poupado desde que o diploma for publicado até agora, 5,27€. As do terceiro escalão, por exemplo, se tiverem dois filhos numa escola, teriam poupado 10, 53€ e as do último escalão ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas isso é considerando o valor da refeição?

A Oradora: É considerando isso, que estas são contas sérias e rigorosas.

E as famílias do último escalão se, por exemplo, tivessem dois filhos a estudar, já teriam poupado 28€.

Estes é que são os valores que nos preocupam e a quantificação que nos preocupa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer dizer que as suas contas é que são sérias?

A Oradora: Porque o Governo por não estar a cumprir uma norma que foi decidida aqui por maioria, as famílias estão a gastar mais dinheiro, numa altura em que mais dele precisam e numa altura em que o Governo tarda em ajudar as famílias e as empresas açorianas e nas medidas que implementou, o alcance é quase nulo.

Isto, Senhor Deputado Joaquim Machado, é que devia preocupar e não a quantificação das iniciativas legislativas da oposição.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Ind.):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional que estamos a analisar e aprovar, aqui esta tarde, pelo menos, daquilo que fui percebendo, reúne em boa parte o consenso, por parte das bancadas parlamentares.

Há elementos que os diferenciam, que divergem nessa análise, mas na essência reconheço que há vontade de aprovar este diploma.

Foi necessário a elaboração deste diploma para, no fundo, juntar legislação que necessitava ser congregada num documento só e é importante perceber que uma das matérias que este documento representa, no facto de, por exemplo, harmonizar os calendários dos órgãos das escolas. Isto é importante porque dá tranquilidade e dá qualidade de trabalho a quem tem que gerir cada unidade orgânica de escola. Portanto, por essa razão, por exemplo, foi importante a apresentação deste diploma.

É importante também neste diploma e daquilo que foi analisado por exemplo e referente ao artigo.º 118, do mesmo diploma, eu acho que é importante integrar também no Conselho Coordenador do Sistema Educativo, o ensino profissional e também o ensino privado. Permitam-me opinião, eu acho que o ensino profissional não é menor, do que o ensino tradicional, o ensino regular. Portanto, eu acho que é importante integrar esses parceiros do ensino na Região, neste Conselho e, por essa razão, estando a acompanhar as propostas que vão neste sentido.

O mesmo e posso dizer já que, no meu entender, as propostas que majoram os vencimentos dos órgãos diretivos das escolas, da minha parte, não vão merecer aprovação porque eu gosto pouco de discriminações positivas e porque a discriminação positiva assenta numa discriminação negativa. Ao mesmo tempo que se diz que A recebe +40% do que B, está-se a assumir que B recebe menos 40% do que A. Isso é básico e no meu entender e até pelo testemunho que já foi dado aqui pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, que já há dificuldade em muitas vezes arranjar listas para os conselhos diretivos das escolas. Pois muito bem, o entendimento que tenho e admito que posso estar errado, mas o entendimento que tenho é que ninguém quererá ser Presidente do Conselho Executivo de uma escola onde tenha boa parte dos professores a

dizer: “Já que és tu que recebes +60%. Olha, vai fazendo o trabalho sozinho.” Enquanto todo o corpo docente da escola perceber que o Presidente do Conselho Executivo e todos os elementos que constituem os órgãos executivos da escola recebem mais algum valor, e é justo, e até têm menos componente letiva, temos que perceber que é os outros. Os outros que têm toda a componente letiva, os outros que tem início de carreira e os outros que recebem menos, e porque, no meu entender, cabe mais a mim defender aqui, aqueles que menos recebem e que menos regalias tem, pois eu estarei, neste momento, ao lado daqueles que menos recebem. E os que menos recebem, neste caso e em análise dessa proposta, são aqueles que não têm as ditas majorações.

Portanto, eu acho que pela minha intervenção já deixei aqui presente qual é que vai ser a minha orientação de voto, relativamente, quer às propostas de majoração, quer a Constituição do Conselho Coordenador do Sistema Educativo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada Ana Luís, eu lembro-me, como se fosse hoje, de Vossa Excelência a tomar posse, exatamente, no mesmo dia em que eu entrei pela primeira vez no Parlamento, entrou Vossa Excelência também. Tomámos posse no mesmo dia. Eu lembro-me disso, lembro-me perfeitamente.

Portanto, em relação à antiguidade, Senhora Deputada... pode ser uma coisa de uns segundos ou de uns minutos. Eu não sei quem é que entrou primeiro, ou quem é que entrou depois. Eu sei é que foi no mesmo dia e, portanto, Vossa Excelência, esse não é um argumento forte.

E os restantes também não, Senhora Deputada, era Vossa Excelência jovem - não quer dizer que não seja ainda e eu também-e, portanto, lembro-me bem desses tempos.

Agora, Vossa Excelência tem que perceber o seguinte, Senhora Deputada: eu referenciei que essa ideia de chumbar tudo na área de educação, eu referenciei bem o período, eu referenciei os últimos anos. Eu pedi aos meus serviços, até pensei que tivesse dito as últimas duas legislaturas, e pedi aos meus serviços para verificar aquilo que eu disse. E eu disse exatamente aquilo que estou agora a transmitir, ou seja, eu disse a verdade.

Ou seja, nas últimas duas Legislaturas, em particular, a partir do momento em que assume competências o Senhor Secretário Avelino Meneses, não passava nada! Não passava nada neste Parlamento na área da educação.

Deputada Ana Luís (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade, Senhora Deputada, o que eu disse é verdade, e mais, e a Senhora Deputada refere exemplos da IX Legislatura, da X Legislatura, não refere exemplos da XI e da XII Legislatura. A única que Vossa Excelência refere foi a que eu também referenciei que tinha sido aprovada por unanimidade, que era a recuperação do tempo de serviço e, por isso, Vossa Excelência, a partir do momento em que se faz a recuperação do tempo de serviço - eu quero terminar para ter tempo para ainda dizer alguma coisa na especialidade -dizer-lhe o seguinte, a recuperação do tempo de serviço até é feita contra a vontade do Senhor Secretário da Educação, todos nós vimos como é que ele foi contrariado, a cara de contrariado, estava ali, sentado e parecia que lhe tinha passado um comboio em cima e foi contra o Senhor Secretário, que tinha vetado todos os diplomas da oposição no período anterior, Senhora Deputada e já mandei aos meus serviços fazerem um levantamento disso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu não vou continuar com a conversa do passado, porque já muito foi dito e é importante conhecermos o passado para projetarmos o futuro, mas vamos àquilo que realmente estamos aqui a discutir. Estamos aqui a falar do presente e a construir o futuro. E, em relação a essa matéria, e tudo aquilo que já foi aqui dito, dizer-vos que o dinheiro ou a remuneração não é tudo na escola. Há outras formas de valorizar o trabalho daqueles que estão nas escolas a trabalhar com e para os alunos. E, é neste sentido, sabendo dos constrangimentos orçamentais, que temos de encontrar aqui consensos e formas de melhorar aquilo que acontece atualmente. E é isso que este diploma vem propor.

Ou seja, não pode o Partido Socialista vir aqui apresentar propostas que vão aumentar imenso aquilo que é a despesa. Vem aqui com tamanha benevolência de forma demagógica, de forma irresponsável, porque é isso que está a acontecer e quando falam nas cantinas escolares, nós alertamos por diversas vezes que não era possível porque havia aqui constrangimentos, mas quiseram sempre avançar.

Portanto, a questão aqui que se coloca é que o Partido Socialista, agora que não tem essas responsabilidades, acha que pode dar dinheiro a toda a gente. A verdade é esta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E não faz as contas, realmente não faz as contas!

Portanto, há que ter aqui alguma calma e há que ter aqui o bom senso para tentarmos encontrar aqui os mecanismos para podermos encontrar melhores soluções, sem irmos por este caminho.

Até porque o Partido Socialista, na sua proposta, tem como referência um índice de 235, ou seja, um índice de 235, fixa o ordenado nos 2214€. Portanto, estamos a falar mais do dobro para estes cargos, portanto, tenho algum bom senso.

Dizer também que aquilo que os dirigentes escolares muitas vezes dizem é que o elevado número de tarefas e de solicitações impedem um maior envolvimento nas questões pedagógicas. Quanto a isso nós estamos a tomar atitudes. Há aqui propostas concretas deste Governo para melhorar estas questões e para dar mais tempo aos dirigentes para se poderem concentrar também nas tarefas pedagógicas e nesta gestão pedagógica das escolas.

Quando se fala aqui no plano de escola, está-se a retirar burocracia, quando se fala nos mandatos do órgão de gestão terem como referência períodos coincidentes, quando se fala também da própria alteração de critérios da classificação das unidades orgânicas. Quando se fala aqui na promoção da saúde, há um capítulo para isso, portanto, não venham dizer que não há aqui outras formas de valorizar. Há e muitas, portanto, este documento não se esgota em si.

Como eu já disse, na minha intervenção inicial, é a súmula de tudo isto que vai trazer realmente melhorias a todas as escolas da nossa Região.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Voltamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 54 minutos.

Eram 18 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Antes do intervalo ou dos intervalos, estava inscrita a Sra. Deputada Ana Luís, a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** - prescindindo.

Presidente: Prescinde. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo vamos começar a votar este diploma.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então começar por votar na generalidade a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII – “Regime Jurídico de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII foi aprovada na votação na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 2 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então iniciar o debate e a votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade. Não havendo vamos votar o 1.º art.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar o art.º 2.º, 3.º e 4.º do diploma em conjunto? Separado!?

Vamos votar o art.º 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 2.º colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o art.º 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 3.º colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o art.º 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 4.º colocado a votação foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos agora iniciar a votação do anexo, que este Regime Jurídico é aprovado em anexo.

Os dois primeiros artigos do anexo não são sujeitos a propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Sim!?! Não havendo oposição estão à votação o 1.º e 2.º art.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos do anexo colocados à votação, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento de uma alínea o), apresentada pelo Partido Socialista, ao art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos votar o art.º 3.º com esta proposta de aditamento que acabamos de acrescentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 3.º colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 4.º e 5.º não foram alvos de propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 4.º e 5.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos 4.º e 5.º colocados a votação, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: O art.º 6.º tem uma proposta de alteração do PSD, do CDS-PP e do PPM à alínea i) do n.º 2 do art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Votemos agora o art.º 6.º do anexo, com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 6.º do anexo colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, ao n.º 2 do art.º 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Votemos agora o art.º 7.º do anexo, com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 7.º do anexo, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os próximos artigos o 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º e 18.º, não foram alvo de propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Então, estão à votação o art.º 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º e 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O artigos do anexo colocados a votação, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação uma proposta apresentada pelo Partido Socialista, uma proposta de aditamento do n.º 4 ao art.º 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o art.º 19.º do anexo, com esta proposta de aditamento que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 19.º do anexo, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os três próximos artigos não têm propostas de alteração, 20.º, 21.º e 22.º posso votá-los em conjunto?

Estão à votação o art.º 20.º, 21.º e 22.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O artigos do anexo, colocados a votação, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN à alínea b) do art.º 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o art.º 23.º com esta proposta de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 23.º do anexo, colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 24.º, 25.º, 26.º, 27.º e 28.º não têm propostas de alteração, pergunto à Câmara, se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 24.º, 25.º, 26.º, 27.º e 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao art.º 29.º, a primeira proposta de alteração é uma proposta do PAN à alínea b) do artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, à alínea c) do artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PAN à mesma alínea, vamos votar o art.º 29.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 29.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, do art.º 30.º ao 36.º não entraram propostas de alteração, pergunta à Câmara, se posso colocá-los à votação em conjunto?

Então estão à votação os artigos 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º e 36.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, à alínea f) do artigo 37.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloquemos agora à votação o art.º 37.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 37.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os quatro próximos artigos, 38.º, 39.º, 40.º e 41.º não foram alvo de propostas de alteração. Posso votá-los em conjunto? Estão à votação os artigos 38.º, 39.º, 40.º e 41.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação, em relação ao art.º 42.º, a proposta de alteração às alíneas a) e b) do n.º 2, propostas pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação o art.º 42.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 42.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Está à votação o art.º 43.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 43.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 5 do art.º 44.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o art.º 44.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 44.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, e 56.º, não têm propostas de alteração, pergunto à Câmara, se posso colocá-los à votação em conjunto?

Não havendo oposição, vamos votar os artigos 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, e 56.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votemos agora a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 1 do art.º 57.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos então agora o art.º 57.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 3 do art.º 58.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 24 votos contra do PS.

Presidente: Votemos então o art.º 58.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os artigos 59.º e 60.º não têm propostas de alteração, posso colocá-los à votação em conjunto? Não!?! Votemos então o art.º 59.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o art.º 60.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao art.º 61.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao art.º 61.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o art.º 61.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 1 contra do PAN, 24 votos de abstenção do PS e 2 do BE.

Presidente: Votemos agora o art.º 62.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Art.º 63.º, votemos em primeiro lugar a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, à alínea e) do n.º 4 do art.º 63.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o art.º 63.º com esta proposta de aditamento que acabámos de acrescentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 63.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O art.º 64 e 65.º não tem propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação os artigos 64.º e 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração ao n.º 1 e n.º 2, apresentada pelo Bloco de Esquerda ao art.º 66.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação o art.º 66.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 66.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e

1 do Deputado Independente, 1 voto contra do PAN e 2 votos de abstenções do BE.

Presidente: Passemos ao art.º 67.º, a primeira proposta de alteração é a proposta de alteração da epígrafe do art.º 67.º é proposta pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração também apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, à alínea i) do n.º 2 do art.º 67.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PAN à mesma alínea e, vamos votar a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, proposta de aditamento da sub-alínea ix).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o art.º 67.º, com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 67.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação o art.º 68.º do anexo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 68.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao art.º 69.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o art.º 69.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 69.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O art.º 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º e 76.º não foram alvo de propostas de alteração, posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação, então os art.ºs 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º e 76.º do anexo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos ao art.º 77.º, a primeira proposta de alteração é do PSD, do CDS-PP e do PPM, ao n.º 1 do art.º 77.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao mesmo n.º e vamos votar o art.º 77.º, com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 77.º colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 3 do art.º 78.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS e 2 do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD pelo CDS-PP e pelo PPM, ao n.º 3 do art.º 78.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 24 contra do PS e 2 do BE.

Presidente: Vamos votar o art.º 78.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 78º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 24 votos de abstenção do PS e 2 do BE.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao art.º 79.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada, com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e um do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: O Partido Socialista tem um conjunto de propostas de alteração a este art.º 79.º Pergunto à Câmara, se posso colocá-las à votação em conjunto.

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista à alínea a), b) e c) do n.º 1 do art.º 79.º e à alínea a), b) e c) do n.º 2 do art.º 79.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas a votação foram rejeitadas com 21 votos contra do PSD, 2 CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS e 1 do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Vamos votar o art.º 79.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: O art.º 79.º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 24 votos de abstenção do PS e 2 do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o art.º 80.º e 81.º não têm propostas de alteração. Pergunto à Câmara, se posso colocá-los à votação em conjunto.

Estão à votação os art.ºs 80.º e 81.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os art.ºs colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, à alínea b) do n.º 1 do art.º 82.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o art.º 82.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 82.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao art.º 83.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada está prejudicada a proposta apresentada pelo PAN ao mesmo art.º.

Vamos votar o art.º 83.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 83.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Posso colocar à votação os art.ºs 84.º e 85.º em conjunto? Não têm propostas de alteração.

Estão à votação os art.ºs 84.º e 85.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os art.ºs colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração da epígrafe com o n.º 1 e 2 ao art.º 86.º, apresentadas pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido rejeitada esta proposta, coloco à votação a proposta apresentada pelo PAN ao mesmo art.º, ou seja, ao art.º 86.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Para repetir esta votação!? Vamos repeti-la.

Está a votação o art.º 86.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 86.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 1 voto contra do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Os art.ºs 87.º e 88.º não têm propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os art.ºs 87.º e 88.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os art.ºs colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao n.º 2 do art.º 89.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o art.º 89.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 89.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os quatro próximos art.ºs 90.º, 91.º, 92.º, 93.º e 94.º não foram alvo de propostas de alteração. Posso colocá-los a votação em conjunto?

Estão à votação os art.ºs 90.º, 91.º, 92.º, 93.º e 94.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os art.ºs colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao art.º 95.º, a primeira proposta de alteração é uma proposta do PAN que altera a epígrafe do art.º 95.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS e 1 do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: A próxima proposta de alteração também é do PAN, e, é a proposta de alteração do proémio do n.º 1 do art.º 95.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de aceitar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS e 1 do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Está à votação também uma proposta apresentada pelo PAN, uma proposta de alteração à alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º

Estão de acordo que todas as propostas de alteração do PAN a este art.º possam ser votadas em conjunto?

Estão à votação, então as propostas de alteração à alínea a) do n.º 1, a proposta de alteração do proémio do n.º 2, a proposta de alteração do proémio ao n.º 4, a proposta de alteração ao n.º 5, a proposta de alteração ao n.º 6 e a proposta de alteração ao n.º 7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas a votação foram rejeitadas com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS e 1 do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Era mesmo para justificar o meu voto, que vai ser de abstenção relativamente ao 95º porque para o PAN, em termos técnicos, a designação está completamente obsoleta, porque deve ser serviço técnico especializado, apesar de ter votado contra aqui, não é apoio psicológico mas sim técnico psicopedagógico e isto há uma informação que tecnicamente nós aqui vão votar favoravelmente, mas essa designação está totalmente obsoleta. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Então vamos votar o art.º 95.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 95.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: O art.º 96.º tem duas propostas de alteração do PAN, uma de alteração do epígrafa do art.º e outra proposta de alteração do n.º 1, posso colocá-las à votação em conjunto?

Estão à votação as propostas de alteração do PAN ao art.º 96.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação foram rejeitadas com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS e 1 do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Votemos o art.º 96.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 96.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os art.ºs 97.º e 98.º, posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os art.ºs 97.º e 98.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os art.ºs colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 11 do art.º 99.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao n.º 11 do art.º 99.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o art.º 99.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 99.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O art.º 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108, 109.º e 110.º, não tem propostas de alteração, pergunto a Câmara se posso colocá-los a votação em conjunto?

Então estão à votação o art.º 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 109.º e 110.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os art.ºs colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao n.º 4 do art.º 111.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocamos agora à votação o art.º 111.º com a proposta de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 111.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o art.º 112.º, 113.º, 114.º, 115.º 116.º e 117.º não têm propostas de alteração. Posso colocá-los à votação?

Estão à votação o art.º 112.º, 113.º, 114.º, 115.º 116.º e 117.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os art.ºs colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Art.º 118.º está à votação a proposta de aditamento de uma alínea f) apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta de aditamento da alínea f) apresentada pelo PAN.

Coloco à votação a proposta de aditamento da alínea f) apresentada pelo Partido Socialista, ao n.º 1 do art.º 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Por lapso, há pouco disse que a proposta do PAN, de aditamento à alínea f) estava prejudicada, não está, porque a proposta do Bloco de Esquerda não foi aprovada e, portanto, vou pôr à votação a proposta de aditamento à alínea f) apresentada pelo PAN, ao n.º 1 do art.º 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea g), apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1 do art.º 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea g), apresentada pelo PAN, ao n.º 1 do art.º 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea h), apresentada pelo Partido Socialista, ao n.º 1 do art.º 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea h), apresentada pelo PAN, ao n.º 1 do art.º 118.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: A proposta de aditamento da alínea i), apresentada pelo Partido Socialista é que está prejudicada.

Coloco à votação a proposta de aditamento da alínea j), apresentada pelo Partido Socialista, ao n.º 1 do art.º 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 2 do art.º 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM. 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 2 do art.º 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Presidente: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta do PAN, apresentada a este mesmo número.

Vamos votar o art.º 118.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 118.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o art.º 119.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 124.º, 125.º, 126.º e 127.º, não têm propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação, o art.º 119.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 124.º, 125.º, 126.º e 127.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os art.ºs colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PAN ao proémio do n.º 3 do art.º 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta da dominação apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea a) do n.º 3 do art.º 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS e 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 4 do art.º 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao n.º 4 do art.º 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda de alteração do Proémio do n.º 5 do art.º 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido rejeitada, coloco à votação agora a proposta apresentada pelo PAN, proposta de alteração do proémio, do n.º 5 do art.º 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta do Bloco de Esquerda, proposta de eliminação da alínea a) do n.º 5 do art.º 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS e 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Vamos votar o art.º 128.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: O art.º 128.º do anexo, colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos de abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Os dois últimos art.ºs não têm propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação os art.ºs 129.º e 130.º do anexo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 129.º e 130.º do anexo colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Presidente: Muito obrigado. Sra. Deputada Ana Luís para uma declaração de voto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luis (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista votou favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, convicto de que demos o nosso contributo, tal como outros partidos nesta Câmara e essencialmente dando voz a muitas daquelas que foram as propostas que recebemos na Comissão no âmbito dos pareceres que foram recolhidos para a análise desta iniciativa, tendo muitas delas sido aprovadas o que nos apraz registar, porque pensamos que neste sentido fica assim cumprido o nosso papel.

No entanto, não posso deixar de ressaltar que há um art.º deste diploma, cujas propostas de alteração votámos ainda com maior convicção, e, que são aquelas referentes ao art.º 118.º, nomeadamente a composição do Conselho Coordenador do Sistema Educativo, e, fizemo-lo ainda com maior convicção, porque acreditamos numa verdadeira comunidade educativa, numa comunidade educativa que chama todos à escola, os professores, obviamente, todos aqueles que lá trabalham, técnicos superiores, auxiliares de ação educativa, mas também os sindicatos, os pais e até mesmo os alunos, assim como outras escolas congéneres.

É verdade que muitas destas entidades que passarão a integrar este Conselho Coordenador do Sistema Educativo, foram aprovados pela maioria desta Câmara, mas não podemos deixar de lamentar que na proposta inicial desta iniciativa, elas não tenham sido consideradas o que começa a ser um registo demasiado frequente para aquilo que acreditamos ser uma verdadeira escola que a todos convoca.

E também lamentamos que esta votação, destas propostas de alteração, não tenham sido por unanimidade, porque, sinceramente, nós temos vindo a percorrer um caminho, e, aliás, no que toca à chamada dos pais e dos alunos, a verdade é que nas reuniões que fazemos para preparar estes debates e preparar a análise destas iniciativas em Comissão, muitas das coisas que nos fazem chegar por parte das escolas é da ausência dos pais no processo de decisão...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é de agora! É de ontem!

A Oradora: ...daquilo que tem a ver com os seus filhos.

E, portanto, essa ausência dos pais não se ultrapassa, não se altera com esta ação, com esta atitude, muito pelo contrário, é chamando os pais à escola, é colocando-os nos lugares onde eles podem ter voz, e, a verdade é, nós achamos que os pais e os alunos não têm uma palavra a dizer sobre, por exemplo as necessidades de pessoal docente e de ação educativa nas escolas, nós achamos

que os pais ou os alunos não têm uma palavra a dizer no que toca à gestão administrativa e pedagógica de alunos e de funcionamento pedagógico das escolas, nós achamos que os pais e até os alunos não se podem pronunciar sobre a carta escolar e outros documentos orientadores do desenvolvimento do sistema educativo e achamos também que os pais não podem ter uma palavra a dizer sobre o processo de fixação do calendário escolar, pois nós achamos que sim e felizmente, que a maioria deste Parlamento assim também o achou.

O que lamentamos é que a posição do Governo em relação àquilo que são as decisões maioritárias desta deste Parlamento e desta Assembleia não sejam cumpridas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é demagogia barata!

A Oradora: Por isso daqui, Sra. Secretária, o que lhe peço, não podendo interpelar outras bancadas, mas deixo no ar esta questão é que efetivamente, neste caso, como foi aprovado aqui por maioria, o Governo e a sua Secretaria chamem estas pessoas à escola, porque elas têm uma palavra a dizer. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Estevão para uma declaração de voto, tem a palavra.

Deputada Ana Luis (PS): O senhor tenha a coragem de dizer que eu estou errada!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu, evidentemente, não vou fazer referências à intervenção anterior porque não posso, não porque não tenha vontade de fazer, mas não posso, não posso e como não posso, não vou fazer essas referências.

Bem, o que eu considero que é importante aqui, referenciar é que, por exemplo, no que diz respeito aos encarregados de educação e aos pais, evidentemente, a sua participação já estava prevista no âmbito do diploma que estava

anteriormente em vigor, nesta matéria o que existia também era um reforço da presença dos pais no Conselho Regional de Educação, que é um órgão independente e que é um órgão que traz essa alteração muito substancial, que é, terá a oportunidade de produzir documentos fundamentais para pensar a educação para alterar a educação regional e para alterar o sistema de forma independente, sem que seja um órgão tutelado pelo Governo Regional, pelo contrário, um órgão que será presidido por alguém que será escolhido, será votado nesta Assembleia por uma maioria qualificada, é uma alteração muito substancial.

Passa a estar também no Conselho Coordenador e, portanto, passa a estar representado duas vezes, também já estavam representados no âmbito do funcionamento do Conselho Pedagógico, da Assembleia e auscultado também pelo diretor de turma. E, portanto, há uma participação dos pais que está prevista em toda a legislação educativa, que não é, aliás, diga-se de passagem, novidade já acontecia, sempre aconteceu, há esta novidade em relação ao Conselho Regional da Educação.

Bem, considero também que é importante referenciar aqui que há um combate efetivo à burocracia, há a criação do plano de escola, a eliminação de muitos documentos, da repetição de documentação que era solicitada aos professores e às escolas e há um combate efetivo à burocracia e, portanto, esta era uma das queixas dos professores, dos pais, dos alunos, dos funcionários da escola, que era o facto de a escola estar neste momento centrada, em termos do processo de ensino e do processo educativo, estar de facto, com um trabalho burocrático que afastava daquilo que é essencial nas escolas, que é ensinar e aprender e portanto, também há aqui um combate efetivo e por isso, obviamente o PPM votou favoravelmente este diploma porque concorda com a forma como o Governo o elaborou e aqueles que são os princípios que pretende atingir.

Bem, também há uma redução do tempo de trabalho semanal para os cargos de gestão intermédia, que é um avanço importante, há uma valorização do pessoal da ação educativa, com maior acesso a cargos de gestão intermédia, é uma vantagem, há uma alteração, é uma novidade que considero também importantíssima, há também uma coincidência no âmbito do exercício dos mandatos dos órgãos de escola, o que é muito importante do ponto de vista da planificação de documentos, da planificação da gestão escolar, é importantíssima esta alteração que foi introduzida, há um conjunto de alterações que são muito importantes.

Para finalizar, Sr. Presidente, dizer apenas que este diploma foi votado por unanimidade...

Deputada Ana Luis (PS): O das cantinas também.

O Orador: ... este diploma foi votado por unanimidade e salvo erro, espero não estar enganado, foram aqui aprovadas alterações de todos os partidos que apresentaram propostas de alteração, todos os partidos viram propostas de alteração aprovadas no âmbito da votação do diploma e, portanto, é um diploma votado por unanimidade, com contributos de todos os partidos políticos que apresentaram alterações, eu considero também que isso é muito importante, é muito relevante, este é que é o caminho certo.

Só um número final que tinha para uma outra discussão que acabou por não acontecer, que é o Partido Socialista, apresentou 59 propostas, isto de acordo com o meu gabinete...

Deputada Ana Luis (PS): Eu também tenho um papelinho para lhe mandar.

O Orador: ... de apoio, 57 propostas, até este momento da legislatura que foram aqui votadas, já apresentou mais, mas as que foram aqui votadas foram 59 e só 13 é que não foram aprovadas, é uma alteração de paradigma tremendo e como se vê, o Governo está, e, o Parlamento está aberto a aprovar as

propostas de alteração que são aqui apresentadas pela oposição, é muito diferente do que acontecia antes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sim, sinto-me satisfeito com a aprovação deste diploma aqui essa tarde e sinto-me satisfeito porque no fundo, para lá do diploma original, houve o contributo de todos os partidos que entenderam participar com as suas propostas de alteração e que não têm dúvidas que o documento final que aqui hoje sai é um documento equilibrado, é um documento equilibrado, porque não aumenta custos àquilo que estava previamente delineado, mas também é um documento equilibrado porque envolve mais pessoas.

Contrariamente ao que até já foi aqui dito, muitas vezes o problema não é dinheiro, o problema é a motivação e o envolvimento das pessoas e este diploma conforme foi aqui aprovado, com as alterações introduzidas no art.º 118.º, eu não tenho dúvidas de que o envolvimento de mais pessoas no processo educativo só vai enriquecer a discussão nem sempre é confortável, é certo, mas é da discussão do ponto de vista dos cidadãos que participam nesses processos que saem normalmente as melhores soluções.

Envolver pessoas traz enriquecimento aos diplomas, envolver pessoas compromete pessoas e é importante neste momento onde se fala de educação, onde se fala dos nossos filhos, que não haja educação de primeira nem educação de segunda, que não haja, inclusive, no momento onde a direita que eu sou de direita, que também entendo que o ensino privado também faz sentido no ensino, em matéria de ensino, que o ensino profissional faz sentido e de que

maneira no ensino, que se excluísse da participação no Conselho Coordenador do Sistema Educativo se excluísse esses elementos importantes, como também os sindicatos, porque a educação faz-se disso e a cidadania, a cidadania que temos obrigação de transmitir aos nossos filhos também faz parte deste momento, este momento de integrar mais pessoas, ouvir mais vozes, porque aí seguramente teremos mais envolvimento da comunidade, mais participação e os nossos filhos, seguramente os nossos filhos, percebendo a importância deste diploma e a importância das pessoas e das entidades envolvidas neste diploma, com certeza perceberão que saímos daqui hoje mais preocupados, mas também mais comprometidos com os nossos filhos. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para uma declaração de voto a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem com a aprovação deste diploma, de facto, damos aqui um passo, mais um passo importante na melhoria das condições de trabalho nas escolas por parte dos seus órgãos de gestão.

Várias foram as propostas aqui acolhidas e obviamente que aqui esta Casa e a Assembleia é soberana, portanto, aquilo que aqui foi decidido, obviamente que será aplicado e operacionalizado, felizmente outras houve, algumas dessas propostas, que não foram aceites e ainda bem, porque poderiam desvirtuar realmente aquilo que era o diploma original e poderíamos correr esse risco, felizmente houve aqui o discernimento das Sras. e dos Srs. Deputados em travar algumas das propostas e, de facto, também considero que acabamos por ter aqui um documento equilibrado e tanto quanto possível, consensual.

Este documento realmente é a voz de quem foi auscultado na Comissão, dos pareceres recebidos, mas, mais do que isso, tem a voz e o consenso também dos sindicatos numa verdadeira e efetiva negociação coletiva.

Portanto, houve este trabalho, e, conseguiu-se aqui introduzir várias propostas e alterações que vêm realmente trazer muitos benefícios às escolas.

Temos aqui e destaco porque outras propostas já foram aqui destacadas, destaco a criação do Conselho Regional da Educação, um órgão independente, muito importante e que vai realmente dar voz à sociedade civil também, e, servirá para aferir e regular o sistema educativo regional.

Portanto, congratulamos com a aprovação deste diploma e com o resultado final que daqui sai hoje. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Sendo assim, atingimos a nossa hora regimental, eu peço aos líderes para me acompanharem à sala da Mesa para fazermos a nossa reunião, que é rápida e despeço-me dos Srs., até amanhã, boa noite.

Eram 20h00

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Alves Cordeiro

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira Martins

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 18 - 04 - 2023

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 650/XV (IL) – Restabelece a figura dos solos urbanizáveis e institui um procedimento simplificado de reclassificação dos solos - Audição n.º 189/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 03 - 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 03 – 30;

Assunto: N.º 677/XV (CH) - Altera o Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto, assegurando atendimento presencial ao público aos beneficiários de atendimento prioritário - Audição n.º 191/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 03 - 22

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 03 – 27;

Assunto: N.º 693/XV (PCP) - Regime de aposentação dos trabalhadores dos matadouros públicos da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira - Audição n.º 193/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 04 - 04

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 04 – 24;

Assunto: N.º 701/XV (CH) - Aumenta o limite do número de prestações para pagamento de tributos fiscais (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 125/2021, de 30 de dezembro; quadragésima terceira alteração ao Código de Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 16 de outubro) - Audição n.º 194/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 04 - 05

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 04 – 14;

Assunto: N.º 708/XV (PSD) - Determina a extensão e clarifica o regime específico de acesso à reforma a todos os trabalhadores dos matadouros das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores - Audição n.º 195/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 04 - 05

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 04 – 26.

2- Proposta de Lei:

Assunto: N.º 67/XV(ALRAM) - Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário - Audição n.º 190/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 03 - 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 04 – 06;

Assunto: N.º 66/XV(ALRAM) - Certificação de imóveis de habitações económicas ou de habitações de custos controlados - Procede à alteração do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro e da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro - Audição n.º 192/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 03 - 29

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 04 – 18.

3- **Projetos de Decreto-Lei:**

Assunto: Que estabelece o novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação – MEDU - (Reg. DL 109/XXIII/2023) - Audição n.º 119/ XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 03 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Que estabelece, para o ano letivo de 2022-2023, medidas excecionais e temporárias relativamente à avaliação, aprovação de disciplinas, conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário e acesso ao ensino superior – MEDU - (Reg. DL 92/XXIII/2023) - Audição n.º 120/ XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 03 – 20;

Assunto: Que estabelece as regras de certificação das pessoas que operam em embarcações que navegam nas vias navegáveis interiores MEM - (Reg. DL 115/XXIII/2023) - Audição n.º 121/ XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 03 – 22

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 04 – 10;

Assunto: Que promove a atualização salarial intercalar do valor das remunerações da Administração Pública – PCM (Reg. DL 164/XXIII/2023) - Audição n.º 122/ XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 04 – 10

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 04 – 12;

Assunto: Que regulamenta a Lei n.º 90/2021, de 16 de dezembro, que altera o regime jurídico aplicável à gestão de substituição - MS - (Reg. DL 126/XXIII/2023) - Audição n.º 123/ XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 04 – 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 04 – 26.

4- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 89/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR089.pdf>

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/91/A, de 8 de março, que estabelece um regime jurídico de preços dos bens e serviços vendidos na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2023 – 03 – 21

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 90/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR090.pdf>

Assunto: Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2023 – 04 – 05

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 05 – 22.

5- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 53/XII -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR053.pdf>

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2022/A, de 22 de março, que criou o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, IPRA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 05 – 02;

N.º54/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR054.pdf>

Assunto: Organização do trabalho suplementar nos serviços de urgência, unidades básicas de urgência, serviços de atendimento permanente e serviços de atendimento urgente, unidades de cuidados intensivos e unidades de cuidados intermédios e coronários do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 05 – 04;

N.º **55/XII** **-**

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR055.pdf>

Assunto: Define as regras de contagem do tempo de serviço dos trabalhadores das carreiras de enfermagem, para efeitos de progressão na respetiva carreira e de transição para a categoria de enfermeiro especialista

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 05 – 04;

N.º **56/XII** **-**

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR056.pdf>

Assunto: Sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, que estabelece o Regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 04

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 05 – 05.

6- Projetos de Resolução:

N.º 154/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR154.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional a criação de um grupo de trabalho temporário para agilizar a aprovação de projetos de investimento pendentes no âmbito do programa PRORURAL+

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2023 – 03 – 23

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 155/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR155.pdf>

Assunto: Defesa dos oceanos e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e constituição de áreas marinhas protegidas

Proveniência: BE/PAN

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 156/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR156.pdf>

Assunto: Regime Jurídico da Operação Turística de Observação de Cetáceos

Proveniência: CDS-PP/PSD/PPM

Data de Entrada: 2023 – 03 – 28

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 157/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR157.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional novo paradigma no transporte aéreo entre os Açores, a Madeira e o Continente

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2023 – 04 – 03

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

7- Antepropostas de Lei:

N.º 21/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEAPpL021.pdf>

Assunto: Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 03 – 08

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2023 – 04 – 10.

8- Petições:

N.º 51/XII - http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpeti761.pdf

Assunto: Solicitação da eliminação da alínea a), do n.º 2, do artigo 5.º e da alínea e), do n.º 1, do artigo 18.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, de 17 de fevereiro

Proveniência: Manuel António Rodrigues

Data de Entrada: 2023 – 03 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão.

9- **Requerimentos:**

Assunto: Governo Regional não quis apoiar a participação dos jovens açorianos nas provas desportivas nacionais

Autores: Vilson Ponte Gomes, Célia Pereira, Tiago Lopes, Sandra Dias Faria e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.00 – N.º 582/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque582.pdf

Assunto: Governo Regional está a colocar em causa a preservação ambiental da ilha do Corvo

Autor: Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.09 – N.º 583/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque583.pdf

Assunto: Há falta de equidade do Governo dos Açores na atribuição dos apoios aos clubes açorianos organizadores de provas de automobilismo

Autores: Tiago Lopes, Andreia Costa, Berto Messias, Ana Luís, Marta Matos, Joana Pombo Tavares, Rodolfo Franca, Francisco Coelho, Mário Tomé, Tiago Branco e João Vasco Costa (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.00 – N.º 584/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque584.pdf

Assunto: Governo Regional transfere unilateralmente as crianças jorgenses dos jardins infância sem ouvir ninguém

Autores: Maria Isabel Teixeira, Ana Luís e José Ávila (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.05 – N.º 585/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque585.pdf

Assunto: Obras na área de proteção do Convento da Esperança na cidade de Ponta Delgada

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15

Referência: 54.10.02 – N.º 586/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque586.pdf

Assunto: Colocação da estátua da Madre Teresa da Anunciada no adro do Convento da Esperança

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15

Referência: 54.09.02 – N.º 587/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque587.pdf

Assunto: O Governo Regional da direita continua a não dar resposta à necessidade de novas viaturas para os bombeiros da Povoação e Nordeste

Autores: Carlos Silva, Sandra Dias Faria, Célia Pereira, José Contente, Patrícia Miranda, Valdemira Gouveia, Rui Anjos e Vilson Ponte Gomes (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.02 – N.º 588/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque588.pdf

Assunto: Como é que o Governo Regional vai concretizar o gabinete de orientação vocacional e profissional em cooperação com as Freguesias dos Açores

Autores: Berto Messias, Maria Isabel Teixeira, João Vasco Costa, Lubélio Mendonça e Vilson Ponte Gomes (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 589/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque589.pdf

Assunto: De como a VCDuarte, Lda., se tornou especialista em transportes marítimos dos Açores pela mão do Governo Regional

Autores: José Ávila, Carlos Silva e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 590/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque590.pdf

Assunto: O Governo da Direita não respeita os compromissos assumidos com a Cooperativa Celeiro da Terra prejudicando os Povoacenses

Autores: Célia Pereira, Patrícia Miranda, Sandra Dias Faria, Valdemira Gouveia, Carlos Silva e Rui Anjos (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 20

Referência: 54.02.02 – N.º 591/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque591.pdf

Assunto: Cativações do Governo Regional condicionam ainda mais o setor da Cultura nos Açores

Autores: Marta Matos, Ana Luís, Célia Pereira e Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 592/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque592.pdf

Assunto: Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) na Região

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 21

Referência: 54.08.00 – N.º 593/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque593.pdf

Assunto: Ponto de situação de propostas e recomendações aprovadas pelo Parlamento dos Açores

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 23

Referência: 54.10.00 – N.º 594/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque594.pdf

Assunto: Ações de fiscalização da IRAE

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 23

Referência: 54.09.00 – N.º 595/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque595.pdf

Assunto: Operação do DASH Q-200 na ilha do Corvo condiciona mobilidade dos corvinos

Autor: Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 30

Referência: 54.02.09 – N.º 596/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque596.pdf

Assunto: Sistema VTS (Vessel Traffic Service) na Região Autónoma dos Açores

Autora: Salomé Matos (PSD)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 597/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque597.pdf

Assunto: Incumprimento nas remunerações de professores contratados a termo resolutivo

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 598/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque598.pdf

Assunto: Cedência de exploração das Pousadas de Juventude dos Açores

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 599/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque599.pdf

Assunto: Governo Regional desiste da participação dos Açores nos Jogos das Ilhas prejudicando os jovens atletas açorianos

Autores: Vílson Ponte Gomes, Tiago Lopes, Marta Matos, Ana Luís, Célia Pereira, Rodolfo Franca, Isabel Teixeira, João Vasco Costa, Lubélio Mendonça, José Ávila e José Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 600/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque600.pdf

Assunto: Missiva do Presidente do Governo enviada ao Primeiro-Ministro a propósito dos estragos causados pela Depressão EFRAIN

Autores: José Eduardo, Lubélio Mendonça, Mário Tomé, José Ávila e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 03

Referência: 54.02.08 – N.º 601/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque601.pdf

Assunto: Parque Industrial das Lajes, na Praia da Vitória, uma trapalhada herdada do Partido Socialista

Autores: Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 04

Referência: 54.01.03 – N.º 602/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque602.pdf

Assunto: Meios complementares de diagnóstico e terapêutica realizados no âmbito da celebração das convenções que tenham por objeto a prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 603/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque603.pdf

Assunto: Risco de queda de falésia no trilho Vigia de São Pedro

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 04

Referência: 54.06.02 – N.º 604/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque604.pdf

Assunto: Vigilância no Porto de São Mateus

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 04

Referência: 54.09.03 – N.º 605/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque605.pdf

Assunto: Preocupação com a atualização do Sistema de Identificação Parcelar (iSIP)

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 10

Referência: 54.01.00 – N.º 606/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque606.pdf

Assunto: Ajudantes de Educação nos Açores

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 10

Referência: 54.06.00 – N.º 607/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque607.pdf

Assunto: Discussão pública no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental da 2.^a fase da variante à cidade da Horta

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 12

Referência: 54.06.07 – N.º 608/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque608.pdf

Assunto: Hospital Internacional dos Açores/CUF

Autores: Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2023 – 04 – 14

Referência: 54.01.00 – N.º 609/XII. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque609.pdf

10-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: Cobrança do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos entre 2015 e 2019

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 526/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequesp526.pdf

Assunto: Denúncia do acordo entre a Região e a BENCOM relativo ao fornecimento de fuelóleo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.06.00 – N.º 531/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp531.pdf

Assunto: Quais são os reais prejuízos verificados nos Açores na sequência da passagem da Depressão EFRAIN?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.00 – N.º 537/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp537.pdf

Assunto: Respostas sociais para pessoas com deficiência

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.06.00 – N.º 554/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp554.pdf

Assunto: Taxa para instrumentos musicais

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.09.00 – N.º 559/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp559.pdf

Assunto: O cada vez mais inquietante ajuste direto promovido pela Direção Regional do Turismo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.00 – N.º 562/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp562.pdf

Assunto: Inação do Governo penaliza estudantes açorianos na frequência de estágios curriculares

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.00 – N.º 563/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp563.pdf

Assunto: Falta de pagamentos na saúde impedem a realização de exames na ilha do Pico

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.06 – N.º 565/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp565.pdf

Assunto: Empreitada no Centro de Saúde das Velas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.01.05 – N.º 566/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp566.pdf

Assunto: Governo faz orelhas moucas a pedidos para obras urgentes na Casa do Povo dos Flamengos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.07 – N.º 567/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp567.pdf

Assunto: Cancelamentos de consultas no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.06.03 – N.º 568/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp568.pdf

Assunto: Apoio para pessoas com deficiência e seus cuidadores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.09.00 – N.º 569/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp569.pdf

Assunto: Governo abandonou obras de reabilitação do Solar e Ermida da Quinta de São Lourenço

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.02.07 – N.º 570/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp570.pdf

Assunto: Ilegalidade na assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho n.º 4/2023 de 1 de fevereiro entre a Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo e o Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e outros Serviços de Angra do Heroísmo (Setor de Escritório e Comércio)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10

Referência: 54.06.03 – N.º 571/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp571.pdf

Assunto: A trapalhada no processo do concurso para o Matadouro de São Jorge é mais uma prova de que o Governo Regional da direita não consegue dar resposta aos agricultores Jorgenses

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15

Referência: 54.02.05 – N.º 572/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp572.pdf

Assunto: Governo Regional transfere unilateralmente as crianças jorgenses dos jardins infância sem ouvir ninguém

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15

Referência: 54.02.05 – N.º 585/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp585.pdf

Assunto: Quem está a bloquear a construção de um Parque de Invernagem e de Reparação Naval do Porto da Horta?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27

Referência: 54.02.07 – N.º 564/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp564.pdf

Assunto: Estado de conservação do edifício da Pousada da Juventude da Terceira

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27

Referência: 54.06.03 – N.º 573/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp573.pdf

Assunto: Transporte aéreo de animais de companhia na SATA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27

Referência: 54.08.00 – N.º 575/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp575.pdf

Assunto: Capacidade máxima e distribuição de camas por ilha

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27

Referência: 54.06.00 – N.º 580/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp580.pdf

Assunto: Como é que o Governo Regional vai concretizar o gabinete de orientação vocacional e profissional em cooperação com as Freguesias dos Açores?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 589/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp589.pdf

Assunto: Os açorianos querem saber a verdade sobre as decisões para a privatização do capital social da Azores Airlines

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29

Referência: 54.02.00 – N.º 574/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp574.pdf

Assunto: Execução Financeira detalhada relativa ao ano de 2022

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29

Referência: 54.02.00 – N.º 577/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp577.pdf

Assunto: Aumento do imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29

Referência: 54.09.02 – N.º 579/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp579.pdf

Assunto: Obras de beneficiação no Instituto Açoriano de Cultura

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29

Referência: 54.06.03 – N.º 581/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp581.pdf

Assunto: Governo Regional está a colocar em causa a preservação ambiental da ilha do Corvo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29

Referência: 54.02.09 – N.º 583/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp583.pdf

Assunto: O Governo da Direita não respeita os compromissos assumidos com a Cooperativa Celeiro da Terra prejudicando os Povoacenses

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29

Referência: 54.02.02 – N.º 591/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp591.pdf

Assunto: Governo Regional não quis apoiar a participação dos jovens açorianos nas provas desportivas nacionais

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 05

Referência: 54.02.00 – N.º 582/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp582.pdf

Assunto: Obras na área de proteção do Convento da Esperança na cidade de Ponta Delgada

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 05

Referência: 54.10.02 – N.º 586/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp586.pdf

Assunto: Colocação da estátua da Madre Teresa da Anunciada no adro do Convento da Esperança

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 05

Referência: 54.09.02 – N.º 587/XII; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp587.pdf

Assunto: O Governo Regional da direita continua a não dar resposta à necessidade de novas viaturas para os bombeiros da Povoação e Nordeste

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 04 – 05

Referência: 54.02.02 – N.º 588/XII. -
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp588.pdf

11- **Informações:**

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a 005/2023, a acusar a receção e a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o envio dos Votos de Pesar – Pelo falecimento de João Alberto Silva Pereira, aprovados por unanimidade nos dias 18 e 19 de janeiro de 2023, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Nélia Patrícia Cabral Viveiros, Presidente da Associação de Juventude da Candelária

Data de Entrada: 2023 – 03 – 09;

Assunto: Correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Voto em Mobilidade aplicado às Eleições Legislativas Regionais

Proveniência: Pedro Bicudo, Conselho Regional da América do Norte/CRAN – Conselho das Comunidades Portuguesas

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10;

Assunto: Ofício ref.^a 01/2023, a acusar a receção e a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o envio do Voto de Congratulação – 50 Anos da Casa do Povo, proposto pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP e PPM, pelas Representações Parlamentares do CH e do PAN e pelo Deputado Independente, aprovado no dia 14 de dezembro de 2022, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Maria Cisaltina Pereira Quaresma, Presidente da Casa do Povo da Praínha

Data de Entrada: 2023 – 03 – 13;

Assunto: Ofício ref.^aA-11, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os Decretos Legislativos Regionais n.^{os} 1, 2, 3, 4 e 5/2023 devidamente assinados e a comunicar que foram enviados para publicação em Diário da República

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 03 – 13;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 13 de março de 2023, a Comissão de Economia deliberou admitir a Petição n.º 47/XII – Cabos Submarinos CAM, Petição para Estudo de Alternativas à Configuração

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 03 – 14;

Assunto: Ofício ref.^a 2800/23-NIPG 7157/23, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Protesto pela Exclusão de Ponta Delgada ao Apoio Regional à Natalidade, rejeitado por maioria na sessão ordinária do dia 29 de dezembro de 2022, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Proveniência: Luís Pedro Silva, Chefe do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Data de Entrada: 2023 – 03 – 14;

Assunto: Correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o comunicado emitido pelo Conselho de Opinião da RTP, SA sobre a interrupção do processo de substituição do representante do CO no Conselho Geral Independente, Eng.º Marçal Grilo, a pedido do próprio, solicitando que seja dado conhecimento do mesmo à Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2023 – 03 – 16;

Assunto: Comunicação por correio eletrónico remetendo a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores cópia do Manifesto Público de Preocupação, sobre a questão da reconstrução do porto comercial das Lajes das Flores e o impacto que a situação tem na vida das pessoas e da própria economia, saído da reunião do dia 13 de março de 2023 e assinado por dez presidentes de juntas, solicitando que do mesmo seja dado conhecimento aos Srs. Deputados

Proveniência: Maria Ponte, Secretária da Junta de Freguesia da Fajãzinha

Data de Entrada: 2023 – 03 – 17;

Assunto: Of.º 0766, remetido por correio eletrónico de agradecimento pelo envio de um Voto de Congratulação – A Ângela Ponte pelo prémio no Festival Ibermúsicas, aprovado na sessão plenária de 18 de janeiro de 2023

Proveniência: Vasco Casimiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Cultura

Data de Entrada: 2023 – 03 – 20;

Assunto: Solicitação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 89/XII - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/91/A, de 8 de março, que estabelece um regime jurídico de preços dos bens e serviços vendidos na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2023 – 03 – 21;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico de agradecimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela Saudação de tomada de posse como Bispo de Angra

Proveniência: Armando Esteves Domingues, Reverendíssimo Bispo de Angra

Data de Entrada: 2023 – 03 – 21;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 21 de março de 2023, a CAPADS deliberou admitir a Petição n.º 49/XII – Moratória à Mineração no Mar dos Açores

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 21;

Assunto: Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de abril de 2023, que versará sobre o processo de privatização da Azores Airlines, nomeadamente sobre o direito de participação no processo, por parte da região, enquanto acionista da Holding da Sata

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 03 – 22;

Assunto: Agradecimento pela receção exemplar e calorosa que lhes foi reservada, na sequência da audiência concedida por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no âmbito da visita oficial aos Açores, no passado dia 14 de março

Proveniência: Fatoumata Binetou, Embaixadora do Senegal em Portugal

Data de Entrada: 2023 – 03 – 22;

Assunto: Solicitação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 154/XII - Recomenda ao Governo Regional a criação de um grupo de trabalho temporário para agilizar a aprovação de projetos de investimento pendentes no âmbito do programa PRORURAL+

Proveniência: Nuno Barata, Deputado Regional da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2023 – 03 – 23;

Assunto: Ofício ref.^a 06/2023, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação – Gestão da Pandemia Covid-19 na Ilha do Pico, sob proposta do

Grupo Municipal da Coligação Unidos Pelo Concelho (PSD, CDS-PP e PPM), aprovado por unanimidade na sessão ordinária do dia 27 de fevereiro de 2023, pela Assembleia Municipal das Lajes do Pico

Proveniência: António Carrilho Simas Santos, Presidente da Assembleia Municipal das Lajes do Pico

Data de Entrada: 2023 – 03 – 23;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o contributo escrito e apresentado na Sessão de reflexão sobre a Nova Estratégia da Comissão Europeia para as Regiões Ultraperiféricas, do Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 03 – 24;

Assunto: Ofício ref.^a 54965420, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado Carlos Emanuel Rego Silva, possa prestar depoimento como testemunha na audiência de discussão e julgamento, Incidente por Apenso 277/20.5T8RGR-S, que corre termos no Juízo Cível da Ribeira Grande

Proveniência: Irene Rodrigues Simões Bento, Oficial de Justiça

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer por 60 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 61/XII (PAN) – Determina o fim das touradas e prevê apoios aos trabalhadores e à reconversão

das praças de touros, 70/XII (PAN) – Apoio Regional para Produtos de Apoio, ARPA, 81/XII (PSD) – Estatuto do Dirigente Desportivo Voluntário da Região Autónoma dos Açores, e 82/XII (BE) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março, que estabelece o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas, dos Projetos de Resolução n.ºs 133/XII (PAN) – Critérios para nomeação dos cargos de direção médica no Serviço Regional de Saúde, 138/XII (PAN) – Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região Autónoma dos Açores, 140/XII (Deputado Independente) – Criação de apoio monetário para combate ao declínio demográfico e 148/XII (CH) – Recomenda ao Governo Regional a implementação do Cheque Saúde nos Açores, e das Petições n.ºs 39/XII - Reivindicação da construção de raiz de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico e 45/XII – Em defesa do atual passeio de calçada portuguesa na Avenida Marginal, património modernista da cidade da Horta

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27;

Assunto: Solicitação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 155/XII - Defesa dos oceanos e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e constituição de áreas marinhas protegidas

Proveniência: Pedro Neves, Deputado Regional da Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27;

Assunto: Solicitação de retirada do Projeto de Resolução n.º 127/XII - Defesa do oceano e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos e proteção das fontes hidrotermais do “Mar dos Açores”

Proveniência: Pedro Neves, Deputado Regional da Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27;

Assunto: Envio por correio eletrónico do Relatório Anual de Atividades Inspetivas nos termos do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2018/A, de 28 de agosto - 2022

Proveniência: Daniel Mestre, Chefe do Gabinete da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27;

Assunto: Solicitação de retirada do Projeto de Resolução n.º 125/XII (BE) – Recomenda a constituição de áreas marinhas protegidas e a aplicação de uma moratória à mineração marinha

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2023 – 03 – 28;

Assunto: Ofício ref.ªA-18, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2023 devidamente assinado e a comunicar que foi enviado para publicação em Diário da República

Proveniência: Rui Pestana, P'lo Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 03 – 28;

Assunto: Envio por correio eletrónico do Relatório Anual sobre a aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2014/A, de 30 de outubro, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos Serviços da Administração Regional e Local

Proveniência: Ricardo Alberto Pereira Madruga da Costa, Chefe do Gabinete da Presidência do Governo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 28;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os documentos aprovados em reunião ordinária do Plenário do CESA, a saber: Parecer sobre a evolução da situação Económica, Social e Ambiental da RAA; Pronúncia sobre a Conta da RAA de 2021; Parecer sobre o Relatório Anual de Progresso de 2022 e o Relatório Periódico de Monitorização Trimestral (4.º T de 2022) do Plano de Recuperação e Resiliência dos Açores (PRR-Açores); Parecer “Os Sem-Abrigo dos Açores – Problemas e Soluções à volta de um Estudo”; Parecer solicitado pela ALRAA sobre o Projeto de Resolução n.º 140/XII – Criação de apoio monetário para combate ao declínio demográfico; Parecer solicitado pela ALRAA sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII – Construir 2030 – Dinamização do Investimento Sustentável e Integrado; Relatório de Atividades do CESA 2022

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 03 – 28;

Assunto: Ofício 35/023/RL, a indicar a Sra. Deputada Guilhermina Silva como candidata a Secretária da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que aceita a sua candidatura a Secretária da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Proveniência: Maria Guilhermina Silva, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 27 de março de 2023, a CAS deliberou admitir a Petição n.º 48/XII – Não queremos que o Teatro Miramar seja alienado do Património da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 27 de março de 2023, a CAS deliberou admitir a Petição n.º 50/XII – Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 27 de março de 2023, a CAS deliberou admitir a Petição n.º 51/XII – Solicitação da eliminação da alínea a), do n.º 2, do artigo 5.º e da alínea e), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, de 17 de fevereiro

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 03 – 29;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 80/XII (BE) – Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII (GOV) – Construir 2030 – Dinamização do Investimento Sustentável e Integrado e do Projeto de Resolução n.º 149/XII (Deputado Independente) – Redução da receita de ISP, como forma de mitigar transversalmente o custo de vida de famílias e empresas, todos até 10 de abril de 2023

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 03 – 30;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que a CAPADS na sua reunião de 29 de março de 2023, elegeu

como Secretária da Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a Sra. Deputada Guilhermina Silva

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 30;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que na reunião do Conselho de Opinião da RTP, SA de 27 de março de 2023, foi eleita por larga maioria de votos, Isabel Medina, enquanto personalidade indicada pelo Conselho de Opinião para integrar o Conselho Geral Independente da RTP, SA e solicitando que se informe a Comissão Parlamentar respetiva

Proveniência: José Lourenço, Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP, SA

Data de Entrada: 2023 – 03 – 30;

Assunto: Envio por correio eletrónico de informação sobre o Património da Região Autónoma dos Açores ao abrigo do artigo 10.ºA do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2017/A, de 10 de outubro, relativa ao ano de 2022

Proveniência: António Almeida, Chefe do Gabinete da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2023 – 03 – 31;

Assunto: Envio por correio eletrónico dos Planos de Atividade e Orçamento das Empresas do Setor Público Empresarial Regional, em cumprimento do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro

Proveniência: Vassili Plesov, Adjunto do Gabinete da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2023 – 03 – 31;

Assunto: Envio do objeto das perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de abril de 2023, que versará sobre políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha Faial, nomeadamente desenvolvimento económico, agricultura, pescas e serviços, relações com o poder local e com o Estado e políticas sociais e culturais

Proveniência: Nuno Barata, Deputado Regional da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2023 – 04 – 04;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 85/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Portal da Transparência e 87/XII (BE) - Criação do Portal de Nomeações no sítio do Governo dos Açores, das Antepostas de Lei n.ºs 16/XII (IL) – Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da regularização dos «Chãos de Melhoras» e 21/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril,

que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade e da Petição n.º 44/XII - Contabilização do tempo integral do serviço dos enfermeiros prestado no Serviço Regional de Saúde dos Açores

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 05;

Assunto: Comunicação enviada por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que a Sociedade Filarmónica Unânime Praiense em Assembleia Geral Ordinária reunida no passado dia 29 de março de 2023, elegeu os novos órgãos sociais para exercício do biénio 2023/2024

Proveniência: Luís Carlos Dias Duarte, Presidente da Direção da Sociedade Filarmónica Unânime Praiense

Data de Entrada: 2023 – 04 – 05;

Assunto: Envio do objeto das perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de abril de 2023, que versará sobre o processo de privatização da Azores Airlines, nomeadamente sobre o direito de participação no processo, por parte da região, enquanto acionista da Holding da Sata, informando que as mesmas terão 3 objetos com três perguntas para cada um, a saber: Caderno de encargos, que limites e que encargos; mobilidade externa – que futuro e que garantias; compromissos de empregabilidade e estrutura de gestão

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 04 – 06;

Assunto: Convite enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o Concerto de Encerramento do III Workshop de Filarmónicas da ilha do Faial

Proveniência: Bianca Rosa Azevedo, Secretária do Gabinete de Apoio à Vereação da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2023 – 04 – 06;

Assunto: Comunicação do exercício de outras atividades

Proveniência: Marco José Freitas da Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 04 – 11;

Assunto: Ofício ref.^a 55049255, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado Carlos Emanuel Rego Silva, possa prestar depoimento como testemunha na audiência de discussão e julgamento, Incidente por Apenso 277/20.5T8RGR-S, que corre termos no Juízo Cível da Ribeira Grande, no dia 3/05/2023, pelas 09H30

Proveniência: Fábio Rodrigues Borges, Oficial de Justiça

Data de Entrada: 2023 – 04 – 14.

12- **Relatórios:**

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 04 – 17; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17625.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 582/XV (L) – Consagra um prazo para remoção da propaganda eleitoral e determina que a sua violação constitui contraordenação, alterando a Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua redação atual - Audição n.º 180/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 581/XV (L) – Revê as leis eleitorais, alargando o leque de inelegibilidades para a Assembleia da República, consagrando um círculo nacional de compensação, alargando o período de campanha eleitoral e o voto por correspondência às eleições para a Presidência da República e estabelecendo regras relacionadas com os debates televisivos, a remoção da propaganda eleitoral e a possibilidade de missões internacionais de observadores - Audição n.º 181/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 16;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 583/XV (L) – Cria uma Comissão Nacional para Debates Eleitorais e altera a Lei da cobertura eleitoral - Audição n.º 184/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 16;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 77/XII (PAN) – Transição para utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 22; -
<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR077.pdf>

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Joana Pombo Sousa Tavares

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 22; -
http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17508.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Aprova o regime jurídico do cadastro predial, estabelece o Sistema Nacional de Informação Cadastral e a Carta Cadastral como registo único e universal de prédios em regime de cadastro predial MCT - (Reg. DL 420/XXIII/2022) - Audição n.º 112/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 24;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 650/XV (IL) – Restabelece a figura dos solos urbanizáveis e institui um procedimento simplificado de reclassificação dos solos - Audição n.º 189/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 31;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII (GOV) – Aprova o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 04 – 05; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR050.pdf>

Assunto: Sobre a Petição n.º 49/XII – Moratória à mineração do mar dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 04 – 11; -

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare591.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Carlos Emanuel Rego Silva, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Incidente por Apenso 277/20.5T8RGR-S

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 04 – 11; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17575.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Marco José Freitas da Costa

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 04 – 12. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17593.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 14; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17618.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 79/XII (PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/CH/IL/PAN/DI) – Eleva a freguesia de São Mateus da Calheta à categoria de Vila

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 13; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR079.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Aprova medidas no âmbito do plano de intervenção "Habitação Para Todos" - PCM (MH) - (Reg. PL 64/XXIII/2023) - Audição n.º 113/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Autoriza o Governo a rever os regimes jurídicos aplicáveis ao procedimento especial de despejo e à injunção em matéria de arrendamento - PCM (MJ) - (Reg. PL 73/XXIII/2023) - Audição n.º 114/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Autoriza o Governo a alterar o regime de controlo prévio das operações de loteamento e das operações urbanísticas - PCM (MH) - (Reg. PL 74/XXIII/2023) - Audição n.º 115/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Cria um apoio financeiro do Estado, sob a forma de bonificação temporária, aos mutuários de contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente - MF - (Reg. DL 75/XXIII/2023) - Audição n.º 116/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Procede à criação de um apoio extraordinário à renda e ao alargamento do "porta 65"- MH - (Reg. DL 111/XXIII/2023) - Audição n.º 117/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera diversos regimes jurídicos da área da habitação - MH - (Reg. DL 359/XXIII/2022) - Audição n.º 118/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 589/XV (CH) – Altera a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas - Audição n.º 182/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 587/XV (PAN) – Reforça as competências do Conselho das Comunidades Portuguesas e os direitos dos respetivos conselheiros, alterando a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro - Audição n.º 183/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 577/XV (PCP) – Alarga as competências e reforça o apoio ao funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas (Segunda alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro) - Audição n.º 185/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 592/XV (IL) – Reforma do sistema de acesso à informação administrativa, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos - Audição n.º 186/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 04; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR088.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece as regras de certificação das pessoas que operam em embarcações que navegam nas vias navegáveis interiores MEM - (Reg. DL 115/XXIII/2023) - Audição n.º 121/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 11;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Promove a atualização salarial intercalar do valor das remunerações da Administração Pública – PCM - (Reg. DL 164/XXIII/2023) - Audição n.º 122/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 04 – 12.

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece o novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação - MEDU - (Reg. DL 109/XXIII/2023 - Audição n.º 119/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 03 – 15;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece, para o ano letivo de 2022-2023, medidas excepcionais e temporárias relativamente à avaliação, aprovação de disciplinas, conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário e acesso ao ensino superior– MEDU - (Reg. DL 92/XXIII/2023) - Audição n.º 120/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 03 – 20;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 65/XV (ALRAM) – Novo Procedimento de Inclusão das Novas Substâncias Psicoativas na Lei de Combate à Droga – alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro - Audição n.º 188/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 677/XV (CH) – Altera o Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto, assegurando atendimento presencial ao público aos beneficiários de atendimento prioritário - Audição n.º 191/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 03 – 27.

Assunto: Da audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da LOTAÇOR, S.A.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 03 – 20; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17491.pdf

Assunto: Da audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da SATA HOLDING, S.A.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 03 – 20; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI17494.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 64/XV (GOV) – Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade - Audição n.º 187/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 03 – 22;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 67/XV (ALRAM) – Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário - Audição n.º 190/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 04 – 10;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 701/XV (CH) - Aumenta o limite do número de prestações para pagamento de tributos fiscais (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 125/2021, de 30 de dezembro; quadragésima terceira alteração ao Código de Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 16 de outubro) - Audição n.º 194/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 04 – 10;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII (GOV) – Construir 2030 – Dinamização do Investimento Sustentável e Integrado

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 04 – 11; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR051.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 80/XII (BE) – Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 04 – 13; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR080.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 149/XII (DI) – Redução da receita de ISP, como forma de mitigar transversalmente o custo de vida de famílias e empresas

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 04 – 13. -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR149.pdf>

13- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 97, 98, 99 e 100 e as Separatas n.ºs 35/XII, 36/XII, 37/XII e 38/XII.

As redatoras: Sara Azevedo e Sónia Furtado.